



# PERFIL POLÍTICO DE SILVA JARDIM

---

HEITOR FERREIRA LIMA

**brasiliansa**

volume 383



## PERFIL POLÍTICO DE SILVA JARDIM

HEITOR FERREIRA LIMA

A figura de Silva Jardim não era devidamente mencionada na história de nosso pensamento político. No entanto, na campanha republicana, ele foi das personalidades mais ativas e desprendidas. Contam-se pelos dedos os trabalhos a ele dedicados como se verifica na bibliografia que ocorre neste volume.

As produções de Silva Jardim, além de suas *Memórias e Viagens* (Lisboa, 1891), estavam dispersas em numerosos opúsculos raros e desiguais. A primeira compilação de seus discursos, artigos e folhetos deve-se à Fundação Casa de Rui Barbosa, por iniciativa de Francisco de Assis Barbosa, precedendo uma série que compreende algumas dezenas de pensadores. O prefácio "denso e erudito", como diz o Autor, de autoria de Barbosa Lima Sobrinho, é uma das mais sérias contribuições para a compreensão do propagandista da República, "injustificada e inexplicavelmente marginalizado".

O Autor não pretende ter resolvido todos os problemas da complexa biografia de Silva Jardim. Alguns episódios políticos ou trágicos — como seu desaparecimento — serão certamente objeto de estudos posteriores.

Ferreira Lima já figura nesta coleção "Brasiliiana" com algumas obras de ampla repercussão: a *História político-econômica e Industrial do Brasil* e a *História do pensamento econômico no Brasil*, este já em 2.<sup>a</sup> edição. Fora desta coleção publicou várias obras notáveis.

Neste volume, após estudar a fase final da monarquia, examina as tergiversações do Partido Republicano até o 15 de Novembro. Só então passa a acompanhar a vida de Silva Jardim, desde seu nascimento na província fluminense até a sua adoção do positivismo e do ardente abolicionismo. O capítulo 4 é a suma da argumentação que Silva Jardim desenvolveu em infatigável campanha, violenta, crua, enfrentando tribunos do porte de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Várias vezes correu risco de vida e assistiu a deploráveis cenas de vandalismo. Nos últimos capítulos estudou-se o inesperado epílogo de um lutador indefeso.

Poucos propagandistas poderiam apresentar uma folha de serviços à causa republicana. Mas, uma vez instaurado o novo regime, não consegue ter voz em nenhum setor do governo. Nem no ministério, nem na Assembléa Constituinte o seu nome merece acolhida. As cartas de Saldanha Marinho publicadas em apêndice à coletânea realizada pela Fundação Casa de Rui Barbosa abrem um véu à compreensão do mistério. O temperamento do orador efficientíssimo para a propaganda era temido para o exercício do governo e da construção do país. Retirando-se do cenário dos acontecimentos, Silva Jardim empreende uma viagem pelo velho mundo, para observar na prática o funcionamento dos sistemas políticos.

O final trágico da excursão ao Vesúvio encerra com uma página tétrica uma existência vulcânica.

A.J.L.

## HEITOR FERREIRA LIMA

Nasceu em Corumbá, Mato Grosso, em 1905, mas registrado em Três Lagoas, no mesmo Estado. Primeiros estudos no Colégio Salesiano. Transfere-se em 1922 para o Rio de Janeiro, onde fez os preparatórios e parcelados, freqüentando em seguida a Academia de Comércio.

Em 1927 viaja para a Europa, com bolsa de estudos, dedicando-se particularmente a pesquisas em Economia e História. Volta ao Brasil em 1930, após a Revolução que elevou ao poder Getúlio Vargas. Parte para o Nordeste em 1931, retornando ao Rio de Janeiro em fins de 33. Muda-se para São Paulo em 1935. Em 1942, após viver algum tempo de lições particulares e de traduções, ingressa na sucursal da revista **O Observador Econômico e Financeiro**, cuja direção assume em 1944. Publica seu primeiro livro, **Castro Alves e sua Época**, muito bem recebido pela crítica porque o autor inseriu a vida do Poeta no contexto dos acontecimentos da Europa e das idéias do Segundo Império, entre nós.

Em 1946 fez parte do grupo de destacados economistas com que Roberto Simonsen, então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, organizou o Conselho de Economia Industrial, sendo a primeira organização desse gênero a ser criada em São Paulo e mesmo no Brasil.

Colaborou nas principais publicações econômicas e órgãos da grande imprensa. Participou, nacional e internacionalmente, como assessor da FIESP, de reuniões, seminários e conferências sobre assuntos de ordem político-econômica. Chefe, por longos anos, da seção de macroeconomia da FIESP.

Fundador da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), em 1942, hoje União Brasileira de Escritores (UBE). Participa do Primeiro Congresso de Escritores de 1945. Numa das gestões em que foi membro da Diretoria da UBE, instituiu-se o troféu Juca Pato ao "intelectual do ano".

Desde 1923 vem atuando no movimento sindical e político do Brasil. Hoje, encontra-se aposentado, mas refletindo e produzindo textos, como este que ora publicamos em livro.

**COMPANHIA EDITORA NACIONAL/MinC/PRÓ-MEMÓRIA  
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO**

Este livro foi editado em regime de co-edição com o MinC/PRÓ-MEMÓRIA/ Instituto Nacional do Livro e passará a integrar os acervos das bibliotecas públicas, estaduais e municipais, que recebem da PRÓ-MEMÓRIA/INL assistência técnica e bibliográfica por efeito de convênios por ela firmados com Prefeituras Municipais e Secretarias de Estado em todo o território nacional.

ISBN  
85-04-00213-6

**Sebo Mendes Com.  
de Livros Ltda.**

Viaduto Dona Paulina, 35  
Centro - São Paulo

Tels.: (011) 604-2777  
(011) 214-4110

TÍTULO: PERFIL POLITICO  
DE SILVA JARDIM

EDITORIA: BRASILEIRA

AUTOR:  
HEITOR F. LIMA

CÓDIGO

X



Não se pode menosprezar a ação destemerosa de Silva Jardim no processo de conscientização política do país e sua contribuição para a implantação da República, num esforço obstinado, persistente, vencendo dificuldades de toda ordem. Nisso reside, sem dúvida, sua projeção em nossa história e a imortalidade, que ninguém pode obscurecer e muito menos negar, atualmente.

**Heitor Ferreira Lima**

**PERFIL POLÍTICO  
DE SILVA JARDIM**

**BRASILIANA**

*Volume 383*

\*

*Direção de*

**AMÉRICO JACOBINA LACOMBE**

*Editoração*

**ANA CÂNDIDA COSTA**

*Revisão*

**MARIA APARECIDA AMARAL**

**MARIA DE LOURDES NÉTO EIRAS ROMERO RUBIO**

*Composição*

**BRASIL ARTES GRÁFICAS**



HEITOR FERREIRA LIMA

# **PERFIL POLÍTICO DE SILVA JARDIM**

Com o apoio técnico e financeiro do  
MinC/PRO-MEMÓRIA  
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

**Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

L698p      Lima, Heitor Ferreira, 1905-  
             Perfil político de Silva Jardim / Heitor Ferreira  
             Lima. — São Paulo : Editora Nacional ; [Brasília,  
             DF] : INL, 1987.

(Brasiliiana ; v. 383)

Bibliografia.

ISBN 85-04-00213-6

1. Brasil — História — II Império — 1840-1889
2. Brasil — Política e governo — 1822-1889
3. Jardim, Silva, 1860-1891 4. Políticos e estadistas — Brasil I. Instituto Nacional do Livro (Brasil). II. Título.

CDD:923.281

:320.98105

:981.043

CCF/CBL/SP-87-1444

CDU:92

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Políticos : Biografia 923.281
2. Propaganda republicana : Brasil : História política 320.98105
3. Segundo Império : Brasil : História 981.043

ISBN 85-04-00213-6

Foi feito o depósito legal

**Direitos reservados**

**COMPANHIA EDITORA NACIONAL**

*Distribuição e promoção:*

*Rua Joh, 294 — Fone: 291-2355 (PABX)*

*Caixa Postal 5.312 — CEP 03016 — São Paulo, SP — Brasil*

**1987**

*Impresso no Brasil*

*“A Revolução é um dever excepcional, e uma garantia suprema, impossível de ser de todo banida do organismo social, bem como a moléstia do organismo físico. A ciência não a exclui, porque paz não quer dizer indiferença, ordem não quer dizer apatia, fraternidade não quer dizer impudor perante as afrontas: a violência é digna, a violência é justa, a violência é também santa: só os fracos não se indignam, só os nulos não se revoltam, só os covardes não respondem à violência, que é um insulto, com a violência, que é um castigo! A Revolução Brasileira está destinada à cidade do Rio de Janeiro. Paris da América, Londres da América do Sul, à Cidade, composta de tantos elementos que a República tornará cada vez mais unidos em torno da Pátria, cabe a grande operação da reconstrução nacional. (...) E a Revolução Brasileira deve estalar pujante e vitoriosa em torno dos paços ministeriais e do Palácio de São Cristóvão no ano de 1889. Não além! (...) Para nós, (...) este ano solene (centenário da Revolução Francesa) é de bom agouro para a liberdade.”*

SILVA JARDIM



## DO MESMO AUTOR

- Castro Alves e sua época.* São Paulo, Ed. Anchieta, 1942.  
*Evolução industrial de São Paulo.* Martins, 1954.  
*Formação industrial do Brasil.* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.  
*Mauá e Roberto Simonsen.* São Paulo, Ed. Egladit, 1963.  
*Do Imperialismo à libertação colonial,* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.  
*História político-econômica e industrial do Brasil.* São Paulo, Ed. Nacional, 1970.  
*Castro Alves e sua época.* 2.ed. São Paulo, Saraiva, 1971.  
*História político-econômica e industrial do Brasil.* 1ª reimp. São Paulo, Ed. Nacional, 1973.  
*História político-econômica e industrial do Brasil.* 2. ed. Ed. Nacional, 1976.  
*História do pensamento econômico no Brasil.* 1. ed. Ed. Nacional, 1976.  
*História do pensamento econômico no Brasil.* 2. ed. Ed. Nacional, 1978.  
*Caminhos percorridos* (Memória de militância). Brasiliense, 1982.

## EM COLABORAÇÃO

- Problemas de política econômica.* São Paulo, Departamento Econômico do CIESP, 1944.  
*Homens de São Paulo.* São Paulo, Martins, 1955.  
*Capítulos da história da indústria brasileira.* São Paulo, Coleção Fórum Roberto Simonsen, 1959.  
*Problemas de economia industrial.* Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1962.  
*São Paulo, Povo e terra.* Porto Alegre, Ed. Globo, 1967.

## TRADUÇÕES

- ADVENKO, A. *Quero!* Rio de Janeiro, Athena Editora, 1936. [Sem indicação do tradutor.]  
DAGNINO, Virgílio. *Tecnocracia.* Rio de Janeiro, Athena Editora, 1936. [Com pseudônimo de J. A. Soares.]  
SFORZA, Conde. *Os construtores da Europa moderna.* Rio de Janeiro, Athena Editora, 1937. [Com pseudônimo de J. A. Soares.]  
CHENNEVIÈRE, Daniel. *Debussy e sua obra.* São Paulo, Edições Cultura, 1943.  
FEER, Leon. *O Buda.* São Paulo, Edições Cultura, 1943.  
FAGGIN, Giuseppe. *Galileu.* São Paulo, Edições Cultura, 1943.  
ENGELS, F. *Marx.* São Paulo, Edições Cultura, 1943.  
DE VAUX, Garra. *Leonardo Da Vinci.* São Paulo, Edições Cultura, 1943.  
MARCOLONGO, Roberto e BOLL, Marcel. *Einstein.* São Paulo, Edições Cultura, 1944.  
D'INDY, Vincent. *Beethoven.* São Paulo, Edições Cultura, 1944.  
PRENANT, Marcel. *Darwin.* São Paulo, Edições Cultura, 1944.  
HUGO, Victor. *Noventa e três.* São Paulo, Martins, 1946.



## **SUMÁRIO**

**Nota prévia, 13**

**Decadência e fim do Império, 17**

**Tergiversações do Partido Republicano, 30**

**Formação de um republicano, 38**

**Ideário político de um radical, 49**

**Ação de um propagandista político, 58**

**A força de uma pregação cívica, 72**

**Implantação da República, 78**

**Do sonho à realidade, 89**

**Bibliografia, 101**





## NOTA PRÉVIA

Nos estudos de nossa história que venho realizando, particularmente sob o ângulo de sua economia, a fim de preparar meus trabalhos sobre a origem e desenvolvimento da indústria no Brasil, várias vezes me deparei com o nome de Silva Jardim, chamando-me a atenção algumas de suas posturas políticas e ideológicas, despertando meu interesse. Ao ler, porém, pela primeira vez, sua biografia, no pequeno grande livro de Maurício Vinhas de Queirós, *Uma garganta e alguns níqueis*, de 1947, fiquei sabendo que sua obra se encontrava dispersa em numerosos opúsculos, enfeixando suas conferências, discursos, manifestos, artigos de jornais, de difícil acesso, por estarem esgotados.

Recentemente, no entanto, em 1978, o Ministério da Educação e Cultura, a Fundação Casa de Rui Barbosa e o Conselho de Cultura do Rio de Janeiro publicaram, em boa hora, um grosso volume de mais de 480 páginas, com quase tudo o que deixou escrito o jovem tribuno “no estilo da Revolução Francesa, meio à Danton, meio à Camille Desmoulins”, como o qualificou Francisco de Assis Barbosa, na Apresentação. Barbosa Lima Sobrinho escreveu-lhe um Prefácio denso e erudito, esboçando-lhe um retrato com raro resplendor, em elegante estilo. A sua leitura atenta renovou meu interesse, transformando-o em entusiasmo pela sua elevada estatura político-social, por achar nele mais do que esperava: uma personalidade quase genial, certamente singular e inegavelmente particular em nosso passado, pelas idéias e propósitos expostos, de forte combatividade, armado de inaudita coragem, raiando ao fanatismo, e que deu à nossa propaganda republicana impulso inusi-

tado e grandioso, a despeito do curto espaço da sua atuação: unicamente os dois derradeiros anos da Monarquia. Isto me sugeriu o desejo de salientar separadamente as principais características do homem e do político naquilo que de mais e melhor efetuou: a promoção pela instauração de um novo regime. Assim se explica este desprezioso ensaio, como também pode-se considerá-lo de atualidade ainda para o momento que atravessamos.

Barbosa Lima Sobrinho, com a lucidez habitual e sua vasta cultura, soube muito bem compreender e situar Silva Jardim em sua época, pondo em destaque o que ele representou na história nacional, o que já foi proclamado, aliás, pelos seus próprios contemporâneos, não obstante os fatores negativos intrínsecos do Segundo Império, como a tardia Abolição, a Questão Religiosa, a Questão Militar etc., facilitando a sua obra.

Como se poderá verificar mais adiante, não projeto Silva Jardim isoladamente em meio aos acontecimentos efervescentes e às lutas em que se envolveu, porque, como adepto do materialismo histórico, procuro explicar sua ação como fruto da formação mental e da cultura adquirida desde os bancos acadêmicos, participando de organizações consideradas então subversivas, como a Maçonaria e a Bucha, em uma palavra, como fruto do tempo.

Para isso, apresento duas espécies de bibliografias: a primeira, referente aos sucessos econômicos, políticos e sociais ocorridos naquele período, e a segunda, concernente à sua personalidade e atuação, ambas conjugando-se admiravelmente para colimar o objetivo aqui perseguido: a constituição do impetuoso propagador da República entre nós. Com essa finalidade, reuni tudo o que me foi possível e me pareceu útil de autores conhecidos e consagrados, pouco divulgados, escassos, esgotados, mas sempre indispensáveis, pois, o próprio Silva Jardim permanece injustificada e inexplicavelmente marginalizado, lembrado tão-somente como nome de ruas, sem que seus feitos, de tão grande significação, atinjam até pessoas medianamente cultas. Daí a necessidade que tive de recorrer aos bibliófilos, ao comércio de livros usados, depreciativamente apelidado "sebo", que presta, no entanto, relevantes serviços aos que buscam se informar do pretérito, inclusive os próximos, como no meu caso, contendo todos eles, indistintamente, contribuições preciosas e mencionadas, por isso, no fim, conquanto os aponte nos pés-de-página, para maior comodidade do leitor.

Devo esclarecer, desde logo, não ter sido meu intuito o de traçar a biografia do meu personagem, porém, simplesmente realçar o lado da sua existência e atividade em que mais se elevou e para o qual era dotado de dons incomuns, como o de estupendo agitador de massas, pugnando, com palavras ardentes e extraordinariamente persuasivas, por um novo estado de coisas que lhe parecia mais adequado e justo para o povo e o país. Tornava-se imprescindível, em tal circunstância, ocupar-me de sua vida, o que fiz na medida requerida pelo tema. Não me cabe analisar as fontes e documentação utilizadas, deixando aos leitores e à crítica esse exame.

Existem, por certo, ocorrências de sua biografia não suficientemente esclarecidas até agora, como a de sua inesperada morte, de forma trágica – se teria sido premeditada ou ocasional –, bem como a de sua não-participação no ato da proclamação da República, em 15 de novembro – se constituiu mero esquecimento, ou fato pré-determinado, como lhe teria confessado Benjamin Constant, em virtude de sua posição radical, e para a qual, no entanto, foram convidados Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo. Embora tudo isso constitua problemas de somenos importância para nosso objetivo neste trabalho, espero que sejam eles em breve elucidados ao avançarem mais nas suas perquisições os estudiosos destes assuntos.

Para concluir estas considerações preliminares, cumpre-me agradecer o auxílio recebido de João Falchi Trinca, colocando à minha disposição sua magnífica “Brasileira”, que me ajudou a melhor nortear o roteiro deste trabalho.

Meu obrigadíssimo, igualmente, a Fabio Lucas, ex-presidente da UBE de São Paulo e ex-diretor do Instituto Nacional do Livro, sem cujo empenho esta publicação não teria sido possível.

Heitor Ferreira Lima



# 1

## DECADÊNCIA E FIM DO IMPÉRIO

Os historiadores são acordes, geralmente, em apontar 1870 com o término da Guerra do Paraguai, a formação do Clube Republicano, o aparecimento do jornal *A República* e a publicação do Manifesto Republicano, como o ano que marcou o fim do Império e o surgimento dos instrumentos econômicos, políticos e sociais para a implantação da República, entre nós, em 1889, pois, como todas as guerras, aquela não poderia deixar de contribuir para a mutação social, política e econômica da nação<sup>1</sup>. Aliás, Marx já dizia que as guerras e as revoluções são as locomotivas da História.

A Argentina, depois do conflito armado da Tríplice Aliança, consolidou seu domínio pela repressão ao caudilhismo, dando os primeiros passos no caminho de um desenvolvimento econômico que constituirá o fato mais expressivo da América do Sul. No Uruguai criou-se uma consciência nacional acima dos partidos, permitindo sua formação como nação independente. Por isso, escreveu Vicente Licínio Cardoso “que amolecido primeiro nos charcos do Paraguai, foi em verdade só depois desse trabalho que o *barro americano* acabou sendo modelado com a formação dessas

---

1. WERNECK SODRÉ, Nelson. *Panorama do Segundo Império*. São Paulo, Ed. Nacional, 1934. p. 341.

nacionalidades americanas”<sup>2</sup> O Paraguai, derrotado, ficou completamente aniquilado pela perda de 140 mil quilômetros quadrados do seu território, quantidade equivalente a Alagoas e Espírito Santo juntos e 96% de sua população masculina, deixando assim campo aberto para a penetração do imperialismo inglês<sup>3</sup>. No Brasil, a transformação foi mais profunda e extensa em consequência da existência da escravidão e da inexistência da República, pré-requisitos indispensáveis à nossa expansão, acrescida da amplidão territorial em dimensão continental, com sua diversidade econômica, dificultando a ação do progresso.

O que caracteriza, entretanto, a trajetória nacional nesse período é a intensificação do processo capitalista, iniciado em 1850, com a supressão do tráfico negreiro e os empreendimentos pioneiros de Mauá.

Nosso principal produto nesse pós-guerra passa a ser o café, de feição eminentemente capitalista, deixando para trás os anteriores, adquirindo grande penetração no mercado internacional, empregando operários em suas plantações, imigrantes assalariados em seus trabalhos, efetuando transações bancárias em seus negócios, determinando, com isso, mudanças estruturais significativas. Concomitantemente, crescem as estradas de ferro, a navegação fluvial, os centros urbanos. Só a desmobilização deixou sessenta mil desengajados a serem reabsorvidos pelas cidades, em sua maioria negros, por serem estes os elementos preponderantes das tropas regulares que combateram no exterior, tanto no exército quanto na marinha. As populações urbanas, nas cidades de mais de cinquenta mil habitantes aumentam, por isso, de 5,9%, em 1872, para 6,8%, em 1903<sup>4</sup>. Tomam vulto, assim, as atividades artesanais, comerciais, burocráticas, contribuindo para a elevação social do negro, com o surgimento de pretos e mestiços ilustres, como Torres Homem, José do Patrocínio, Luís Gama, Machado de Assis e tantos outros, enfraquecendo as elites agrárias. Em quantidade, os esta-

---

2. CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da História do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1979. p. 212. (Brasiliense, dir. Américo Jacobina Lacombe, 13.)

3. CHIAVENATTO, Júlio José. *O genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979. p. 163.

4. ALMEIDA PRADO, Décio de et alii. *O Brasil Republicano*. São Paulo, DIFEL, 1984, p. 20. (História da Civilização Brasileira, dir. Boris Fausto.)

belecimentos industriais passam de 62, de 1870-1874, para 248, de 1885-1890, e o número de operários, de 6.019 para 240.369, segundo o Recenseamento Geral de 1920. Desde 1869 o Partido Liberal pleiteava a modificação política, apresentando programa muito avançado para a época, como liberdade de comércio e de indústria, descentralização administrativa, extinção dos monopólios, reforço das autonomias das províncias e dos municípios<sup>5</sup>.

Esta evolução dos fatores materiais começa a entrar em choque com as velhas instituições vigentes. Assim, já em 1871, na "loja" maçônica do Rio de Janeiro, o padre Almeida Martins saúda a Lei do Ventre Livre daquele ano, promulgada pelo visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros e Grão-Mestre da Maçonaria, repercutindo com violência essa saudação na alta hierarquia da Igreja, punindo-se o sacerdote. No ano seguinte, o capuchinho frei Vital Maria, educado em Roma dentro do espírito ultramontano, é sagrado bispo de Olinda. Nesse mesmo ano, a Maçonaria local anunciou missa em comemoração da sua fundação, que foi proibida pelo bispo, iniciando uma campanha para que os católicos, principalmente os padres, abandonassem a confraria, determinando que os dois padres que desobedeceram fossem proibidos de rezar missa. Determinou ainda D. Vital às irmandades religiosas que expulsassem seus membros ligados à Maçonaria. Desobedecido pela Irmandade Nossa Senhora da Soledade, ordenou sua interdição em 1873. Não conseguindo, entretanto, seu intuito, fechou também as demais irmandades que seguiram o exemplo da primeira. Ao mesmo tempo, D. Antônio de Macedo Costa, bispo de Belém, adotava idênticas medidas.

É preciso não esquecer que a Maçonaria, no Brasil, era instituição antiga, tendo contribuído valiosamente para a fundação de nosso Primeiro Império. Além disso, não era anticlerical, abrigo de numerosos sacerdotes, que se orgulhavam disso publicamente. A reação, nessas condições, não se fez esperar, denunciando-se como retrógrada a ação dos bispos, apelando as Irmandades interditas para o Governo. A fim de se compreender tal procedimento, é necessário lembrar que desde a Constituição outorgada de 1824, o Imperador tinha poderes para criar e prover o preenchimento dos cargos eclesiásticos, detendo ainda o direito para a aplicação das bulas e atos da Santa Sé, mesmo em assuntos litúrgicos,

---

5. PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1969. p. 126.

que somente deveriam ser cumpridos com a permissão imperial. Completava esse acordo a remuneração dos sacerdotes mediante salários pagos pelo Governo, como os funcionários públicos. Baseados nesses atos, as decisões de D. Vital e D. Macedo Costa foram suspensas pelo Conselho de Estado, por não terem obtido antes as devidas permissões imperiais. Os bispos, porém, recusaram cumprir as determinações governamentais. A Igreja católica viu-se então envolvida numa luta entre a solidariedade aos bispos e a Maçonaria, apoiada pelo Governo. Armava-se, desse modo, a chamada Questão Religiosa.

Procurou-se uma solução através da mediação papal, por meios diplomáticos. Mas, a prisão de D. Vital, condenado a quatro anos de prisão, com trabalhos forçados, em fevereiro de 1874, provocou o rompimento das conversações com o Vaticano, sendo igualmente preso, em junho, o bispo paraense<sup>6</sup>.

No ano seguinte, a princesa Isabel, como regente do trono, estando o pai ausente, em Filadélfia, para a comemoração da Independência norte-americana, assinou o ato anistiando os dois prelados, “fazendo, por satisfazer, com a tolerância tardia do governo, os sentimentos católicos da população”. Contudo, as relações entre a Igreja e o Trono continuaram estremecidas<sup>7</sup>. Em 1890, os bispos, em Pastoral Coletiva, aderiram à República, encerrando-se desse modo a Questão Religiosa.

Deve-se aduzir também que a Maçonaria voltava às atividades políticas, retomando o impulso liberal da Independência e do Primeiro Império, cindida em 1862, quando se opôs ao seu chefe conservador e católico, o marquês de Abrantes, uma ala jovem, de caráter radical, encabeçada por Saldanha Marinho. A abolição da escravidão e a campanha republicana tornaram-se novamente temas de suas tradições “iluministas”, onde os “espíritos fortes” se iniciavam em suas “lojas” em núcleos de agremiações de intelectuais, não escondendo mais seus mistérios, como outrora. Ao longo da linha da Mogiana, em São Paulo, depois de 1873, estas “lojas” se constituíram em campo de propaganda de Francisco Glicério, Campos Sales e Prudente de Moraes. Em São José do Rio Pardo abrigava entusiasmos liberais, formando-se duas alas que se desafiavam em confrontos marcadamente políticos, de grande repercussão popular, granjeando-lhes enorme prestígio público<sup>7</sup>.

---

6. SAGA. São Paulo, Abril Cultural, 1981. v. 4, pp. 218-19.

7. CALMON, Pedro. *História social do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1937. Tomo II, p. 338. (Brasiliana, dir. Fernando de Azevedo, 40.)



A Guerra do Paraguai nos pegou de surpresa, com exército que era uma ficção, composto de quinze mil homens, fazendo-nos compreender a necessidade de uma tropa bem preparada e adestrada para longas operações no exterior, não bastando mais as tropas irregulares gaúchas à base do voluntariado forçado, quando nossos problemas eram unicamente os platinos. O que se exigia agora de modo quase súbito consistia na criação de um instrumento militar forte para operar distante de suas bases nacionais, contra exércitos que lutavam em seu próprio território. Tivemos então que improvisar esforço de mobilização bélica, com recrutamento de 100.000 homens, preenchidos pela população civil ingênua no adestramento de armas, porque a organização militar não era encarada como um fim, tanto no referente aos comandantes quanto aos comandados. E, durante cinco anos, essa força social, esse agrupamento humano, vai se tornar a preocupação máxima do país, na qual estava depositada a confiança nacional<sup>8</sup>. Não decorrer da campanha, homens da classe média e mesmo de camadas inferiores galgam o oficialato, rompendo-se desse modo a linha da cor, deixando o rótulo da pele de constituir impedimento à ascensão na hierarquia militar.

Sendo já frouxo na tropa regular, a guerra liquidou-o quase totalmente.

O recrutamento, atingindo maiormente os negros, chocou-se com o trabalho escravo, debilitando-o mesmo através de medidas legais, resultando em alforrias e fugas em massa. Tais acontecimentos teriam de forjar uma nova mentalidade no exército. Fora demasiado traumatizante e longo o tempo da luta para não produzir efeitos consideráveis. Por isso, o exército que surge da Guerra do Paraguai é força nova na vida da nação, que não será relegada a segundo plano, por não mais se conformar com o papel subalterno que lhe era atribuído<sup>9</sup>.

Dessa forma, a oficialidade voltou da guerra consciente de sua importância na esfera nacional e disposta à ação política – atitude que não tardou em provocar profundas desconfianças na elite dirigente. A luta armada, revelando as contradições do Império, mostrava a dura realidade de um exército que tinha para defendê-lo uma tropa formada, em sua grande maioria, por soldados negros, ao mesmo tempo que lhe demonstrou a República na Argentina e

---

8. WERNECK SODRÉ, Nelson. Op. cit., p. 343.

9. WERNECK SODRÉ, Nelson. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.

no Uruguai, constituindo isso mais um dado contra a Monarquia brasileira. Constatando a corrupção que grassava na vida pública, imbuu-se da missão salvadora na qual a dignidade da farda se opunha aos políticos civis, “os casacas”, aproveitadores da miséria do país<sup>10</sup>.

Seus chefes, como Caxias, conservador, e Osório, liberal, conquistaram prestígios crescentes, com maiores atividades no cenário político. O Exército se modernizou igualmente com a aquisição, na Europa, de fuzis *Comblain* e canhões *Krupp*. O regulamento disciplinar, no entanto, mantém-se austero, a fim de evitar que os oficiais ultrapassem “certos limites”, impedindo partições coletivas, publicação de representação contra os superiores, objetivando mais frear manifestações políticas do que manter a disciplina formal.

Todos estes atos dão lugar à insatisfação latente, a primeira das quais explode em 1882, ao ser publicado projeto de reforma do montepio militar, considerado contrário aos interesses da tropa, levando à formação de um núcleo de resistência na Escola Militar. Antônio Senna Madureira, militar de prestígio, ataca-o pela imprensa. O Governo encerra a discussão arquivando o projeto, enquanto que, em 1884, proíbe manifestações dos militares pela imprensa, sem prévia autorização do ministério da Guerra, composto geralmente de civis, o que conduz, nos anos seguintes, a outros sérios incidentes entre a oficialidade e a ação governamental, assumindo cada vez mais caracteres políticos e abolicionistas, decorrendo daí a chamada Questão Militar<sup>11</sup>. Com isto, o trono perdia seus dois maiores sustentáculos: o clero e o exército.

Outro aspecto dessa nossa trajetória histórica que estamos abordando refere-se à revolução ideológica que se processou simultaneamente, tomando-se a palavra ideologia no sentido do materialismo histórico, ou seja, “uma forma de consciência social como reflexo da vida material e os interesses de determinada classe”<sup>12</sup>.

Nesse sentido, é bastante conhecido o trecho de Sílvio Romero qualificando o decênio de 1868 a 1878 como o mais notável de

---

10. Id. *Saga*, p. 223.

11. WERNECK SODRÉ, Nelson. Op. cit., pp. 147-53. (V. detalhes destes incidentes.)

12. SOARES, Orris. *Dicionário de Filosofia*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1968. v. II, p. 275.

quantos no século XIX constituíram a vida espiritual nacional, quando um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte, agitando a questão dos cativos, discutindo o aparelho sofisticado das eleições, o sistema de arrocho das instituições policiais, o da magistratura e outras de caráter econômico. O Partido Liberal lança um programa quase socialista. O Partido Republicano se organiza, iniciando sua propaganda, e a filosofia espiritualista católica e eclética sofre o impacto do positivismo<sup>13</sup>. Como resultado da diferenciação crescente da economia e da sociedade, particularmente a partir de 1870, uma nova elite intelectual composta de militares, médicos, engenheiros, abolicionistas e republicanos, com inabalável confiança nas ciências exatas, repudia tudo o que fosse anticientífico e irracional, como a religião e a monarquia, criando ambiente propício ao positivismo.

Foi pois a partir de 1850 que professores e estudantes de engenharia começaram a divulgar entre nós as idéias de Auguste Comte, levados a elas pelos estudos da matemática, penetrando também na Escola Militar, por ser então uma escola de engenheiros, fazendo com que muitos deles, influenciados por aquela matéria, perdessem o espírito belicista, o que concorreu para a sua "paisanização", na expressão pejorativa de alguns autores. Em 1847, Benjamin Constant, através do estudo da matemática, já tomara contato com a doutrina de Comte, da qual se tornaria um dos maiores propagadores nas instituições de ensino, principalmente na Escola Militar, onde lecionava aquela disciplina. 1874 seria, contudo, o grande ano do positivismo no Brasil, por ter sido quando Luís Pereira Barreto, que estudara na Bélgica, publicou o primeiro volume do seu livro, *As três Filosofias*. Era ainda o ano em que Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, dois jovens estudantes republicanos, induzidos por Benjamin Constant, se aproximaram das concepções comteanas na versão de Littré, ou seja, adotando puramente a parte filosófica, dando-lhe grande difusão, passando-a dos meios matemáticos para o meio da rua.

Em abril de 1876, uma ala ortodoxa do positivismo existente, sob a orientação de Carlos de Oliveira Guimarães, professor de matemática do Colégio Pedro II, juntou-se aos companheiros de

---

13. ROMERO, Sílvio. Explicações indispensáveis. In: Barreto, Tobias, *Vários escritos*.

Miguel Lemos e Teixeira Mendes e de Benjamin Constant, sem caráter militante, todavia, para fundação da biblioteca, abrangendo exclusivamente obras aconselhadas por Auguste Comte, mas, dias depois, o professor morre, causando duro golpe ao grêmio recém-formado. Este, porém, reage, acentuando a ortodoxia da doutrina, engrossando as fileiras com novas adesões, formando a primeira Sociedade Positivista do Rio de Janeiro<sup>14</sup>.

Nesse ínterim, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, que haviam sido excluídos da Escola de Engenharia, já se encontravam em Paris, porém, desiludidos com Littré, aproximaram-se da outra corrente positivista, encabeçada por Pierre Lafitte, à qual acabaram por aderir. Regressando Miguel Lemos em 1881 como “aspirante do sacerdócio da Humanidade”, promovido por Lafitte, transformou a Sociedade em Igreja Positivista do Brasil, adotando também a parte religiosa. Desenvolvendo ampla atividade, encontrou particular ressonância na mocidade acadêmica, tornando o Apostolado Positivista em largo movimento intelectual que se estendeu intensamente, tanto antes como após a proclamação da República. Entretanto, a fim de melhor compreender seu influxo, examinemos perfunctoriamente seu posicionamento ante nossos principais problemas do tempo.

Conquanto pessoalmente Comte fosse republicano, mas republicano ditatorial, com “senso grave da ordem”, era o que se chama “direitista” por temperamento. No Brasil, os positivistas eram republicanos, não sendo anticlericais nem católicos, atuando, portanto, contra a religião oficial e o regime político. Não desejavam promover a violência, esperando que o tempo e as leis os levassem à realização da profecia do Mestre. Sem pregar a revolução, atacavam violentamente o Imperador, não lhes reconhecendo as qualidades de estadista, declarando falsos os elogios que lhe faziam<sup>15</sup>. Em relação ao abolicionismo, distinguiam a escravidão antiga da moderna, considerando sofistas os que achavam impossível a transformação e a indenização pecuniária, proibindo, no entanto, a manutenção, pelos núcleos positivistas, de quaisquer escravos, contribuição bem pequena ante os versos de Castro Alves e à ação de Joaquim Nabuco, segundo Camilo Torres. Para a República

---

14. OLIVEIRA TORRES, João Camilo de. *O Positivismo no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1943. pp. 51-54.

15. Id., *ibid.* pp. 63-64.

pregavam um governo ditatorial, abolição do sistema parlamentar, elaboração de Constituição submetida à livre apreciação pública (plebiscito), devendo-se combinar a ditadura com a liberdade espiritual, reunindo o poder executivo com o judiciário e o legislativo, após consulta pública, transmissão do poder livremente ao sucessor escolhido pelo ditador, suspensão do ensino, exceto o primário, considerando desnecessárias mais universidades, que só serviriam para dar maior intensidade às deploráveis pretensões pedantocráticas de nossa burguesia, devendo a cultura ser transmitida e conservada, ensino particular e cursos profissionais<sup>16</sup>; liberdade de reuniões, de discussão e profissional, supressão dos privilégios científicos, técnicos e profissionais; assembleia eleita em escrutínio descoberto, destinada exclusivamente a votar impostos e controlar as despesas; salvaguarda da situação material pelos funcionários civis. Outra curiosidade positivista consistia na divisão de classes, considerando mais importante a dos sacerdotes, por não serem teólogos mas sociólogos, mas, por possuírem capacidade industrial em suas diversas subdivisões: banqueiros, comerciantes, fabricantes, agricultores. Reclamam o concurso da mulher e do proletariado, colocando-os, no entanto, no extremo inferior da escala social, devidas às suas incompetências para decisões das questões sociais<sup>17</sup>.

Com estas concepções políticas e sociais, a República proclamada em 1889 não poderia agradar os nossos adeptos de Comte, pleiteando eles, por isso, medidas complementares, como a secularização dos cemitérios, fim da distinção entre trabalhadores e funcionários públicos, manifestando-se contra a grande naturalização, a vacina obrigatória, a reforma bancária de Rui Barbosa; acabaram contribuindo apenas para a elaboração da bandeira nacional. Sua participação na propaganda republicana e na proclamação do novo regime foram nulas, porém, mesmo assim, tiveram um representante no Governo Provisório, por algum tempo: Demétrio Ribeiro, na pasta da Agricultura.

O único Estado a adotar uma Constituição, nos moldes positivistas, foi o Rio Grande do Sul, redigida por Júlio de Castilhos, em 1891, com o governo de um homem só, a monocracia, a qual, na realidade, durou até 1923, com Júlio de Castilhos e Borges de Me-

---

16. Id., *ibid.* pp. 256, 257 e 259.

17. RIBEIRO JÚNIOR, João. *O que é Positivismo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982. pp. 35-36.

deiros, este reeleito cinco vezes, substituído por Getúlio Vargas, que, em 1930, assumiu a presidência da República, onde se manteve até 1945. Foi por isso, certamente, que José Honório Rodrigues escreveu ser o Rio Grande do Sul o único Estado a fabricar ditadores, por reunir o Colégio Militar que adotou o positivismo e o caudilhismo de origem artiguista, sendo o primeiro, Júlio de Castilhos, cognominado de "Pai dos Ditadores"<sup>18</sup>.

A maior influência positivista nos meios acadêmicos foi exercida, sem dúvida, por Benjamin Constant, na Escola Militar, embora houvessem outros também, particularmente entre a turma participante na proclamação da República, que se distinguiram, mais tarde, em vários cargos públicos e até hoje composta de nomes conhecidos, como Cândido Mariano da Silva Rondon, Barbosa Lima, Lauro Sodré, Tasso Fragoso, Dantas Barreto, Euclides da Cunha, Ximeno Villeroy, Antônio Pereira Prestes (pai de Luiz Carlos Prestes), Francisco Bueno Horta Barbosa, Manuel Rabello etc. A Escola Naval, denominada hoje Escola da Marinha, possuía igualmente vários professores positivistas, o mesmo acontecendo na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na Escola de Belas Artes, na Faculdade Livre de Direito, atualmente Faculdade de Direito da Universidade do Brasil<sup>19</sup>. A Faculdade de Direito de São Paulo tornou-se outro foco importante irradiador do positivismo, por sua influência se estender a outras Províncias, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, tendo sido seu iniciador o próprio Miguel Lemos, em 1881, numa *viagem apostólica*, como ele mesmo a denominou, instalando a Sociedade Positivista de São Paulo, da qual fizeram parte Godofredo Furtado, José Leão, José Bento de Paula Sousa, Carvalho de Mendonça, atraindo posteriormente mais pessoas, como Silva Jardim, que, embora separando-se logo dela, ainda freqüentou reuniões positivistas em Paris, pouco antes de seu desaparecimento em Nápoles. Entre os intelectuais, principalmente escritores, Ivan Lins menciona Júlio Ribeiro, José Veríssimo, Martins Júnior, Conde de Afonso Celso, Araripe Júnior, Lima Barreto. Mesmo no marxismo há quem vislumbre aproximação através de influência de Hegel em Comte e "quem diz Hegel diz Marx"<sup>20</sup> e ainda outros através de professores como Leônidas de

---

18. COOJORNAL. Bueno, Eduardo. mar./abr. 1981.

19. LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1964, cap. III. (Brasiliana, dir. Américo Jacobina Lacombe, 322.)

20. OLIVEIRA TORRES, João Camilo de. *Op. cit.*, p. 36.

Rezende e João Cruz Costa, na verdade positivistas e meros simpatizantes do marxismo. Antônio Paim diz não haver entre nós grande interesse pela teoria marxista, esquecendo que tal desinteresse decorre, por um lado, da constante repressão contra ela desencadeada pelas autoridades administrativas e, por outro, pela filosofia constituir no Brasil luxo de alguns ricos senhores ilustrados, desde os tempos coloniais, conforme assinala Cruz Costa. Recentemente, no entanto, não têm faltado teses, opúsculos e livros expondo e debatendo a teoria marxista.

Desse modo, enquanto no Sul, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, o positivismo se expandia amplamente, no Nordeste, especificamente em Recife, surgia a chamada Escola de Recife, com Tobias Barreto, Sílvio Romero, Artur Orlando, Clóvis Beviláqua procurando dar combate à influência intelectual francesa por nós sofrida, contrapondo-lhe a cultura alemã, a fim de abrir novos horizontes à inteligência brasileira<sup>21</sup>, consistente em conduzir às últimas consequências o rompimento com o positivismo.

Nas duas academias então existentes, a de São Paulo e a do Recife, núcleos representativos das idéias jurídico-políticas que orientavam a ação conservadora do país, as renovações oriundas das transformações econômicas e ideológicas decorrentes da Guerra do Paraguai ecoaram também, todavia, de modo diferente. Na de São Paulo predomina agora o lado político, enquanto que no Recife sobressai o lado intelectual. Em São Paulo há maior ambiente para as idéias republicanas, transigindo até com a escravidão, ao passo que em Recife, domina a nota intelectual, buscando novos caminhos. Na primeira dá-se preferência aos aspectos das instituições e na segunda o esforço converge na revolução das idéias, abandonando para segundo plano as cogitações políticas<sup>22</sup>.

A primeira figura dessa inovação nordestina é Tobias Barreto, mulato brilhante, de sólida cultura, que sob o influxo de Emmanuel

- 
21. PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1967, pp. 22 et seqs.  
CRUZ COSTA, João. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1980, pp. 16-17.
22. LIMA, Hermes. *Tobias Barreto: a época e o homem*. São Paulo, Ed. Nacional, 1939. pp. 202-203. (Brasiliana, dir. Fernando de Azevedo, 140.)

Kant, procurou reabilitar o papel da filosofia como investigadora das condições das demais ciências. Assimilou, igualmente, os princípios do naturalista inglês Charles Darwin e do biólogo alemão Ernst Haeckel, adotando sobretudo o monismo evolucionista do mundo, segundo o qual a realidade é constituída de uma única substância, podendo todas as leis serem reduzidas a uma só, a lei do movimento, como motor da evolução, o que derrota a influência de Gary Friedrich Hegel, interessando-se ainda por Noiré, Edward von Hartmann, mas, desprezando Nietzsche, ignorando a renovação neokantiana de Liebermann, Richert e outros, segundo Vamireh Chacon<sup>23</sup>, tendo conhecido a obra de Karl Marx, sendo talvez o primeiro a citá-lo no Brasil. Com a contribuição da sua crítica e a tentativa de restauração da metafísica atingiu seu apogeu nos três lustros a partir da segunda metade da década de 80. A receptividade de suas idéias atingiu as Faculdades recém-formadas do Ceará e da Bahia<sup>24</sup>. Contudo, Cruz Costa não o considera filósofo original, mas simples comentador do pensamento europeu, particularmente do alemão. Sua originalidade consistiu em haver pressentido a necessidade em contrapor o humanismo ao positivismo<sup>25</sup>.

Algumas de suas posições ante os nossos principais problemas de então ajuda-nos a compreendê-lo melhor. Assim, ao fundar, em 1877, o Clube Popular de Escada, disse que nossa população se achava não somente dividida em classes, mas também em castas, tratando-se de povo triste, sofrido, tendo na frente o estigma da infelicidade por acúmulo de miséria; não se julgando entre aqueles que achavam o povo não estar ainda maduro para a liberdade, como se fosse possível o tirocínio da liberdade sem exercê-la. Não se considerava socialista por não considerar a pobreza castigo econômico, nem achar que as medidas de socorro e alívio a ela importa em premiar os inertes e os preguiçosos. Atribuiu ao Clube de Escada o intuito de despertar a indignação contra os opressores e entusiasmo pelos oprimidos. Não se classificando de republicano nem amigo do rei, por não amá-lo nem odiá-lo, tolerando-o apenas<sup>26</sup>. Entre suas falhas creio que se devem indicar sua indiferença

---

23. CHACON, Vamireh. *Da Escola do Recife ao Código Civil*. Rio de Janeiro, Org. Simões Ltda., 1934. pp. 24 e 31.

24. PAIM, Antônio. Op. cit., pp. 132, 137 e 161.

25. CRUZ COSTA, João. Op. cit., pp. 212-13.

26. PAIM, Antônio. Op. cit., p. 153.



pelo abolicionismo e sua crença religiosa no catolicismo, tachando o ateísmo de tolice, conquanto não se considerasse devoto<sup>27</sup>.

Hermes Lima diz ainda que a Escola do Recife foi inventada sem ter existência na vida real; o nome de *Escola* é exagerado. Com o crescimento das cidades, o desenvolvimento e a dispersão da vida intelectual, com a fundação de faculdades de Direito por toda parte, terminava o primado que as duas velhas academias tiveram por largo tempo, cabendo ao professorado de Tobias a derradeira expressão dessa primazia, por ser a mais brilhante<sup>28</sup>.

Estas são, em síntese muito abreviada e imperfeita, as duas principais correntes de pensamento do país, após a Guerra do Paraguai, ao lado do catolicismo, dividindo igualmente as nossas duas mais importantes regiões, o Sul e o Norte, o que se pode ainda estender aos dois produtos agrícolas de maior relevo que caracterizaram nosso passado econômico, um em decadência, outro, em ascensão: o açúcar e o café. A monarquia chegava destarte ao seu fim, divisando-se já no horizonte os clarões da alvorada republicana de 15 de novembro de 1889, no velho Campo de Santana do Rio de Janeiro.

---

27. LIMA, Hermes. *Op. cit.*, p. 189.

28. Id., *ibid.* pp. 244 et seqs.

## TERGIVERSAÇÕES DO PARTIDO REPUBLICANO

A publicação do Manifesto do Partido Republicano no primeiro número do jornal *A República*, em 2 de dezembro de 1870, obedeceu a uma necessidade histórica ante o desenvolvimento econômico, político e social que havíamos atingido, pois, como apontava o próprio Manifesto “somos da América e queremos ser americanos”, e a América toda era republicana.

Esse documento político consubstanciava as aspirações da nova classe em ascensão no mundo, a burguesia, que estava provocando profundas e rápidas transformações por toda parte, mas revelava atitude cautelosa, segundo certos historiadores, nada realmente representando de novo, segundo outros, por não descer a um sério estudo das realidades nacionais, em seus múltiplos aspectos, como salientou José Maria Belo. Daí, certamente, a sua omissão em importantes questões, sua falta de unidade ideológica, as indecisões nas críticas administrativas e ausência de firmeza nas orientações propostas, não propugnando pelos direitos civis, conteúdo fundamental do conceito democrático. Tal orientação alienou-lhe a combatividade de que se deveria revestir como instrumento destinado à transformação social radical, que pretendia. Isto explica ainda as tergiversações em toda a sua trajetória teórica e prática. O mais saliente, nesse aspecto, no exame do conjunto de nossa sociedade de então, foi a omissão da escravatura, o mais candente problema da época, como suporte principal do sistema latifundiário reinante, e já repudiado como labéu por toda a intelectualidade, desde a sonoridade cantante dos versos de Castro Alves ao verbo impetuoso

de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, sendo o Brasil o único país no Continente a manter tão infamante e anacrônico modo de produção. A guerra que acabava de encerrar-se demonstrara admiravelmente a grandeza humana da raça negra, elevando-a no conceito nacional, através do valor demonstrado nos campos de batalha, atestado pelas condecorações recebidas e escamoteado, na realidade, pela ilaqueação da liberdade prometida. Somente isso bastaria para condenar aquela instituição, que, no entanto, persistia tardiamente.

Ante situação tão grave, o Partido Republicano contemporizava, aventando soluções genéricas, várias, imprecisas, como a da emancipação com indenizações, por períodos de dez a quinze anos, considerando-a assunto social de interesse de todas as cores políticas, preconizando para sua ação partidária uma operação sem abalo, condenando as prejudiciais reformas revolucionárias e esperando sua solução para antes de alcançarem o poder, evitando desse modo a responsabilidade sobre tão grave problema. Estas atitudes esquívas, cheias de ambages, redundava em discussões estéreis, levando a deserções, como a de Luís Gama, e ao desligamento de José do Patrocínio, criador, depois, da nefanda Guarda Negra, perturbadora dos atos republicanos. Por outro lado, candidatos republicanos, como Campos Sales e Prudente de Moraes, elegiam-se com apoio dos conservadores, principais sustentáculos da Monarquia que condenavam. O Partido Republicano Paulista, em sua famosa Convenção de Itu, em 1873, manifestava-se, taxativamente, pelo princípio federativo aplicado lentamente, de acordo com seus interesses particulares e a substituição do trabalho servil baseada na indenização e no resgate. Sua maioria sufocava, assim, as tendências republicanas em troca das vantagens nas possíveis alianças com os fazendeiros de Campinas. O único a protestar contra esta apostasia foi Luís Gama, mulato e ex-escravo, em palavras esbraseadas que lhe saíam da boca aos borbotões, profligando aquele vínculo com a opressão e o crime, ante uma sala siderada, em desesperado apelo aos sentimentos de humanidade e de honra dos congressistas, conduzindo à suspensão da sessão, sob a dolorosa impressão daquele discurso viril, temerosa da desarticulação do próprio Partido<sup>1</sup>.

---

1. SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a Abolição*. São Paulo, Livr. Martins, 1942. pp. 150-51.

Outra fraqueza do Manifesto de 1870 foi a tibieza nas palavras e na ação. Declarava não ter a intenção de convulsionar a sociedade, usando como arma a discussão, os instrumentos pacíficos, que lhes pareciam suficientes para a vitória da causa do progresso e da grandeza de nossa pátria. A bandeira do progresso – dizia o Manifesto – não repele os erros do passado para as adesões sinceras, por aceitar todo concurso leal<sup>2</sup>. Era uma atitude amorfa, sem firmeza de princípios, que dessa maneira assumia, assemelhando-se mais a uma proposta de frente única do que a uma plataforma republicana definida de um organismo, objetivando a transformação de regime obsoleto, decadente, como se fosse apenas um conglomerado antimonárquico indefinido. Repudiava, contudo, um tanto paradoxalmente, a falta de responsabilidade da Monarquia perante a Nação, opondo-lhe uma forma democrática baseada no sufrágio representativo da soberania popular.

Esta afirmação, entretanto, parece mais uma justificativa contra o republicanismo estatal apregoeado pelos positivistas, cuja influência crescia, qualificando a República como reinado de uma assembleia. Eram dois princípios então muito divulgados, porém, de pouco interesse nas discussões, ofuscados por outros de maior importância e mais imediatos.

Entre estes estava o federalismo, contraposto ao centralismo absorvente monárquico, que sujeitava as Províncias à tutela do governo-geral, tolhendo-lhe as iniciativas mais essenciais. Este tema ocasionou largos debates, porque o federalismo proposto foi entendido como autonomia provincial até o separatismo, como se manifestavam em São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará<sup>3</sup>. É ele, no entanto, a nosso ver, o responsável pela fragmentação do Partido Republicano em unidades provinciais, primeiro, e estaduais, mais tarde, geradas das oligarquias, estendendo-se a todos os partidos políticos posteriormente, dificultando a criação de um espírito nacional e mesmo social de conjunto, origem, por sua vez, dos bairrismos que nos caracterizam até hoje. Sua fonte, naturalmente, pode ser encontrada na diversificação de nosso desenvolvimento eco-

---

2. BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos no Segundo Império*. São Paulo, Tip. Jorge Seckler. 1878.

3. DEBES, Célio. *O Partido Republicano na propaganda, 1872-1889*. São Paulo, s. ed., 1975. pp. 64 et seqs. (Ver a respeito.)

nômico, na amplidão territorial, na variedade climática e talvez mesmo em seu povoamento desigual, histórico e racialmente.

A contemporização do Manifesto foi sobretudo responsabilidade de Quintino Bocaiúva, seu principal redator, possivelmente visando com ela angariar adeptos entre as mais largas camadas sociais, particularmente entre as mais elevadas, por serem as mais decisivas. Definindo seu conceito de “evolucionismo pacifista” assim escrevia em 3 de março de 1882: “A evolução faz-se revolução — desde que a unidade moral das convicções determine, em uma ocasião dada, a unidade e o acordo das vontades”. Esclarecendo essa definição mais adiante, acrescenta: “fazer ao tempo e às circunstâncias especiais do meio em que se vive e trabalha, aquelas concessões que razoavelmente se lhes pode fazer sem quebra dos princípios nem desfalecimentos morais; concessões que nada mais exprimem do que uma contemporização legítima e necessária com a modalidade ocasional ou transitória da sociedade, tal é, em nosso humilde entender, a definição do evolucionismo político”<sup>4</sup>. A evolução consistia, pois, em fazer concessões “sem quebra dos princípios morais nem desfalecimentos morais”, que sejam uma “contemporização legítima e necessária”, nas quais são esses princípios que não se deveriam quebrar e que significa contemporização legítima e necessária. E por que e para que havia necessidade de contemporização? Isso não é explicado. Dez anos antes, os republicanos paulistas foram mais explícitos ao declararem que “a bandeira sob a qual militamos desfralda-se em terreno legal, moderado ou pacífico”, aduzindo que não aplaudem medidas que saem das raiais da moderação, filha do confronto dos princípios econômicos com as circunstâncias do país”<sup>5</sup>, porque eram os “princípios econômicos” que estavam em jogo e não deviam sofrer confrontos.

Ao aproximar-se, entretanto, o fim da Monarquia, quando a correlação das forças sociais se mostrava francamente favoráveis aos republicanos, em maio de 1889, Quintino Bocaiúva muda de posição e admite “a revolução” abertamente. Assim, no banquete que lhe foi oferecido pelos republicanos paulistas pela sua eleição para a chefia do Partido Republicano, exclama: “Esse processo evolutivo não exclui, como já disse, nem a revolução nem o empre-

---

4. O GLOBO, citado por George Boehrer. In: *Da Monarquia à República* Ministério da Educação e Cultura, s. d. p. 227.

5. BRASILIENSE, Américo. Op. cit., p. 147.

go dos meios mais diretos e eficientes, para chegarmos ao advento da República”, atirando, todavia, a oportunidade do seu emprego aos adversários, ou seja, os monarquistas. É que as circunstâncias se transformaram em decorrência de importantes acontecimentos políticos, que evidenciavam a possibilidade da ascensão do Terceiro Réinado. Pela mesma linha já se haviam manifestado igualmente os republicanos gaúchos em sua célebre reunião de Reserva, de março de 1889, conforme apontou seu biógrafo<sup>6</sup>.

Contrária à orientação pacifista de Quintino, no entanto, já se ia criando no Partido uma ala radical, encabeçada por Lopes Trovão, Aníbal Falcão, Silva Jardim. Este, conquanto positivista, definia a revolução como levantamento de massas para derrubada da instituição, com ou sem apoio da nação inteira, por meio das armas no campo de batalha ou por meio de pronunciamentos nos parlamentos, nas reuniões públicas, pelos panfletos, pelos discursos, concluindo por aceitar essa revolução com todas as forças de que seria capaz<sup>7</sup>.

Aristides Lobo afirmava, em março de 1889, que a maioria do Partido no Rio de Janeiro acreditava na revolução e Silva Jardim dizia ter encontrado nesse mesmo Rio de Janeiro, pelo menos, cinquenta pessoas partilhando de suas idéias. No entanto, provavelmente representava esse contingente considerável percentagem do Partido Republicano, composta especialmente pelos elementos mais jovens e mais recentes. A maioria dos líderes, contudo, não participava desse entusiasmo.

Outro componente da ideologia política de Quintino Bocaiúva residia em sua afeição pelo caudilhismo imperante na América hispânica dos Bolívar, San Martín, O'Higgins, Miranda, que abatera a hidra da dominação espanhola no início do século, banindo a escravidão, observa José Maria dos Santos. Era preciso resistir ao poder pessoal do Imperador, revisando a amputação histórica por nós sofrida em relação aos nossos irmãos americanos, entre o encerramento colonial e o advento da República, e esse programa só poderia ter caráter militar. Daí a guarida que dava nos jornais em que colaborava aos episódios que iam constituindo a Questão Militar,

---

6. SILVA, Ciro. *Quintino Bocaiúva: o Patriarca da República*. São Paulo, Ed. Egladit, 1962.

7. BOHERER, George C. A. Op. cit., p. 238.

mantendo-os vivos e prolongando-os mesmo. Talvez por isso tenha sido o único civil a participar oficialmente do golpe que depôs a Monarquia e a lembrança da advertência no Manifesto Republicano de que "Somos da América e queremos ser americanos". Não que Bocaiúva nutrisse qualquer tendência militarista, pois não considerava os militares suficientemente preparados para uma conspiração consciente e decidida. A origem era outra. Embora carioca de nascimento, de pai brasileiro, ficou órfão muito cedo, sendo criado pela mãe, que era argentina e exercia sobre ele forte influência, aprendendo de preferência o castelhano, língua em que escreveu suas principais produções literárias conhecidas. Chegou até a ser acusado, por isso, de não ver os negócios do Brasil de um ponto de vista realmente brasileiro, dentro de nossa evolução política, parecendo, aos seus acusadores, escrever mais para um jornal funcionando na *Calle Florida* ou *Calle Corriente* do que na rua do Ouvidor, do Rio de Janeiro, o que lhe causou dissabores da parte de alguns brasileiros, por suas ligações com argentinos, durante a Guerra do Paraguai, quando ocupava funções de nosso Ministério da Fazenda em Buenos Aires. Bernardino de Campos e Américo Brasiliense não concordavam com a proclamação da República ao sabor de um levante militar, como foi aceito por Quintino Bocaiúva<sup>8</sup>. Alega-se, por outro lado, que a atitude de Quintino Bocaiúva, defendendo as reivindicações militares, teria apenas a intenção de aumentar a incompatibilidade destes com a monarquia.

Entretanto, os acontecimentos conducentes à instauração da República se precipitaram, particularmente a partir da já citada manifestação dos republicanos gaúchos da Fazenda da Reserva, o que levou, em outubro, à intensificação das confabulações militares nos quartéis e na Escola Superior de Guerra, envolvendo na trama que se urdia o marechal Deodoro da Fonseca, a personalidade de maior prestígio no exército. As reuniões e o proselitismo cresceram então, sendo Deodoro posto a par das ações realizadas, até conseguir-se sua adesão à conspiração em preparo. Benjamin Constant e Sólton Ribeiro eram os mais ativos, estendendo-se em seguida o convite a Floriano Peixoto. Francisco Glicério é chamado de São Paulo. Em 11 de novembro, na casa de Deodoro da Fonseca, com a presença de Quintino Bocaiúva, Francisco Glicé-

---

8. SANTOS, José Maria dos. *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1960. cap. III.

rio, Aristides Lobo, Rui Barbosa, Benjamin Constant e Sólon Ribeiro decide-se a deposição da monarquia e assentam-se as bases para o movimento militar. Nesse dia é firmado o “pacto de sangue” entre oficiais do exército e alunos da Escola Superior de Guerra, organizando-se ainda o Ministério. No dia 14, a tropa de São Cristóvão é alertada e posta de prontidão, pondo-se em marcha, pela madrugada, em direção ao Campo de Santana (atual Praça da República), onde se situava a Secretaria da Guerra. Deodoro da Fonseca é avisado, levantando-se do leito de enfermo em que se encontrava, para se juntar à tropa que descia pela avenida do Mangue, colocando-se à sua frente. O velho casarão da Secretaria da Guerra, onde estava reunido o último ministério da Monarquia, chefiado pelo Visconde de Ouro Preto, é rodeado pelas tropas de Deodoro que, a cavalo, entra no pátio, a ordenar posição de sentido e continência à guarda postada; ouve-se imediatamente o Hino Nacional, tocado pela banda, em forma. Entra no edifício, acusando os ministros de perseguirem os militares e de falta de patriotismo, declarando-os destituídos das suas funções. Fora, no pátio, soam 21 tiros de canhão. Deodoro volta e reassume o comando das tropas, dirigindo-se ao Arsenal da Marinha, onde obtém a adesão daquela força militar; por isso recebe aplausos o almirante Wandenkolk. O desfile continua sob grande aclamação, entrando na rua do Ouvidor, onde arengam à multidão Silva Jardim e José do Patrocínio; na Câmara Municipal, estrugem da massa popular vivas à República, com enorme alarido. José do Patrocínio, o mais jovem vereador, proclama o novo regime, sendo lido o decreto da Proclamação da República, acompanhado de um Manifesto à Nação<sup>9</sup>.

Terminava assim a primeira função do Partido, a mais gloriosa talvez, após dezenove anos da fundação, levada a efeito através de marcha sinuosa, cheia de altos e baixos, com divergências ideológicas internas e atitudes freqüentemente conflitantes entre seus membros e sua direção nas orientações táticas seguidas.

Essas tergiversações e desentendimentos prosseguirão, no entanto, em condições diversas, sob aspectos diferentes, enfrentando outros problemas, bem mais difíceis. De qualquer maneira, contudo, começava aí nova etapa em nossa História, trilhando novos

---

9. SILVA, Ciro. *Op. cit.*, pp. 90 e 101.

MADEIRA, Marechal Ilha. *Proclamação da República*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940.



rumos, cuja análise e crítica escapa ao brevíssimo e imperfeito esboço a que nos propusemos, ao tracejar esta atuação do Partido Republicano, da sua fundação à ascensão ao poder, como intróito à vida e ação de um de seus mais puros líderes, embora meio olvidado e prematuramente desaparecido, longe da pátria que ajudara a construir em um dos seus momentos mais expressivos.

## FORMAÇÃO DE UM REPUBLICANO

Antônio da Silva Jardim nasceu em 18 de agosto de 1860 em Capivari de Cima, paróquia de Nossa Senhora da Lapa, município de Capivari, atualmente Silva Jardim, comarca de Rio Bonito, na antiga província do Rio de Janeiro, filho dos pequenos lavradores Gabriel da Silva Jardim e Felismina Leopoldina Mendonça Jardim, com ramificações em outras famílias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, ou seja, com sólidas raízes em diversos pontos do Brasil.

Aos dois anos de idade, o pequeno Antonico foi acometido de febre palustre, que o deixou muito abatido por vários meses. Seu pai, para aumentar os poucos rendimentos da pequena lavoura, abriu modesta escola na própria residência, ensinando as primeiras letras aos filhos da vizinhança.

Como todo menino pobre, Antonico andava descalço, brincava com os negrinhos escravos e outras crianças da roça, a fazer travessuras, montava em cabos de vassouras, a fingir grandes cavalhadas. Aos quatro anos, manifestando inteligência precoce, aprendeu a ler com outro menino, Augusto de Sá Vasconcelos, aluno de seu pai, que lhe ensinou as letras, a formar as sílabas e a soletrar os nomes. Dado o interesse e aplicação demonstrados pelo aluno, passou a lecionar-lhe regularmente uma hora por dia, de modo que, aos seis anos, já lia e escrevia sofrivelmente, fazendo prever com isso vocação para as letras. Começou a ler muito daí por diante, sobretudo livros de História, discutindo-os com o pai, a quem muito agradava, despreocupando-se de outras coisas. Tal

prematuridade despertou admiração de um inspetor da escola do pai, recomendando-lhe não estudar mais do que duas horas diárias. Era de estatura diminuta, gordo e rechonchudo, aparentando menos idade.

Aos onze anos, numa escola da vila, fez provas das primeiras letras, tornando-se auxiliar do pai nos trabalhos didáticos, juntamente com sua irmã mais nova, também de extraordinários dotes intelectuais, encarregando-se ele da disciplina. Com a doença de um dos professores, substituiu-o com tamanha desenvoltura, que o inspetor escolar não opôs qualquer objeção, despertando curiosidade geral, atraindo gente da redondeza para ver o verdadeiro prodígio de uma criança daquela idade conduzir uma aula que daria trabalho a professor experimentado, por saber impôr-se com sua palavra fácil e a força de vontade revelada. Sendo muito religioso, servia de coroinha na ausência do sacristão, constituindo isso distinção naqueles lugares e naqueles tempos. Manifestando desejo de seguir a carreira eclesiástica, justificava-a dizendo valer mais ser padre como ministro do *Papai do Céu* do que bacharel em direito, médico ou engenheiro, que somente conseguiam ser *rei da terra*. Os pais não se opuseram a tal pretensão, pensando mesmo em matriculá-lo num seminário, mas, desistiram depois. É que se operava algumas transformações no adolescente em relação às coisas da Igreja. Perguntado se continuava com a vontade de seguir a carreira religiosa, respondeu negativamente. Essa mudança foi determinada pela influência do pároco da freguesia ao saber que Antonico seria internado no Seminário São José, dirigido por jesuítas. Decidiu-se então seu envio à Capital da Província, a fim de cursar o ensino secundário, fazendo preparatórios. Objetou, contudo, não desejar formar-se por ser filho de pai pobre, sem recurso para custear o estudo. Ante a insistência do pai, entretanto, prometeu estudar, porém, com a condição de logo que possível, passaria a lecionar para aliviá-lo nas despesas. Calculava-se em doze contos de réis o dispêndio com os nove anos de estudos, combinando-se que metade dessa quantia seria paga por ele.

Assim, em 23 de abril de 1873, Antonico e o pai, em dia de mau tempo, partiram a cavalo para Niterói, hospedando-se na casa de Horácio de Carvalho, pai de Felisberto de Carvalho, renomado professor, autor de vários livros didáticos famosos, onde Antonico ficou, tratado com carinho pela família, matriculando-se no Colégio Silva Pontes. Nessa ocasião, foi atacado de varíola benigna, que lhe deixou, no entanto, marcas no rosto pelo resto da vida. No

ano seguinte, fechado o Colégio Silva Pontes, aos quatorze anos de idade entrou para o Mosteiro de São Bento, na Capital do país, cruzando diariamente a baía de Guanabara nas barcas da Cantareira. Estudou com afinco, distinguindo-se entre os colegas, encontrando tempo ainda para dedicar-se à literatura, colaborando no *Labarum Literário*, jornalzinho feito pelos próprios alunos, chegando a ser redator-chefe. A fim de evitar a incômoda travessia marítima diária, mudou-se para a Corte, indo morar numa “república” de estudantes, com consentimento do pai. Foi aprovado brilhantemente em alguns exames preparatórios. Transferiu-se depois para o Externato Jasper, à rua do Rosário, perto da Gonçalves Dias, e, no ano seguinte, 1876, passou em outros exames.

Não se sentia bem, todavia, por saber que seu pai tinha dificuldade em custear-lhe as despesas, resolvendo abandonar os estudos e trabalhar numa casa comercial, porém, a resposta ao pedido feito ao pai nesse sentido demorou tanto que a vaga foi preenchida por outro. Em escrevendo ao pai, naquele ano, lamenta não poder prosseguir estudando, resignando-se, entretanto, por ter vindo pobre ao mundo, deixando a “república” para morar com um primo, quintanista de medicina, em Santa Teresa. Para se manter, ensinava a ler a um filho de família abastada, mediante a remuneração de quinze mil réis por mês.

Ainda nesse ano de apertos financeiros, encontramos seu primeiro interesse pela política, pois, passou a freqüentar os centros republicanos, assistindo às suas conferências. No *Labarum* escreveu um artigo sobre Tiradentes, classificado por seu pai de conter idéias “exaltadinhas acriançoladas”, respondendo-lhe Antonico não constituir crime expressar crenças políticas, aspirar a liberdade, nem julgar necessário ocultá-las.

Pouco depois emprega-se num escritório, percebendo mais do que ganhava com as aulas do menino abastado. Em seguida, Mr. Jasper Arbem, diretor do Externato que freqüentava, pede sua colaboração para lecionar a língua inglesa, em cujo estudo já se encontrava adiantado, indo residir em sua casa. Com tal melhoria de situação pôde reencetar os estudos interrompidos. Embora sem terminar os preparatórios, mas consciente de conhecê-los suficientemente, decide-se pelo curso jurídico, em março de 1878, embarcando em trem de segunda classe para São Paulo, matriculando-se em 1º de abril. Era calouro de direito aos dezoito anos incompletos.

Nas vésperas, em carta ao pai, desculpa-se por não ter concluído os exames no Rio, justificando ter com isso poupado um ano e ganho um ano na Academia, o que representava passo avante, uma barreira vencida, mas, igualmente, significava estudar. Como necessitasse ganhar dinheiro para se manter, a primeira perspectiva vislumbrada foi a de ensinar o idioma português num colégio, ganhando cinquenta mil réis mensais, exatamente a quantia necessária para pagar a pensão onde foi morar. Encetava, desse modo, uma situação nova e um novo período abria-se em sua vida, que iria traçar-lhe seu destino definitivo.

Criou logo pequeno círculo de amizade, conquanto se queixasse de não ter relações em São Paulo, acrescentando tratar-se de terra pequena, na qual qualquer um faz barulho, por ter feito discurso numa sociedade, sendo por isso considerado *veterano* no meio literário da Academia, apesar de ser época de férias. São Paulo era, de fato, cidade de centro comercial limitado entre os conventos de São Bento e São Francisco, ruas do Carmo, Santa Teresa e o atual Pátio do Colégio; dilatando-se pela planície por cima do morro do Chá, em direção à Barra Funda. Começa a colaborar no jornal acadêmico *Direito e Letras*, com crítica literária sobre os *Bardos da Inconfidência* e comentários a respeito de *Rumores vulcânicos*, de Teixeira Bastos. Percebe-se sua ânsia de aparecer, de sobressair intelectualmente, de conquistar popularidade, com seu sonho de moço. Transfere-se para uma “república” à rua Santo Amaro, que lembraria com saudades, mais tarde, em suas *Memórias e Viagens*. Juntamente com outro estudante, Valentim de Magalhães, escreve *Idéias de Moço*, onde se nota forte influência byroniana. Seus autores preferidos são o crítico literário português, Luciano Cordeiro, Sainte-Beuve, Planche, Taine, Teófilo Braga, relacionando-se com os colegas de maior notoriedade, aspirando não somente nivelar-se a eles, porém, excedê-los mesmo, apesar de tratar-se de uma das mais brilhantes turmas que passou por aquela Faculdade, entre os quais se destacavam Augusto de Lima, Raimundo Correia, Capote Valente, Assis Brasil, Melo Alves, Gabriel Gomide, Baeta Neves, Felinto Bastos, Raul Pederneiras, Valois de Castro, Firmiano Pinto, Júlio de Mesquita, para citar alguns apenas<sup>1</sup>.

---

1. VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1977. 2. ed. v. II.

Existiam na Academia quatro clubes políticos: o Republicano, o Liberal, o Constitucional e o Ultramontano, segundo sua denominação. Entrou para o primeiro, afastando-se logo, por achar os acadêmicos republicanos de hábitos coimbrãos no trato com os calouros, não abandonando, entretanto, sua fé republicana, expressando-a em dois jornais do Rio Grande do Sul.

Registra-se em setembro choque entre estudantes e a polícia, do qual Silva Jardim participa, resultando em vários feridos. Em 11 de agosto do ano seguinte, aniversário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil, novo choque de estudantes com a polícia, quando Silva Jardim discursa para pedir moderação aos colegas, sendo, por isso vaiado estrepitosamente, o que o amargurou muito, por se considerar desrespeitado como estreante. Dias mais tarde, respondeu acrimoniosamente com o folheto *A Gente do Mosteiro*, procurando aparentar artificial superioridade, falando também em “ouvir os rumores de uma revolução neste estado de coisas”. A repulsa estudantil, no entanto, foi geral, havendo até pichações nos muros contra o jovem estudante. Por essa ocasião conheceu o colega José Leão, seu futuro biógrafo, filiando-se a sociedades secretas, trabalhando ativamente contra a escravidão, organizando fuga em massa de negros, filiando-se à Loja América, organização maçônica dirigida pelo “venerável” Luís Gama. Cassam-lhe, igualmente, a tribuna acadêmica, levando, essa situação, a disciplinar melhor seu espírito, a aperfeiçoar os estudos, a continuar sua carreira literária. Os estudantes gaúchos, que formavam um grupo separado, entre os quais se distinguiram Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Homero Batista, Pereira da Costa, Antônio Mercado, Alcides Lima e outros, que, ao lado do direito, cuidavam de política e literatura, aproximaram-se do espezinhado crítico. O grupo fluminense, com Magalhães Castro e Valentim de Magalhães, também o apoiaram, acompanhados dos sisudos e operosos mineiros, tendo à frente Afonso Celso Júnior. Silva Jardim recebia-os em casa ou na redação da Tribuna Liberal em que escrevia uma seção denominada “Filigrana” e onde entrara a convite de Inglês de Sousa.

Ainda cursando o primeiro ano da Faculdade, conheceu Ana Margarida (Guida, para os íntimos), filha do conselheiro Martim Francisco de Andrada, seu professor de direito eclesiástico, que viria a ser seu grande amor na vida e sua esposa. De acordo com sua própria descrição, era loira, entre menina e moça, estatura regular, grandes olhos castanhos, tez doce, nariz grego corretíssimo

lábios cor-de-rosa, andar de deusa. Foi na rua do Piques, casa de sua avó, em companhia de Teófilo Dias, que era íntimo da família. Estava vestida de preto, e ficando com ela a sós, no salão, acendeu-lhe a chama sagrada que nunca mais se apagaria, passando a freqüentar a casa, fazendo mais amizades, como a de Inglês de Sousa, diretor da *Tribuna Liberal*, que o convidou para redator, por ter já certa experiência, tendo trabalhado com idêntica função na *Tribuna*. Transcorrido algum tempo, ao lado de Valentim de Magalhães, publicou o jornal diário *A Comédia*, órgão leve, misto de humorismo e fantasia, com artigos sobre os costumes e o tempo. Num destes artigos, a propósito do assassinato do imperador Alexandre II, anatematizou o tzarismo, prevendo para a Rússia época radiosa, quando se libertasse dos tiranos. Retirou-se do jornal pretextando necessidade de descanso, mas, na realidade, estava com receio de enfrentar dificuldades financeiras. Inglês de Sousa, encarregado pelo governo de criar o primeiro estabelecimento de ensino normal, convida Silva Jardim para professor do curso anexo primário. Melhorava financeiramente a ponto de conseguir remeter algum dinheiro ao pai. Por outro lado, teve sério desentendimento com Teófilo Dias, querendo até processá-lo, no que foi dissuadido por seus amigos gaúchos.

No magistério da Escola Normal, atendendo à sua antiga vocação por esse mister, pôs em prática, pela primeira vez entre nós o método de João de Deus, mudando assim a velha forma de aprendizado da linguagem. Apologista do novo método, foi a Vitória do Espírito Santo, em 1882, propagá-lo, pronunciando sete conferências a respeito, obtendo considerável ressonância. No ano seguinte, por concurso, foi nomeado lente de língua portuguesa, regendo a cátedra durante três anos, quando se mudou para Santos.

Em 1º de dezembro de 1882, aos 22 anos de idade, Silva Jardim termina seu curso de Ciências Jurídicas e Sociais e no dia 4, em viagem alvoroçada, entra na sua casa paterna, dirigindo-se ao pai com estas palavras: “Vosmecê queria um bacharel, pois, aqui o tem.” Em 1º de maio de 1883 casa-se com a namorada que tanto amava, realizando a aspiração que lhe brotara no dia do primeiro encontro<sup>2</sup>. Estava vencida a segunda etapa da sua vida, a da con-

---

2. Resumo calcado nas biografias de autoria de:  
LEÃO, José. *Silva Jardim, apontamentos para a biografia do ilustre propagandista*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1895.

clusão da sua instrução superior na Faculdade de Direito de São Paulo, com mescla de esforço proveitoso na experiência do labor cotidiano realizado para sua manutenção. Vejamos agora sua formação mental, com os elementos ideológicos que a compuseram.

Vimos que Silva Jardim, durante os estudos dos preparatórios, freqüentou Centros Republicanos, assistindo às suas conferências, ainda na Capital do Império. Em São Paulo, logo ao chegar, filiou-se ao Centro Republicano que encontrou na Academia, afastando-se dele por não lhe satisfazer sua conduta em relação aos calouros, não renegando, no entanto, aqueles princípios, continuando, ao contrário, a estudá-los séria e extensamente, a fim de se tornar em um de seus mais ardorosos e brilhantes propagandistas.

Gustavo Barroso, em sua discutível *História secreta do Brasil\**, na segunda parte o inclui numa lista dos grandes maçons do Brasil, ao lado de personalidades históricas de destaque em nossas várias atividades políticas, científicas, literárias, religiosas, desde Tiradentes a Benjamin Constant e Deodoro da Fonseca. Com efeito, seu biógrafo e condiscípulo em São Paulo, José Leão, relata que ambos, efetivamente, entraram para Loja América, situada, na época, na esquina das ruas do Piques com Santo Amaro, e à qual pertenceram Rui Barbosa, Rangel Pestana, Prudente de Moraes e demais próceres republicanos. Deixou de comparecer às suas reuniões em companhia do mesmo José Leão, por lhes parecer uma religião atrasada, com pretensão a substituir o catolicismo, não mais atendendo ao ideal moderno, apesar de possuir grandes qualidades e ser organização socialmente inatacável<sup>3</sup>.

Gustavo Barroso menciona-o ainda como membro da *Bucha*, abreviatura usada entre nós para designar a *Burschenschaft*, sociedade secreta alemã, de intuítos patrióticos e fins humanitários, muito difundida entre nossa juventude acadêmica, principalmente a

---

QUEIRÓS, Maurício Vinhas de. *Uma garganta e alguns niqueis*. Rio de Janeiro, Ed. Aurora, 1947.

DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo, Ed. Nacional, 1936. (Brasiliana, dir. Fernando de Azevedo, 65.)

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *Considerações sobre o pensamento político de Silva Jardim*. (mimeo)

3. LEÃO, José. Op. cit., p. 68.

\* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937.



de São Paulo, cuja atividade permanece até agora nebulosa, mas “que não podia deixar de ter fins políticos”, afirma Jamil Almansur Haddad<sup>4</sup>, frisando Gustavo Barroso “sua orientação antimônioquica”.

Seu introdutor, no Brasil, foi o legendário Júlio Franck que “até o túmulo guardou segredo quanto à sua família, posição social e até quanto à pátria, presumindo-se que também trocara de nome. Porventura, desgostos íntimos, ou ainda lutas políticas, o determinaram a deixar o torrão natal<sup>5</sup>. Mesmo em relação à data do seu nascimento existem divergências, pois Afonso Schmidt<sup>6</sup>, que romanceou sua vida, aponta 1808, ao passo que Gustavo Barroso indica 1809, que consta na lápide do seu túmulo no pátio da Faculdade de Direito de São Paulo, dando-o como originário da Saxônia, o que igualmente não está provado. Sua chegada ao Brasil é de 1821, para Barroso, quando foi preso no Rio de Janeiro na fortaleza do Laje, por queixa do comandante do barco, devido à clandestinidade da viagem, seguindo depois para Sorocaba, de lá se transferindo, mais tarde, para a Capital paulista, onde conseguiu sua nomeação provisória por ser estrangeiro, para a cadeira de História e Geografia, do Curso Anexo da Faculdade de Direito. Extremamente culto para a sua idade, conhecia Geometria, manejando bem os idiomas alemão, francês, inglês e latim. Vampré retrata-o assim: “de extrema bondade, cheio de idealismo, conquistou, para sempre, a mais terna afeição da mocidade, e por isso seu nome se venera ainda na Academia como o maior e o mais devotado dos estudantes”<sup>7</sup>.

Gustavo Barroso refere-se ainda à estreita ligação da *Bucha* com a Maçonaria, no século passado. Jamil Almansur Haddad diz que do ponto de vista de sua ideologia como do ponto de vista de seu ritual, a Burschenschaft se não é uma sociedade maçônica, é pelo menos maçonzante<sup>8</sup>. Recente estudioso do assunto confirma essa versão: “A Burschenschaft tem muita semelhança com a Maçonaria. Sua organização é diferente, embora ambas sejam secre-

---

4. HADDAD, Jamil Almansur. *O Romantismo brasileiro e as sociedades secretas do tempo*. São Paulo, Gr. Siqueira Sales, 1945.

5. VAMPRÉ, Spencer. Op. cit., v. I, p. 167.

6. SCHIMIDT, Afonso. *A sombra de Júlio Franck*. São Paulo, Ed. Anchieta, 1942.

7. VAMPRÉ, Spencer. Op. cit., p. 167.

8. HADDAD, Jamil Almansur. Op. cit., p. 65.

tas, filantrópicas e liberais. Pode-se dizer que é a maçonaria das faculdades”<sup>9</sup>.

Nosso romantismo literário, particularmente o paulista, sofre “grande influxo maçônico, através do famoso poeta inglês Lord Byron, que era grão-mestre da Maçonaria Inglesa<sup>10</sup>. Há quem acredite mesmo na interferência da Bucha em acontecimentos mais recentes, como na proclamação da República e até no levante armado paulista de 1932 e na formação do Partido Democrático de São Paulo<sup>11</sup>.

Silva Jardim fez parte da Bucha quando estudante, tendo mesmo servido de intermediário entre ela e a Maçonaria, juntamente com Teófilo Dias. Daí os elogios que recebeu do “bucheiro” Rangel Pestana, constituindo inverdade, todavia, ter sido mantido por ela durante seu curso preparatório e até no curso de bacharel em São Paulo, pretendida por Gustavo Barroso, pois, como sabemos, Silva Jardim sempre trabalhou para se manter, ora como professor, revisor ou redator de jornal<sup>12</sup>. Como todos da sua geração, contudo, sofreu influência das variadas sociedades secretas então atuantes nos meios acadêmicos, que se refletiram mais tarde em sua atividade propagandística, como se verá mais tarde.

Silva Jardim aderiu outrossim ao Positivismo em 1881, por ocasião da peregrinação apostólica realizada por Miguel Lemos, em São Paulo, desligando-se das demais atividades, o que muito o beneficiou, por conduzi-lo a estudos mais sérios e sistematizados, proporcionando-lhe lastro de cultura e disciplina mental raro naquele tempo, dedicando particular atenção às ciências naturais, como física e química, ampliando seus conhecimentos biológicos, aprofundando-se desse modo em sua instrução sociológica, conforme a classificação de Auguste Comte, afirmando que um professor deve ser um homem enciclopédico. Para Valentim de Magalhães, com o estudo e a prática da doutrina positivista, ganhou imenso o espírito de Silva Jardim em vigor e método de trabalho,

---

9. BANDECCHI, Brasil. *A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal*. São Paulo, Livr. Teixeira, 1978.

10. HADDAD, Jamil Almansur. Op. cit., p. 82.

11. MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Rodrigues Alves*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1973. p. 34.

12. RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. Op. cit., p. 35.

lucidez de análise, calma de investigação, lógica de raciocínio e firmeza de conhecimento, concorrendo profundamente para nele se radicarem e solidificarem suas idéias políticas e sociais, que o teriam tornado um grande sábio, talvez mesmo um santo, sem, no entanto, prestar ao seu país os enormes serviços de que este lhe é devedor. Com essa transformação, ainda passou a ser um semeador de idéias, um agitador de opiniões, elemento poderoso de dinâmica político-social, compreendendo não ser a propaganda obra de gabinete e conferências aos iniciados dentro das quatro parêdes de um centro, ou em folhetins secos, dogmáticos, mas proselitar entre as classes médias e inferiores<sup>13</sup>.

Com efeito, o positivismo será a doutrina que moldará de modo definitivo a sua mentalidade, dando-lhe a diretriz de orientação para a ação posterior empreendida, embora tenha tido com ela determinadas divergências. Em sua viagem à Europa, visitou o centro positivista de Paris, entretendo-se a respeito com correligionários que lá encontrou, não somente, talvez, como uma simples volta ao passado, mas, possivelmente, preocupado ainda em melhor conhecê-lo a fim de avaliar aqueles princípios abraçados no ardor da mocidade, que nunca abandonou de todo, talvez na esperança de encontrar meios para corrigir os erros cometidos recentemente nas lides políticas de que acabava de sair e que tanto o magoaram.

Não resta dúvida, contudo, que, no esboço rapidamente feito aqui sobre a sua formação mental, Silva Jardim impregnou-se dos ideais mais avançados da sua época entre nós, quando transpúnhamos o latifúndio colonial do açúcar para entrar na expansão cafeeira, de acentuadas conotações capitalistas e iniciar nosso primeiro grande surto industrial, fomentando os centros urbanos, expandindo o transporte ferroviário, substituindo a escravidão no trabalho pelo colonato estrangeiro importado, modificando as aspirações político-sociais das populações, trazendo-nos a Abolição e a República.

A velha Europa, mais adiantada, também se transformava naquele fim de século. O capitalismo clássico da livre concorrência instituía a organização dos monopólios, levando as grandes potências industriais a se apoderarem dos países periféricos, a fim de torná-los em colônias para seus mercados e fontes de matérias-

---

13. LEÃO, José. Op. cit., p. 172.

primas, erigindo o Imperialismo. O proletariado, consideravelmente acrescido pelo formidável progresso material, ergue-se em oposição, formando poderosos sindicatos e os partidos social-democráticos, sob o lema do Socialismo, operando-se dessa forma inusitada metamorfose de escala internacional, inaugurando a era moderna do mundo, revolucionando a produção, os costumes, a ideologia, as relações entre povos. Um mundo novo, com estranhos fulgores e manchas sombrias, surgia para a humanidade.

## IDEÁRIO POLÍTICO DE UM RADICAL

As conferências, discursos, opúsculos e artigos de Silva Jardim, em boa hora coligidos, anotados e magnificamente prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho, constituem excelente repositório da obra daquele ilustre propagandista da República, hoje, quase esquecido, bem como de seu pensamento político e social, além da prova de sua infatigável atividade<sup>1</sup>. Embora incompleta, como o próprio Barbosa Lima reconhece, representam, contudo, precioso material para análise da nossa formação republicana, presentemente objeto de preocupação e ocupação dos modernos historiadores, nacionais e estrangeiros. Conquanto abarquem período de dois anos apenas, são densos pela importância e papel proeminente. É neles, por conseguinte, que vamos buscar seus ideais, a sua propagação popular realizada com tanta ressonância.

Silva Jardim, como sabemos, não foi um teórico ou ideólogo, como Alberto Sales, por exemplo, autor do *Catecismo Republicano*: “pedagogo político, armado de convicções filosóficas e políticas inabaláveis, decidido a enfrentar a realidade política brasileira com o objetivo de transformá-la por intermédio da educação do

---

1. SILVA JARDIM, Antônio da. *Propaganda republicana* (1888-1889). Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, Conselho Federal de Cultura, 1978.

espírito”<sup>2</sup>, mas um formidável agitador de massas, de expressão fácil, extraordinariamente eloqüente, empolgando multidões, o que lhe deu enorme prestígio, elevando-o à categoria dos mais renomados chefes republicanos.

Maurício Vinhas de Queirós, seu mais agudo biógrafo, enumerou em oito itens, o que lhe pareceu a suma do pensamento de Silva Jardim, onde estão expressas suas opiniões referentes aos pontos principais do que seria uma organização republicana, com pouca diferença dos demais próceres, como definição da República, noção da liberdade, separação entre a Igreja e o Estado, desenvolvimento da instrução pública, das riquezas materiais, etc. Desejamos salientar alguns outros itens que nos parecem mais próprios e particulares, portanto, mais significativos ou característicos do notável republicano.

A principal questão política que as novas classes sociais, oriundas da expansão econômica em ascensão e da intensificação dos centros urbanos, estavam enfrentando naquele fim de século consistia na necessidade da derrubada da Monarquia, regime arcaico, incompatível com o progresso atingido, devendo por isso ser combatido com todo vigor. Foi o que Silva Jardim compreendeu e a que se dedicou logo ao iniciar sua atividade propagandística, em janeiro de 1888. Daí o ataque cerrado contra o regime e as pessoas que o encarnavam, tendo em vista ainda o perigo do Terceiro Reinado, ante a morte próxima do Imperador, já doente e alquebrado, e a provável subida ao trono da sua filha herdeira, consorciada com um príncipe estrangeiro, sem popularidade. Sua primeira conferência em Santos, por isso, repetida no mês seguinte em Campinas, com o título expressivo de “A Pátria em perigo”, em apoio à decisão da Câmara Municipal da longínqua São Borja, no Rio Grande do Sul, que pedia a realização de uma consulta à Nação no caso de falecimento do Imperador, para saber se a sucessão ao trono de uma senhora casada com príncipe estrangeiro convinha aos interesses da Pátria e protestando contra o ato antiliberal do Governo em processar e suspender os vereadores que tomaram tal decisão. Essa longa oração, de tanto sucesso, consistia em forte acusação à atuação governamental e ao Imperador, taxando-o de medíocre, de inteligência fraca, de caráter irresoluto, governando por teimosia.

---

2. VITA, Luis Washington. *Alberto Sales, ideólogo da República*. São Paulo, Ed. Nacional, p. 49. (Brasiliana, dir. Américo Jacolima Lacombe, 327).

Nega-lhe a qualidade de sábio e artista, tão propaladas pelos áulicos, devido aos sonetos que escreveu, culpando-o também de tolher o crescimento das riquezas nacionais. Estende a crítica a toda a sua família, desde D. Maria I, a louca, responsável pela execução de Tiradentes; a D. João VI, pela sua vocação aos gozos do estômago, falta de asseio e tibieza pasmosa, como *bon vivant*; a Pedro I, inconstante, sensual, fraco e voluntarioso ao mesmo tempo e sobretudo estróina; a princesa Isabel, despreparada para o governo, habituada aos saraus burgueses, cheia de fanatismo religioso, com devoção de sacristia e não de igreja, pertencente ao clericalismo e não ao sacerdócio, conjugalmente ligada a um príncipe de espírito violento e dominador, Gastão de Orléans, conde sem condado, neto de Luís Filipe, destronado na França, família decaída na Europa, que fez negócio ao esposar uma princesa brasileira, porque esses senhores não se casam por afeição, mas por interesse de dinastia, a fim de deixar dinastia e não perder o domínio do Estado. Esta verdadeira diatribe, porém, de fundo inegavelmente verdadeiro, ele a repetirá em outras conferências, em lugares diferentes, mais tarde, particularmente, com mais veemência, no Rio de Janeiro, em junho de 1889, em controvérsia com Joaquim Nabuco. É que Silva Jardim entendia que o ataque ao trono envolvia necessariamente seus ocupantes e seus pretendentes, para dar maior eficácia à luta empreendida, devendo ser global e não parcial, incluindo todos os responsáveis, diretos e indiretos.

Repudia todo tipo de monarquia, qualificando-a de absoluta, desde que seja hereditária, transferida como se fosse casa ou terreno, por rei irresponsável, sagrado e inviolável. Negava a existência de sua representatividade pelos deputados em vista da fraude eleitoral que se praticava, não havendo, igualmente, poder legislativo, pela faculdade da sua dissolução pelo Imperador. Não acreditava em *Monarquia Constitucional*, por achar contraditória a vontade do rei com uma Constituição que representa a vontade do povo, ao que George C. A. Boehrer contesta com a Monarquia Constitucional inglesa<sup>3</sup>, a que se pode objetar, em nosso caso, com a existência do Poder Moderador, porque este é o poder de um homem e o poder de um homem é monarquia absoluta, representando poder exclusivo, único, dominador, dando-lhe a faculdade de dissolver a

---

3. BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República*.  
Boehrer, George C. A. Op. cit., p. 233.

Câmara, de empregar a força no mar e em terra, de escolher os senadores em lista tríplice e ainda a escolha dos ministros, a sanção e veto do poder legislativo, a formação do Conselho de Estado, a nomeação de juizes<sup>4</sup>. O próprio tribunal não possuía validade em vista do Imperador poder destruí-lo, perdoadando o criminoso ou minorando-lhe o castigo, anulando assim uma disposição constitucional.

Como se vê, Silva Jardim fazia um julgamento contundente e abrangente de toda a instituição monárquica, de modo a ressaltar, perante a população, os seus defeitos e insuficiências, contrapondo-lhe a República, que é o governo da opinião pública, em que um homem, o presidente, ou um grupo de homens, diretório ou Conselho Federal, com auxiliares, ministros, conselheiros, etc. dirige um povo, segundo a vontade deste, que fixa e determina a vontade daquele, ouvindo sempre aqueles a quem com esse homem ou esse grupo dá parte da direção do País, e que não o representam, e sim, o País, que seria o bem-estar do branco, e principalmente do preto, porque a República é o governo do proletariado, e em nossa pátria o proletariado, na sua maioria, agrícola, é quase todo composto de descendentes da raça negra<sup>5</sup>. Todavia, mostrava-se favorável a uma presidência poderosa, instituída pela vontade popular, a princípio por aclamação, sujeita em seguida ao sufrágio universal, capaz de ser autoridade na qual se deposite uma cautelosa confiança, inteiramente responsável, punível, continuamente fiscalizada pela Assembléia Nacional, Câmara Financeira e pela opinião pública, por meio de todos os seus órgãos, tornada assim o governo representativo da Pátria, síntese da Liberdade<sup>6</sup>, ou seja, instituição estabelecida dentro dos princípios do positivismo, da ordem e do progresso.

A questão magna, no entanto, da campanha republicana, que o manifesto de 1870 elidira, pelas suas graves implicações, era, indubitavelmente, a da Abolição. Compreendendo isso, classificava a sua implantação de o maior abalo que estava causando, sendo medida necessária, sem dúvida, mas para a qual não estávamos eco-

---

4. MENDES JÚNIOR, Antônio et alii. *O Segundo Império*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.

5. SILVA JARDIM, Antônio da. Op. cit., pp. 149 e 172.

6. A GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 28 de maio de 1889. Apud Boehrer, George C.A. Op. cit., p. 233.



nomicamente preparados, chamando-a de Instituição maldita e dizendo tratar-se de problema social<sup>7</sup>. Mais tarde, já no Rio de Janeiro, voltando ao assunto, respondendo a Joaquim Nabuco que dizia não ter sido o Partido Republicano que se empenhara no trabalho da abolição e sim alguns deles somente, entendeu Silva Jardim de “varrer a testada”, afirmando nunca ter tomado escravo de aluguel, nem mesmo para amamentar seus filhos e que conviveu na infância com pretos escravos, tendo ajudado sua fuga para os quilombos de Santos, onde tinha seu nome gravado<sup>8</sup>.

Pleiteava a adesão dos agricultores à causa republicana, pela importância e força que representavam, advertindo, todavia, tratar-se de elemento conservador da sociedade, como em toda parte, por não sermos um país industrial nem de banqueiros, todos necessitando deles, já que éramos país essencialmente agrícola, não se podendo, sem eles, formar um partido nacional. A agricultura sustenta as camadas literárias e liberais, fornecendo a renda do médico e do advogado, constituindo o elemento mais consolidado entre nós e que observando os erros da Corte e o desmantelamento das instituições foi elaborando sua convicção antimonárquica, antidinástica, tornando-se republicana<sup>9</sup>.

É sabido que a questão da Abolição, embora com adeptos fervorosos e dedicados, como Cândido Mendes, Rangel Pestana e outros, constituiu o “calcanhar de Aquiles” do Partido Republicano, pelas suas indecisões a respeito e ausência de clareza nas posições tomadas, tendo provocado até o abandono da agremiação por parte de Luís Gama. Silva Jardim dizia que a escravidão e a república repelem-se, sendo princípios incompatíveis<sup>10</sup>, por isso criticava a solução do 13 de maio, precisamente no ano seguinte, pois, como foi instituída, o escravo ficou tão miserável, tão infeliz e tão desprotegido como dantes. Ninguém lembrou em dar-lhe o que se oferece ao colono estrangeiro, nem procurou proporcionar-lhe a base indispensável da existência familiar, concedendo-lhe terras devolutas e instrumentos de trabalho, propiciando-lhe os meios de fundar uma habitação por si ou com auxílio do seu antigo patrão,

---

7. SILVA JARDIM, Antônio da. Op. cit., p. 277.

8. Id., *ibid.*, p. 277.

9. Id., *ibid.*, p. 297.

10. Id., *ibid.*, p. 354.

nem se promoveu o sistema simples e fácil de sua instrução elementar<sup>11</sup>, o que representava visão lúcida do problema do negro, válida até hoje, que nenhum outro político de sua época teve.

Outro assunto candente ou litigioso na propaganda republicana, foi a verdadeira divisão que se formou no referente à tática a ser seguida na ação, resumida no dilema de *evolução e revolução*, de que já tratamos anteriormente, com seu desdobramento até a proclamação da República. Silva Jardim, contudo, volta a ele em 7 de outubro de 1889, afirmando que o conjunto da campanha eleitoral prova que sem a revolução não seremos governo e que o evolucionismo pacífico é paralisia, é retrógrado, sonho de falsos utopistas ou hipocrisia de áugures, que riem dos próprios desacertos, o que evidencia sua firmeza nos princípios da ação revolucionária, defendida em toda a sua campanha propagandística<sup>12</sup>. A República, desde a sua instauração, é um governo forte, uma ditadura progressista, guiada pela opinião pública, revogável pelo povo, pressupondo-se a liberdade de exposição e de discussão a mais completa, até a relativa à vida privada dos homens públicos — liberdade que aumenta a responsabilidade do chefe de Estado e impossibilita a tirania. Pedia, em seguida a limitação das “forças anárquicas” do Parlamento, tirando-lhe o caráter teórico espiritual e dando-lhe a faculdade de fiscalizar os dinheiros, de votar os impostos, de não perturbar a administração com falatório vão e uma intriga constante. E foram estas concepções comteanas de governo republicano de Silva Jardim juntamente com a diferença entre evolucionistas e revolucionários na tática e as vacilações em relação ao abolicionismo que geraram um conflito de idéias e de meios de ação, pondo em perigo a dissolução do Partido Republicano, enquanto se permitissem a permanência dos dois campos conjuntamente<sup>13</sup>, levando também a conflito com Alberto Torres, que simpatizava com Silva Jardim, principalmente por causa de Aníbal Falcão, que defende o deslocamento do poder da burguesia para o proletariado, o que assustava Alberto Torres, ante a necessidade de chegar ao poder pelo caminho de uma ditadura<sup>14</sup>. Silva Jardim, em 4 de junho de 1889, dizia que antes de tudo era preciso que os velhos

---

11. Id., *ibid.*, p. 425.

12. BOHERER, George C. A. *Op. cit.*, p. 198.

13. BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. *A presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1968.

14. SILVA JARDIM, Antônio da. *Op. cit.*, p. 372.

guias (referindo-se a Quintino Bocaiúva) tenham a abnegação de confessar que sua preparação é atrasada, que se ocuparam, largos anos, pela fatalidade das circunstâncias, mais de afazeres profissionais que das coisas da República e concordem que é tirano e inútil querer impor a todos os homens do Partido suas vistas pessoais<sup>15</sup>.

Federalismo e separatismo suscitavam, igualmente, divergências, sendo contrapostos ao centralismo absorvente monárquico, estagnador das atividades públicas e privadas, por deixar tudo depender do poder central, através do presidente por ele indicado, quase sempre pessoa estranha, permanecendo, por vezes, pouco tempo nos postos. São Paulo, a Província mais adiantada, em início de seu prodigioso surto cafeeiro, possuidora da maior força republicana, advogava a separação administrativa, inclusive a financeira. Silva Jardim, que no começo se manifestara separatista, favorável à constituição de pequenas nacionalidades, ligadas entre si pela federação espiritual, em consequência de nossa extensão exorbitante (segundo sua própria expressão) e por uma unidade da República para sua gradual e pacífica desagregação, mais tarde declarava que, após atenta observação do que se passava nos Estados Unidos, achava que em futuro remoto a organização das nacionalidades será em pequenas pátrias, mas, no momento atual da nação brasileira, julgava verdadeiro erro toda tentativa de separação, sendo pela república brasileira<sup>16</sup>. Outras Províncias, como Rio Grande do Sul e Pará, embora com menos ênfase, partilhavam também da idéia separatista.

O sistema educacional vigente então era condenado fortemente, sendo inexistente na prática, por ser pouca e má, sem o cumprimento da promessa constitucional de instrução primária gratuita ao povo, não havendo magistério à altura da sua nobre missão, porque os padres e professores não têm sido considerados como praticantes do verdadeiro sacerdócio, mas como meros funcionários públicos, pagos pela Monarquia e não remunerados pela Pátria, com a função de sufragar os candidatos ministeriais<sup>17</sup>.

Reconhecia a importância do progresso material, clamando por ela, pedindo atenção para o melhor conhecimento de nossas regiões, contra o abandono de nossos portos marítimos, classifican-

---

15. Id., *ibid.*, p. 285.

16. Id., *ibid.*, p. 157.

17. Id., *ibid.*, p. 157.

do-nos de povo quase sem indústria fabril e manufatureira, exportando pouco e importando tudo do estrangeiro, desprotegendo ainda as raras iniciativas industriais<sup>18</sup>.

Os problemas sociais não lhe eram estranhos. Assim, em artigo no jornal *Novidades*, de 12 de setembro de 1888, combate emenda orçamentária da agricultura, aprovada pela Câmara dos Deputados, autorizando o governo a vender ou arrendar a particulares o serviço de abastecimento de água da Capital, por considerar a água uma necessidade da vida, como a luz e o ar, devendo ser fornecida com muita abundância e a preços comodíssimos, visando o interesse da saúde e da comodidade geral, devendo, portanto, ser um serviço do Estado, ressaltando, no entanto, não advogar, com essa condenação, a idéia do Estado empresário, por tratar-se de caso especialíssimo, com o fim de evitar que os empresários auferiam lucros com prejuízo da saúde pública, pois, a higiene sem água – argumentava – é absolutamente impossível<sup>19</sup>.

Também bateu-se, em conferência realizada na Associação Comercial do Rio de Janeiro, em defesa da reivindicação daquela categoria gremial, pelo fechamento do comércio nos domingos e dias santificados, para o descanso, dirigindo-se, concomitantemente, nesse sentido, aos patrões, provando-lhes ser o lazer conveniente à saúde física, ao trabalho intelectual e ao desenvolvimento dos bons sentimentos morais. Fez, nessa ocasião, larga digressão filosófica sobre o proletariado, os operários e as corporações dos que vivem do salário do dia-a-dia, do labor manual, e a respeito dos proprietários, agricultores, comerciantes, fabricantes e banqueiros. Afirmava ser a riqueza social em sua origem e destino, ninguém podendo dizer “eu ganhei”, porque ganha-se com o auxílio de todos, da sociedade e auxílio dos fregueses. Tanto a pequena quanto a grande propriedade prestam serviço à humanidade. A concentração da riqueza, quando bem administrada e aplicada, produz melhoramento e resultado maiores. Cita Adam Smith, ao defender o trabalho moderado, por conservar melhor a saúde e produzir mais no espaço de um ano. Menciona ainda o discurso de Mr. John Ingram, no Congresso dos Trade Unions, de Dublin, e do marceneiro parisiense, M. Fabien Magnin, no Congresso Operário

---

18. Id., *ibid.*, pp. 177-178.

19. Id., *ibid.*, pp. 221-228.

de Marselha, em favor da tese que defendia, lembrando que Casimiro de Abreu e Felinto de Almeida foram comerciantes<sup>20</sup>.

Esta breve sùmula do pensamento político e social de Silva Jardim revela claramente suas principais preocupações com as questões então vigentes, cujas soluções desafiavam as lideranças políticas em seus conjuntos, expressando-as, no entanto, de forma mais avançada ou extremada, de maneira radical. Englobadamente exprimiam a opinião do Partido Republicano, porém, com colorido mais acentuado em certos aspectos, onde predominavam as influências positivistas na constituição do novo regime, o desejo de participação das massas populares, tanto na propaganda quanto na implantação do governo por que lutava, não aceitando conspirações limitadas, desconfiando da atuação dos militares em tais assuntos. Estes ideais, como era de se esperar, representavam os interesses da burguesia em ascensão, único possível dentro da época, correspondendo, igualmente, à formação ideológica de Silva Jardim e que constituíam, sem dúvida, um progresso no tempo. Por isso eram bem aceitos e desejados, o que explica seu sucesso e a sua realização com a República. As divergências que provocaram não se devem unicamente às questões táticas, mas também às diferenças de concepções nas formas de governos concebidos: republicanismo liberal e ditatorial comteano. Possivelmente, se devem ainda à diversidade de geração entre os subscritores do Manifesto de 1870 e os atuantes na década posterior, quando a expansão econômico-social e a consciência popular eram desiguais, mais amadurecidas. É claro que não se pode descartar nisso tudo possíveis rivalidades pessoais, decorrentes de ambições de cargos, embora estes fatores representem fatores secundários. O essencial, contudo, é a vitória da idéia republicana pela qual se bateu, apesar de toda a insuficiência que teve, manifestada para alguns, desde o início, visível, mais amplamente, para os demais ao longo dos anos que perduraram, até 1930, sua primeira fase. Silva Jardim não viveu tanto para ver o que aconteceu. Logo no primeiro embate eleitoral foi posto de lado, propositadamente, desaparecendo pouco depois, de forma ocasional e trágica. Os seus adversários venceram. Seus ideais, no entanto, resplandecem em nossa história, sob vários aspectos, como os de um pioneiro, um lutador que amou e desejou o bem de sua Pátria. Este o seu penhor histórico.

---

20. Id., *ibid.*, pp. 221-228.

## AÇÃO DE UM PROPAGANDISTA POLÍTICO

A principal atividade política de Silva Jardim na campanha republicana, como se sabe, foi a de um propagandista excepcional, para a qual possuía vocação especial, desenvolvida no magistério que exerceu desde muito cedo, aprimorada depois com a cultura adquirida. Nesse sentido foi inextinguível, tornando-se tão popular a ponto de conquistar prestígio imenso entre seus pares. De tal modo abalou a monarquia com suas palavras inflamadas, grangeando adeptos à causa republicana, que o veterano Rangel Pestana disse, em 1888: “com dez Silva Jardim a República se fará amanhã”. Sua ação foi decisiva, pois sua aparição nas hostes propagandistas assinalou um período de incitamento e direção até então desconhecidos, por ter sido o mais destemido lutador, chegando a surpreender a todos com uma intrepidez raras vezes observadas<sup>1</sup>. Vejamos, brevemente, como se desdobrou esta parte de sua vida.

Recém-casado e recém-formado, ao nascer-lhe o primeiro filho, exatamente nove meses após o matrimônio, vivendo folgadamente como professor de português na Escola Normal de São Paulo, em 1884, funda, com João Köpke, estabelecimento de ensi-

---

1. BUARQUE, Felício. *Origens republicanas*. São Paulo, Ed. Egladit, 1962.

no primário, com o nome de Escola Neutralidade, novidade para a época, por tratar-se de uma escola laica, assim indicada por seu caráter “neutro” em face da religião. Nas eleições de janeiro de 1885, seu sogro, o conselheiro Martim Francisco, é candidato oficial do Partido Liberal, devido à simpatia popular que desfrutava. Silva Jardim defende a candidatura publicamente, mas logo se arrepende, dizendo que sempre votara em Partido pugnando por medidas julgadas necessárias à minha Pátria, o que para muitos pareceu desculpa esfarrapada. Nessa ocasião, vem a São Paulo, morar em sua casa, a irmã Mariquinha, que o ajudara na Escola do pai, expendindo então idéias reacionárias a respeito da mulher, não admitindo pudesse ela ser empregada, devendo ficar continuamente a cargo do homem, o que correspondia à ortodoxia retrógrada do positivismo. Também escreveu que devemos evitar na sociedade brasileira uma revolução armada, que os demagogos querem levá-la a efeito. Caía assim, em tropeços reacionários, que passaram e não deixaram marcas. Ainda nesse ano, morre seu sogro, Martim Francisco, e também sua filhinha Clotilde, nascida pouco antes. Seu cunhado, Martim Francisco Júnior, regressa da Europa, abrindo em Santos escritório de advocacia. Por outro lado, começaram a surgir pequenos atritos com o seu sócio, Dr. Köpke, e seu lugar na Escola Normal perigava, em vista de os professores positivistas passarem a ser encarados como elementos “perigosos à mocidade”. A fim de descansar dessas atribulações desagradáveis e para fazer um balanço da sua vida pediu licença e foi para Santos, hospedando-se na casa do seu velho amigo e protetor Inglês de Sousa. Lá encontrou seu cunhado, Martim Francisco Júnior. Principiando a gostar da cidade, deliberou ficar, solicitou demissão da Escola Normal e montou um estabelecimento particular de ensino primário e secundário, ao qual se dedicou inteiramente.

Na velha cidade de aspecto pouco agradável, mas muito ativa, pois já lograra transformar-se no primeiro porto na exportação de café e o segundo em movimento geral, onde aportavam navios de todas as nações, Silva Jardim conviveu com advogados, intelectuais descontentes, pequenos comerciantes irritados, estivadores e libertos, visitando os quilombos, refúgio e cidadela dos negros da Província, voltando ao seu antigo caminho, retemperado de espírito, talvez enriquecendo-o mais, preparando-se, desse modo, sem saber, para as tarefas do futuro, porque a sua grande hora se aproximava. Medita particularmente sobre a história nacional, a respeito do que havia vivido e da profissão que abraçara, conforme

escreveu mais tarde. Filiou-se ao Clube Republicano local, dizendo, na época da sua adesão, que entraria sob a condição de que “teríamos uma cor acentuadamente abolicionista”, e, nas comemorações de 21 de abril a 14 de julho de 1886, pronunciou conferência a respeito de Tiradentes e da Tomada da Bastilha. Em 14 de setembro, ao visitar Campos Sales aquela cidade, em campanha de propaganda, Silva Jardim toma a palavra no meio da platéia, pedindo ao visitante que se “comprometa a trabalhar para que, num prazo limitado, nenhum republicano tenha escravo”.

Parecia-lhe ter encontrado o lugar e a profissão definitivas, no entanto, não era bem assim. Vendeu a escola, indo morar com o cunhado, passando a advogar com ele, impregnando-se melhor das coisas políticas e da revolução. Por que esta mudança? Ele próprio fala em cansaço e desalento da carreira, porém, para um dos seus biógrafos, seria anseio por um mundo mais largo, onde a atividade fosse melhor aproveitada. O fato é que ao realizar-se um banquete em homenagem a Quintino Bocaiúva, Silva Jardim emergiu da reclusão a que se havia voltado, brotando-lhe as faculdades de patriotismo, de amor à República, dando expansão às vozes secretas que lhe comprimiam o peito. Este ato valeu-lhe o rompimento com o chefe do Apostolado Positivista, que julgava crime de excomunhão o contato com qualquer democrata ou revolucionário, sendo proibido ao suposto sectário render homenagem pública a semelhante raça de incorrigíveis declamadores. Procurou justificar-se; no fundo da consciência, entretanto, insurgia-se contra o jugo sacerdotal que o asfixiava num sentimentalismo. Ansiava por hábitos livres em defesa da sua terra ameaçada pelo domínio estrangeiro. Estava com 27 anos, quando penetrava numa fase completamente nova de sua vida, deixando de viver às apalpadelas, sem nunca ter visto realmente a plena luz do mundo<sup>2</sup>.

Mencionamos antes o início da campanha republicana encetada por Silva Jardim em Santos, com ímpeto que não se arrefeceria mais, até a instauração do novo regime e ocorrido precisamente a 25 de janeiro de 1888, em protesto contra a punição à Câmara de São Borja, de tão larga repercussão em todo o país. Esta conferência, a pedido do radical republicano Francisco Lobo, no Teatro Guarani, alcançou tanto sucesso que os correligionários de Limeira pediram-lhe para ir falar-lhes, embora o grupo de Campos Sales a isso

---

2. QUEIRÓS, Maurício Vinhas de. Op. cit., cap. IV.



se opusesse. Dado o êxito alcançado, Campinas quis ouvi-lo, igualmente; encontrava-se entre os assistentes o chefe de polícia local, compadre do conde d'Eu. De volta a Santos, eclode, no Rio de Janeiro, o caso do capitão-tenente reformado Leite Lobo, preso e espancado, reacendendo com isso a Questão Militar. A oficialidade do couraçado Bahia, fundeado no porto, foi assistir ao *meeting* de protesto a esse ato, promovido por Silva Jardim, que teve ressonância nos jornais do Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul e outras Províncias. Justificou o ato dizendo ter aderido à causa do Exército e da Armada na Questão Militar, a fim de convidá-los a se incorporarem, ao lado dos patriotas e populares, para uma reorganização da nação brasileira. Solicitado a discursar aos correigionários de Rio Claro, aceitou imediatamente. Em julho acertou seus negócios com o cunhado e sócio, recebendo uma quantia de quinhentos mil réis que lhe coube na partilha de uma causa judicial por ambos defendida. Ao invés de entregá-lo à caixa do Partido, exclamou, superexcitado: “com este dinheiro vou derrubar a Monarquia” e planejou uma execução propagandista a fim de percorrer os municípios do norte e oeste de São Paulo e parte do Rio de Janeiro, num total de 27 localidades, com intuito de consolidar a Abolição, desviando a indignação contra a Princesa e o Trono de um projeto ‘de indenização para aspiração pela República: “é esta que é preciso instituir”, afirmou em seu livro *Memórias e Viagens*.

E assim fez, sem perda de tempo. No dia 6 já estava em São Carlos do Pinhal; em Campinas, a 7; a 8, em São Paulo, para conferenciar com amigos e descansar; a 9, em Jacareí, entrando no norte; a 10, em Pindamonhangaba; a 11, em Taubaté; a 12, em Guaratinguetá; a 15, em Barra Mansa; a 16, em Pirai; a 17, em Vassouras; a 18, em Valença; a 19, em Paraíba do Sul; a 21, em Petrópolis; a 22, no Rio de Janeiro, onde descansou alguns dias. Depois foi a Friburgo, Cantagalo, São Fidélis, Campos, Macaé, Barra de São João, Capivari, sua terra natal, Rio Bonito, Itaboraí e Niterói, completando 27 cidades visitadas em menos de um mês, em pleno 1888, quando o Trono se achava ainda em lua-de-mel com a opinião pública, pela decretação da Abolição<sup>3</sup>.

Pode-se dizer ter sido uma excursão triunfal, apesar de alguns contratempos. Assim, em Paraíba do Sul, foi apedrejado, enfrentando os desordeiros serenamente. Em Friburgo, onde não existia

---

3. DORNAS FILHO, João. Op. cit., pp. 46-47.

qualquer esboço de organização republicana, entrou na cidade sozinho, ele mesmo providenciando o local e as cadeiras para o comício, obtendo tanto êxito, que deixou organizado um clube. Em São Fidélis, antigo abolicionista local tentou defender a Monarquia, no entanto, a capacidade de persuasão do orador conseguiu com que os mesmos libertos levados pelo abolicionista lhe dessem razão. Em Capivari veio-lhe a recordação da infância, sentindo saudades do passado, ao percorrer os lugares conhecidos. Passou pela casa em que nascera e morara, mas não entrou. “Não tive ânimo” – disse mais tarde.

Às cidades que pretendia visitar, Silva Jardim enviava ordinariamente esta circular:

*Cidadãos membros do Partido Republicano:*

*Animado pelo desejo de desenvolver a propaganda republicana nessa Província e de acordo com os nossos dignos correligionários do Partido Republicano Paulista, pretendo chegar a essa localidade no dia . . . . , onde teria grande prazer em poder realizar uma conferência, como as que tem tido lugar, como sabeis, em outras localidades. Convicto do vosso patriotismo, espero que prepareis aí tudo para tal fim, dispondo o espírito da população com o respectivo anúncio, preparando o local etc. Não preciso dizer-vos que assim tereis servido à nossa causa comum, a sagrada causa da República.*

*Saúde e Fraternidade.*

Seu aspecto físico baixo, de aparência franzina, despertava curiosidade ao chegar, causando admiração sua eloquência arrebatadora. Sempre era recebido com gentileza, freqüentemente hospedado pelos correligionários. Essas conferências permitiam-lhe conhecer os partidários, gente simples mas dedicada, muitos aderidos após a Abolição, encontrando, por vezes, entre eles, discórdias, que procurava aplinar. Os comícios despertavam grande interesse, o povo cantando a *Marselhesa*, muitos se queixando da Abolição, pela debandada dos escravos provocada. No trajeto das viagens ouvia fazendeiros e outros descontentes com o Trono. Os discursos eram quase sempre os mesmos, iniciando com referências aos aspectos da localidade, para agradar os ouvintes, observando a reação do auditório a fim de intensificar as críticas ao Trono e ao regime monárquico ou mudando para assuntos jocosos, de acordo com a reação da assistência. Não lia, mas preparava antes o que iria falar, o que lhe permitia intercalar trechos que lhe parecessem mais

convenientes. Faziã observações interessantes sobre o clima da região e da sua paisagem, deduzindo daí que estas determinavam a psicologia do povo. Na esteira dessa agitação vigorosa, Rangel Pestana aproveitava para fundar novos núcleos ou clubes republicanos, consolidando desse modo a sua obra.

Prosseguindo em sua peregrinação cívica, encaminhou-se a Minas Gerais, completando uma soma de quarenta localidades percorridas, invariavelmente custeando as viagens, acrescidas, às vezes, de outras despesas, como aluguéis, onde as portas dos teatros lhes eram fechadas, por prevenção ou medo.

Principiou por Juiz de Fora, onde seus correligionários o receberam com alvoroço, porém a palestra foi perturbada, porque dois grupos de liberais e conservadores se engalfinharam, enquanto o orador permanecia imperturbável, intervindo, em certo momento, em tom irônico: “Espero que a Monarquia acabe de brigar para eu continuar minha conferência”, provocando risos, como era de se esperar, pondo fim à disputa. Serenados os ânimos e retomando a palavra, o delegado de polícia local, também compadre do conde d’Eu, contesta o orador por ter ele negado bravura ao esposo da Princesa no combate de Pirebeuf, na Guerra do Paraguai, ao que lhe perguntou Silva Jardim, onde se encontrava sua alteza durante aquela batalha, responde o delegado achar-se na retaguarda, em seu acampamento, por ser general, ao que retorquiu Silva Jardim: “Olhe, cidadão, ponha-me na retaguarda e coloque-se o senhor na frente a fazer bravuras, que eu lhe mostro como me porto valentemente em combate. Lembre-se de que Osório foi ferido em campanha, combatendo na frente”. Assim terminou o incidente sob estrondosa salva de palmas da platéia. Depois foi a Guarani, Cataguases, Ponte Nova e Ubá, encontrando, nessas cidades, os médicos mais decididos que os bacharéis, os quais, prudentemente, aguardavam o desenrolar dos acontecimentos, continuando, em seguida, para Rio Branco, apresentando ali ao farmacêutico da localidade seu projeto de bandeira para a República, que, como se sabe, não foi adotada, não sendo igualmente outra, apresentada por Júlio Ribeiro, também preocupado com esse assunto. Rumou depois para Mar de Espanha, cujo chefe republicano era Monteiro Manso, eleito pelo 9º Distrito, que se negara a proferir o juramento católico regimental, provocando assim “questão” difundida largamente, até a intervenção de Joaquim Nabuco, sem resultado, contudo, acabando por lhe darem posse mesmo sem o juramento. O discurso proferido em Mar de Espanha irritou ainda mais os ânimos dos monarquistas contra Silva Jardim.

Em Angustura, para onde prosseguiu, os monarquistas insuflaram os libertos contra os republicanos, acusando-os de quererem novamente escravizá-los e matarem a Princesa, o que levou um negro a desfechar um tiro contra Silva Jardim, mas errando o alvo, ouviu esta intimação: "Atire! Mate!, porque a morte para mim é um acidente na vida!" Em São José de Além-Parafba, a cena se repete com maior fúria, ferindo vários assistentes republicanos, porque o padre da paróquia, incitou os italianos contra o propagandista republicano. Em São João Del Rei, o povo, instigado pelo padre local, ateou fogo na casa em que se hospedara Silva Jardim, apedrejando ainda o Clube Republicano, quando lhe ofereciam um banquete. As senhoras que nele tomavam parte portaram-se corajosamente, despertando admiração do visitante. Prados recebeu o propagandista condignamente, aplaudindo-o com delírio. Em São João Del Rei, agradecendo a saudação feita pelo Dr. Teixeira, propôs Silva Jardim a mudança do nome da cidade para Tiradentes, e não de nenhum rei, em nome do mártir da Inconfidência ali nascido. Continuando para Ouro Preto, de passagem por Queluz, na fazenda em que Tiradentes conspirava, retirou algumas relíquias, deixando gravadas nas paredes, como já o fizera antes Lopes Trovão, estas palavras: "Por aqui passaste, Tiradentes, além morreste, mas por toda parte deixaste o sentimento de liberdade. Viajante, aqui pára; vive ou morre além, mas, por toda parte sê livre, isto é, sê homem e sê cidadão. 27 de abril de 1889".

Outras pessoas também assinaram esta declaração, juntamente com Silva Jardim. Em Ouro Preto, sucedeu mais um incidente curioso. Quando expunha as doutrinas republicanas, em noite de trovada, debaixo de apartes violentos dos monarquistas, cai sobre o orador uma pedra no momento exato em que estalava um trovão tonitruante, daqueles característicos da região, devido à acústica das montanhas circundantes, ao que Silva exclama rápido: "Vejam, senhores, como Tiradentes responde à injúria da pedrada, abafando com trovão o gesto da tirania!" Foi um êxito completo. Estava feita a propaganda, a platéia batendo palmas calorosamente. Em Barbacena, a comitiva local acolhe-o fraternalmente, saudando-o Martim Francisco, filho de Antônio Carlos.

Estava terminada a jornada cívica a Minas Gerais, deixando a falsa "na lenha que iria consumir o Trono", na imagem de Francisco Glicério...<sup>4</sup>

---

4. Id., *ibid.*, pp. 51-64.

Após ouvir a narração abreviada das ocorrências da sua viagem a Minas Gerais, Alberto Torres pergunta-lhe: “E agora?”, ao que Silva redargüiu, prontamente: “Assestar bateria diante de São Cristóvão!” (o palácio imperial.)

No Rio de Janeiro montou escritório de advogado, juntamente com Raimundo de Sá Vale, na rua do Rosário, esquina do beco das Cancelas, que logo se tornou o quartel-general do Partido, iniciando sua colaboração na *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, surgindo aí a idéia de um *meeting* republicano no dia do regresso do Imperador da Europa, ainda convalescente, pois havia anos se fechara a tribuna das conferências republicanas, sendo, portanto, o momento propício para reabri-la. Ubaldino do Amaral, muito doente, nada podia fazer para auxiliar Quintino Bocaiúva na direção do Partido. Silva Jardim, moço, com sua capacidade contagiante de entusiasmo, seria elemento inestimável para alimentar a campanha contra o Trono. Com essa finalidade, a primeira reunião realizou-se no salão da Sociedade Francesa de Ginástica, à travessa do Barreiro, mais tarde rua Silva Jardim, em 12 de agosto de 1888, tornando-se memorável pela recepção ao conferencista: a mocidade das Faculdades de Medicina, Politécnica e Escola Militar, e numerosos senhores abriam alas à sua passagem, cobrindo-o de aplausos.

O Imperador desembarca convicto de que o 13 de maio havia garantido a sucessão e preparado sua estabilidade, encontrando, no entanto, um vulcão mais aceso do que deixara. Decorridos alguns dias, Silva Jardim parte em busca da família. Em São Paulo, sede do monarquismo paulista, é recebido com manifestação apoteótica, a colônia italiana postando-se ao lado dos bondes embandeirados, erguendo vivas à República, o povo cercando em massa o edifício do Clube Republicano, para onde o conduziram, em companhia de Campos Sales e Rangel Pestana. No dia seguinte, fala no antigo teatro São José, onde antes fora vaiado, agora rodeado de apoio caloroso da população, tendo à frente a mocidade acadêmica, dando vivas à República. Santos, para onde se encaminhou depois, ansiosa por sua presença, recebe-o com uma multidão acompanhando-o jubilosamente. Foi aí que certo correligionário, não identificado, disse-lhe, sorrindo: “Você está ganhando muita força. É preciso dar-lhe para baixo. Você pode tornar-se perigoso”, palavras que não esqueceria, vislumbrando nelas obstáculo à sua carreira política, desconfiança natural, porém, injusta.

Volta ao Rio em setembro, indo morar nas encostas do morro de Santa Teresa, avistando, durante o dia, o azul enrugado da baía de Guanabara e, à noite, os pontinhos luminosos das estrelas no alto. Estava pronto para enfrentar a Monarquia, em seu reduto mais forte. Lá encontrou a franqueza e o carinho do velho Saldanha Maranhense, de quem disse que guardava das lutas da oposição e da entrada no governo os hábitos de finura e grande tato no dizer as coisas, tomando invariavelmente a atitude média, sem contradizer radicalmente qualquer pessoa, de sorte que só na intimidade se poderia colher sua opinião, e nesta, ao sentir-se contrariado, tinha estas frases interjetivas, elípticas, enérgicas, que nada diziam e tudo significavam: “Que os pariram! Que os pariram, mas não estou para os atuar!”

Os demais republicanos, provavelmente de acordo com a observação do correligionário santista, não lhe demonstravam a efusão do velho Saldanha, beijando-o na testa, conquanto ele os tratasse com simpatia e meiguice. Quintino Bocaiúva, figura ereta, magra, cortês, tinha o ar de quem guarda segredo eterno, parecendo-lhe ter a força da inércia e do mistério, difícil de ser vencida. Ubaldino do Amaral, doente e desanimado, não desejava comunicar seu abatimento aos demais. Era de natureza essencialmente moral, no gênero de Benjamin Constant, e de caráter prudente, como Prudente de Moraes. No físico, o retrato de Leon Gambetta, a mesma barba, a mesma cabeleira, até o mesmo *embonpoint*. Aristides Lobo, misantropo, possuía o ar severo de Robespierre, os movimentos bruscos, mas a decisão firme. Era o homem de maior atividade no Partido. Lopes Trovão, com sua alta figura de palmeira, sua cabeleira vermelha, seu olhar brilhante, através do monóculo, a mesma voz cantada do antigo tribuno, expressava ainda o combatente de 1º de janeiro de 1881, na “revolta do vintém”. Barata Ribeiro, presidente da comissão diretora do Município Neutro, sempre infatigável e coberto de suor, só pensava em organizar os elementos da conspiração. Tal os homens que compunham o Conselho Federal do Partido Republicano, admirados e respeitados por Silva Jardim. Quanto aos abolicionistas, já em guerra com os republicanos, eram igualmente estimados, de longa data, principalmente José do Patrocínio, tendo feito estudo crítico simpático do seu romance abolicionista: *Mota Coqueiro*. Lamentava “não estarem conosco” Campos da Paz, Pardal Malet, Olavo Bilac, Luís Murat, Luís Andrade. Continuando em sua campanha de agitação, escrevia diaria-

mente em *O País*, na *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio*, continuando inacessível aos republicanos. No *Diário de Notícias*, Rui Barbosa, Antônio Azeredo, Gastão Bousquet, Lopes Trovão, Aristides Lobo, Medeiros e Albuquerque, castigavam impiedosamente o gabinete de Ouro Preto.

Silva Jardim relaciona-se com todas as personalidades e círculos republicanos, mantendo estreitas ligações com os jovens, os estudantes, os empregados do comércio e a “caixeirada” (como se dizia então), os estudantes e a gente da “Liga Operária”, identificando-se bastante com o grupo denominado “desertores”, ou seja, positivistas que haviam rompido com a ortodoxia de Comte, geralmente homens de ampla cultura, muito radicais em suas atitudes. O órgão que expressava essa corrente chamava-se *Grito do Povo*, no qual Silva Jardim colaborava às vezes<sup>5</sup>.

Em 30 de dezembro de 1883 tem lugar a segunda conferência de Silva Jardim, na mesma Sociedade Francesa de Ginástica, respondendo à defesa da Monarquia feita por Joaquim Nabuco, cheia de lances dramáticos e de extraordinária repercussão, mas que talvez tenha sido decisiva para os destinos da Monarquia. O governo, não desejando dar sinal de fraqueza, negando o direito de liberdade de pensamento, não proibia as manifestações, porém, atirava contra elas a famigerada “Guarda Negra”, a fim de conter a onda republicana que se alastrava, ganhando crescente popularidade. Foi o que ocorreu naquela ocasião: os republicanos, resolvidos resistir à força. A sala repleta, o orador, sem ofensa pessoal, referindo-se ao valor das personagens republicanas, alguém o interrompeu com este aparte: “Podem morrer como Tiradentes”, ao que Silva Jardim, compreendendo a ameaça replicou: “a bala com que me ameaçaram e que há uma hora espero, se viesse neste momento, faria muito mais pela República do que um milhão de discursos”. Abordando, mais adiante, a questão da imigração chinesa, houve o alarme: “Aí vem eles”, ouvindo-se estampidos de projéteis e tiros contra o edifício, generalizando-se a luta de caráter violento, a durar mais de uma hora. Os republicanos jogavam, contra os assaltantes, móveis, garrafas, telhas, enfim, tudo de que podiam lançar mão, e mes-

---

5. QUEIRÓS, Maurício Vinhas de. Op. cit., p. 64.

mo tiros foram desferidos. Homens corriam para a entrada e o andar superior, repelindo os agressores. Houve muitas mortes e feridos por parte da “Guarda Negra” e dos republicanos. Ferido na mão, Silva Jardim permaneceu na tribuna de revólver em punho, simbolizando, com essa atitude, a defesa da liberdade de pensamento, escreveu posteriormente, pois deveria morrer ou continuar a falar. Repelidos os desordeiros, apareceu a polícia para defendê-los, quando já batiam em retirada, alegando estar mantendo a ordem. Pude continuar a conferência – escreveu depois – fazendo questão disso, porque a propaganda republicana é que não podia ceder.

Em 22 de janeiro de 1889 inaugura, na *Gazeta de Notícias*, uma coluna sob o título “Propaganda Republicana”. Em fevereiro adoece gravemente, indo, depois, convalescer em Valença, recebendo aí manifestações de republicanos e libertos. Curado, efetua nova excursão política a várias cidades de Minas Gerais, muito bem sucedidas, a ponto de, ao regressar ao Rio, o velho Saldanha, com o seu inseparável *cache-nez*, chamá-lo, de “diabo e de menino”, como era de seu costume, pedindo-lhe “um abraço ao velho caboclo”, como ele próprio se apelidava. Muitos, no entanto, mais temerosos, achavam que os resultados não correspondiam aos riscos em que se poderiam envolver. Aristides Lobo escreveu, no *Diário Popular*, de São Paulo, que, embora contra vontade, Silva Jardim encarnava a idéia republicana. Foi em meio a essa alegria de amigos, que correu a notícia de uma viagem do conde d’Eu, ao Norte do país<sup>6</sup>.

É que o Trono, compreendendo a larga difusão das idéias republicanas entre as populações de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, quis contrapor o Norte ao Sul, enviando para lá o príncipe consorte, em propaganda monárquica, conquanto representasse elemento impopular, pois era chamado de *francês*, acusado de tratar mal os soldados durante a Guerra do Paraguai, de ser avaro e andar envolvido em negócios escusos. Jardim resolveu acompanhá-lo, apesar de ser temerário. Seus amigos e familiares objetavam contra a decisão, embora reconhecessem a oportunidade da viagem. Embarcou no navio *Alagoas*, o mesmo que levaria ao exílio, seis meses depois, a família imperial. Os membros do Governo ficaram espantados com tamanha ousa-

---

6. DORNAS FILHO, João. Op. cit., pp. 68-75.



dia. Alguns deles o conheciam, como a esposa do presidente do Conselho, que era tia de sua mulher, mas o evitavam. O único a dirigir-lhe a palavra foi o barão de Corumbá, procurando cientificar-se se iria ao Norte, ao que respondeu ter tomado passagem, apenas, até Pernambuco. O intuito de Silva Jardim era o de sitiar a campanha monarquista no Nordeste, particularmente Pernambuco, o centro daquela região, de modo que a encontrasse agitada. O príncipe parecia bastante inquieto, atropelando as pessoas na hora da despedida da família. Vestia costume simples, chapéu pequeno desabado, comunicando-se com dificuldade devido à sua conhecida surdez. Observando-o de perto, Silva Jardim não o achou antipático, parecendo-lhe até possuir ares de bom homem, não vislumbrando dentro, no entanto, nenhum estadista. Uma noite encontraram-se a sós no tombadilho, sem trocarem, entretanto, qualquer saudação, como descreveu em suas *Viagens e Memórias*, acrescentando que se o príncipe o cumprimentasse, como era dever pela sua superioridade social, corresponderia, e conversaria mesmo sobre política.

A chegada na Bahia foi a mais tumultuada possível, porque os monarquistas se prepararam convenientemente para receber tanto o conde d'Eu, quanto Silva Jardim, incumbindo-se deste a famosa "Guarda Negra", ocasionando choques entre monarquistas e republicanos, com início no cais, durando duas horas, resultando vários feridos no conflito, maiormente de republicanos. A "Guarda Negra", criada por João Alfredo, com negros libertos, no dizer de Rui Barbosa, nasceu adulta no mal e sequiosa de sangue, em que banhou suas primeiras armas na Capital do Império, aos 30 de dezembro de 1888<sup>7</sup>. Na ladeira do Taboão foram colocadas grandes carroças de lenha, que eram atiradas contra os republicanos. Os amigos de Silva Jardim defendiam-no ou escondiam-no nas casas, quando ocorriam choques mais violentos. Decidiram, entretanto, enfrentar a arruaça, quando apareceu o chefe de polícia, oferecendo-se para levá-los a bordo e, ao passarem pelos guardas, estes apresentaram armas, julgando tratar-se do conde d'Eu. Silva Jardim manteve-se calmo o tempo todo, com idêntica bravura demonstrada em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Os jornais verberaram os acontecimentos delituosos, acoimando-os de barbaria

---

7. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1889. Artigo de Rui Barbosa.

e selvageria, elogiando a impavidez com que Silva Jardim enfrentara a “ira tigrina da Guarda Negra”, condenando “os miseráveis assalariados”, atacando inermes republicanos, que festejavam o grande propagandista. A população ficou irritada com todo aquele alvoroço provocado pelas autoridades. Dias depois, Silva Jardim recebe, em Recife, um manifesto de solidariedade, com mais de cinquenta assinaturas de negociantes e comerciantes, comparando-o a Washington e Tiradentes, dando seu apoio “a uma causa que vai triunfar com a onda civilizadora que sobe e vai se realizar, porque a Nação repele o Terceiro Reinado”. Alagoas recebe com festas o propagandista, conquanto o jornal monarquista, *O Orbe*, manifestasse pomposa simpatia ao conde d’Eu, arrogando-se de intérprete dos alagoanos, protestava “contra essa oficiosa tentântica de aulicismo” o jornal *Gutenberg*, de Penedo.

Em Pernambuco, Silva Jardim viveu minutos de angústia ao ser recebido entusiasticamente por parte da população, principalmente do interior, embora em Recife a figura contraditória do caudilho José Mariano, cabo eleitoral de Joaquim Nabuco que dias antes atacara energicamente o gabinete liberal no poder, publicasse, num jornal, que Silva Jardim devia ser respeitado como propagandista consciencioso, não assistindo, no entanto, à primeira conferência e seus jornais hostilizavam veladamente a campanha. À segunda conferência, efetuada na casa de Ribeiro de Brito, por lhe terem fechado as portas os teatros, por influência do caudilho recifense, compareceu, garantindo de novo seu apoio à liberdade da tribuna, porém, seus partidários assaltaram a casa de Ribeiro de Brito a tiros e pedradas, prosseguindo a conferência, entretanto, apesar destes atos de brutalidade. Os estudantes baianos de Recife protestaram contra tal atitude. Elementos monarquistas desafiaram Silva Jardim a falar em público e, aceitando este desafio, distribuiu volantes onde dizia “que os falsos liberais que acenam ao povo e obedecem aos acenos do sr. Gastão de Orléans nos mandem assassinar! Teremos prazer que o nosso sangue os manche para sempre”. O *meeting*, porém, não se efetuou, devido aos sequazes de José Mariano ameaçarem dispersar a tiros os republicanos, exaltando com isso os ânimos de ambas as partes. Ante tal excitação o chefe de polícia assinou declaração confessando-se impotente para manter a ordem. É que os republicanos se haviam preparado a fim de contestar a ameaça, do qual resultaria, nessas condições, conflito de conseqüências imprevisíveis. Daí a decisão de Silva Jardim em aceitá-la, para contornar a situação, estampando-a com estar-

dalhaço, no dia seguinte, na imprensa em *O Norte* e o *Diabo a Quatro*. Constituiu golpe de mestre, porque levou o príncipe consorte a se manifestar pública e solenemente, em nome da família imperial, de que a monarquia não pretendia resistir à opinião pública, comprometendo a se submeter ao seu pronunciamento, feito por meios regulares. A vitória da excursão de Silva Jardim ao Norte, estava, dessa forma, ganha. Vencidas essas horas amargas de Recife, Jardim percorreu o interior: Olinda, Nazaré, Timbaúba, Goiana, Pau d'Alho, Iguaraçu, Palmares, Escada, Ipojuca. Em Timbaúba, um popular, após assistir ao discurso, de camisa de fora, exclamou, sentencioso: "Nunca vi um missionário pregar tão bem!" Os ouvintes discutiam quem falava melhor: Joaquim Nabuco ou Silva Jardim. Recebeu convites para ir ao Ceará e voltar à Bahia, rejeitando-os por considerar que ficara o rastilho da pólvora que lançara em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O fim da Monarquia estava chegando. Corria o mês de julho de 1889, o ano fatal para a queda da Monarquia, como o próprio Silva Jardim previra e efetivamente sucedeu, no centenário da Revolução Francesa<sup>8</sup>.

---

8. DORNAS FILHO, João. Op. cit., pp. 79-85.

## A FORÇA DE UMA PREGAÇÃO CÍVICA

A atividade propagandista de Silva Jardim foi muito rápida e intensa, condensada num curto espaço de dois anos, dando-lhe assim um caráter fulminante, semelhante à de um vendaval, de força incoercível, levando tudo de roldão. Isso pode ser medido pelo resumo antes apresentado, na persistência incansável com que agia, não perdendo tempo nem poupando sacrifícios, com o fervor de um obstinado. Vale a pena lembrar aqui, embora sucintamente, os lances mais importantes e freqüentemente patéticos desses episódios, cheios de coloridos vivos, variegados, por constituírem páginas das mais instrutivas e preciosas de nossa promoção republicana, tão pouco difundida.

É claro que tudo isso não constituiu fruto do acaso nem foi improvisado, mas resultou de ação maduramente premeditada, realizada com esforço incomum. A campanha republicana fazia-se morosamente e também timidamente, de um lado, pelas tergiversações do Partido Republicano ante os problemas econômicos e políticos mais importantes do país, vacilando em suas atitudes, tirando-lhe, dessa forma, o caráter combativo que deveria assumir como organização política de oposição que lhe competia, principalmente na luta pelas reivindicações mais sentidas da população, particularmente da parte mais oprimida e prejudicada pela ação nefasta do

governo, isto é, da Monarquia. Tal posição o deprimia e desfigurava, não lhe permitindo maior conquista de adeptos, despertar crescente entusiasmo, empolgar as massas, ou tornar-se, enfim, importante fator na vida política nacional. Por outro lado, sua atuação se fazia mais pela imprensa, em periódicos próprios ou pela infiltração nos maiores jornais das grandes Províncias, onde tinha amigos devotados ou correligionários dedicados. Nessas condições, sua projeção era restrita, por um lado, pela própria limitação da imprensa, num país com maioria esmagadora de analfabetos, a começar pelos escravos e demais camadas pobres e atrasadas da população. Os segmentos sociais assim atingidos, restringiam-se aos latifundiários e à classe média [pequenos proprietários e comerciantes, funcionalismo, profissões liberais, militares, sacerdotes], não a grande massa social [escravos, artesãos, imigrantes]. A tribuna das conferências estava praticamente fechada, com a viagem de Lopes Trovão à Europa e de José do Patrocínio aderindo à princesa Isabel, pela decretação da Abolição.

Foi precisamente nesse momento que despontou a figura impetuosa e decidida de Silva Jardim. A época era igualmente propícia. A Abolição realizara-se desordenadamente, os escravos abandonando o campo pelas cidades, em busca de melhores condições de vida e de trabalho, prejudicando particularmente a lavoura de café. A doença do velho Imperador, cada vez mais inoperante na Administração dos negócios do Estado, a ameaça crescente do Terceiro Reinado, indesejado por todos, devido à impopularidade do príncipe consorte e da imperatriz fútil, despreparada para a governança da coisa pública, as novas classes urbanas, inclusive a burguesia nascente, se avolumando, criando consciência cívica, reclamando seus direitos na administração social por se sentirem desalojadas, desamparadas. Tal estado de coisas criava uma situação em ebulição, ampliando o descontentamento, num anseio geral de renovação. Ao lado de tal estado de coisas, as questões militar e religiosa minavam persistentemente os esteios tradicionais do Trono, isolando-o ainda mais da nação. Nessa ocasião aparece o homem adequado para o lugar adequado.

Com efeito, Silva Jardim possuía as condições especiais para tal missão. Orador fogoso, capaz de empolgar multidões, com sua palavra arrebatadora, sem ligação nem compromisso com a classe no poder, inflexível nas decisões, corajoso às raias da temeridade, inabalável em sua vontade de ação, era o homem indicado para aquele papel histórico, naquele momento histórico. Ele próprio o reconhe-

cia: “[...] tinha-se em verdade passado o tempo das revoluções feitas somente à força da espada ou à força do dinheiro: o essencial era preparar a opinião pública; e com alguns níqueis no bolso para as estradas de ferro, e com a garganta para os discursos, também se podia abrir caminho à República”, escreveu em suas *Memórias e Viagens*. Seu contemporâneo e biógrafo, José Leão, precisava: “em um país composto de analfabetos, onde pouco se lia, tornava-se preciso a propaganda oral levada a todos os cantos, a fim de influir nas massas”.

Nisso consistiu a grandeza de Silva Jardim: compreender seu meio e seu tempo e ter as qualidades pessoais exigidas para interferir vitoriosamente neles. Barbosa Lima Sobrinho disse que Silva Jardim foi “a voz mais intrépida e o pensamento mais arrojado, com uma tendência radical, que o situa entre os que quiseram fazer da República, menos um golpe para conquista do poder, do que uma revolução, empenhada na solução dos problemas, que viessem alterar nossas estruturas políticas, sociais e econômicas”, e mais adiante “é que ele visava, acima de tudo, a formação de uma opinião republicana, como conquista preliminar do advento de um regime, que lhe parecia falso, se não correspondesse às raízes profundamente mergulhadas no espírito do povo brasileiro”. Por isso aceita-se “ter sido seu prestígio muito maior do que geralmente se supõe” para a criação de uma consciência republicana<sup>1</sup>. Se Rui Barbosa, com seus candentes artigos em *A Queda do Império*, realizou trabalho de sapa, perigoso e eficaz contra a Monarquia decadente, Silva Jardim se dedicava a construir uma nova mentalidade, a fim de garantir o êxito do movimento republicano: um demolindo o ministério, o outro construindo a República. Medeiros e Albuquerque, também seu contemporâneo, assinala que Silva Jardim exercia sua ascendência sobretudo junto à juventude das faculdades do Rio, São Paulo, Bahia, Pernambuco, mais numerosas que as escolas militares, muito mais livres nas suas manifestações, a qual, de 87 a 89, foi o fator principal, primeiro da Abolição, depois da República. Rangel Pestana reconhece ter sido Silva Jardim “o único que até hoje nos apresentou um movimento revolucionário, porque só ele tem sabido caracterizar os sentimentos nacionais,

---

1. BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. Prefácio. In: Silva Jardim, Antônio da. *Propaganda republicana*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.

doando-lhe pela sua energia, pela sua ação inteligente, bem difundida a representação da luta com a Monarquia. Reconhecer isso é ter a franqueza de proclamar a verdade”<sup>2</sup>. Felisberto Freire via em Silva Jardim “a organização mais integrada, a dedicação mais sincera, o ardor mais pronunciado pela vitória da idéia, que de todo o dominou, a audácia mais requintada em afrontar as iras do preconceito e o espírito mais afeito à propaganda de todos quanto nela tomaram parte em sua segunda fase”<sup>3</sup>. Valentim de Magalhães escreveu que “os efeitos de sua obra gigantesca foram imediatos e terríveis. O país agitou-se; a estagnação acabou: no mar morto do indiferentismo geral, foram se formando ondas, que aos poucos foram crescendo e surgindo. Os serviços de Silva Jardim à República só podem ser comparados aos de José do Patrocínio à Abolição”. Afonso Celso Júnior, em discurso de 6 de junho de 1888, na Câmara dos Deputados, dizia, peremptório: “Hoje, é inegável, a mocidade que surge das academias, dos seminários, do Exército, da Armada, é francamente republicana”. A defesa da Monarquia era causa ingrata, mesmo quando aparecia sob a forma de conferências de José do Patrocínio, para exaltação da princesa Isabel, ou como artigos de Joaquim Nabuco em *O País*, em resposta à campanha de Silva Jardim. As conferências em prol da Monarquia não chegavam a atrair o público, pelo menos o público que comparece espontaneamente, levado pelas suas convicções ou pelas suas simpatias, enquanto que as conferências republicanas se desdobravam em manifestações entusiásticas, sobretudo as de Silva Jardim, entrecortadas de aplausos e demonstrações de delírio em suas perorações. Mesmo Quintino Bocaiúva comentava que “sem termos receio de magoar, nenhuma das individualidades que têm ocupado a tribuna das conferências públicas, podemos dizer que, como exposição de doutrina e arte de propaganda, o discurso do Dr. Jardim fica sendo a obra mais completa e bem acabada da propaganda republicana entre nós”, considerando-o “formidável adversário do Império, porque inspira respeito e admiração”<sup>4</sup>.

- 
2. RANGEL PESTANA, Francisco. *Memorial político*. São Paulo, Celso Deb-  
bes ed. e apres., 1977. p. 22.
  3. FREIRE, Felisbello. *História constitucional da República*, Rio de Janeiro,  
Tipografia Moreira e Cia., 1894. vol.I, pp.228.
  4. BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. Op. cit., (síntese de par-  
te).

Para aquilatar toda a importância e extensão da obra de Silva Jardim, é necessário, todavia, não esquecer que, além dos milhares de ouvintes de suas conferências, acompanhando-o depois pelas ruas vitorizando-o freneticamente, suas pregações cívicas eram reproduzidas pelos jornais locais e de outras Províncias, mais tarde impressas e difundidas em outros milhares de pequenos opúsculos, de modo que sua penetração era profunda e vasta entre as massas. Aos que acusam o povo de indiferentismo ante a instauração do novo regime, pela sua ausência no Campo de Santana na manhã de 15 de novembro de 1889, deve-se recordar estes fatos muito expressivos e característicos da propaganda e a maneira sorrateira com que adredemente foi urdida a trama da conspiração militar, à margem de qualquer ligação popular, e sua ovação às tropas quando estas, depois, percorriam as ruas do centro da cidade, culminando com verdadeira apoteose, ao som da Marselhesa, em frente à Câmara Municipal, onde foi efetivamente proclamada a República, por José do Patrocínio, como o vereador mais moço, hasteando-se então a bandeira da revolução em lugar do velho estandarte da Monarquia.

Sua linguagem não era de meios-termos, mas direta, até mesmo provocadora, com repercussão tão profunda em todo o país, embora fosse ele de caráter equilibrado, amando a liberdade não pela palavra ou pela doutrina, porém, pelo fato, sendo, desde o início de sua carreira, um amigo da democracia verdadeira: a da *massa*<sup>5</sup>. Daí sua autêntica peregrinação política, a percorrer diariamente, durante semanas seguidas, sem descanso, as pequenas localidades do interior de São Paulo e Minas Gerais, em agitação perseverante, em doutrinação intensiva, em proselitismo infatigável.

O resultado dessa obra de catequismo e militância foi a proliferação acentuada do número de Clubes republicanos após a atuação de Silva Jardim na propaganda, que deu origem à frase de Rangel Pestana atrás citada. Ao cair a Monarquia, estes Clubes somavam 237 em todo o território nacional cabendo, maiormente ao Sul com 204, 89% e, ao Norte, com 33, 11%, pois, no Sul, a idéia republicana se difundira mais rapidamente; era onde atuava Silva Jardim, principal responsável por tal desenvolvimento. Minas Gerais contava com 50 clubes, São Paulo, 48; Rio Grande do Sul,

---

5. RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. Op. cit.



32; Rio de Janeiro, 30, baixando em escala decrescente, nas demais Províncias. A imprensa republicana direta somava 74 jornais em novembro, ao instalar-se o novo regime, situando-se outra vez a sua maior parte na região Sul, encabeçada por São Paulo, com 21 jornais, 33 em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o restante distribuídos pelo Nordeste e Norte<sup>6</sup>.

Ainda que a situação objetiva o favorecesse, com a decomposição do velho regime e a ascensão e politização dos centros urbanos, não se pode menosprezar a ação destemerosa de Silva Jardim no processo de conscientização política do país e sua notável contribuição para a implantação da República, num esforço obstinado, persistente, vencendo dificuldades de toda ordem, inclusive internamente, dentro de seu próprio Partido.

Nisso reside, sem dúvida, sua projeção em nossa história e a imortalidade, que ninguém pode obscurecer e muito menos negar, atualmente.

---

6. OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *O ocaso do Império*. São Paulo, Cia. Melhoramentos de São Paulo, 2. ed., pp. 112-115.

## IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Cabe aqui agora recordar perfunctoriamente o processo da implantação da República e seus principais protagonistas, regime tão desejado por Silva Jardim, pelo qual se bateu com denodo, dedicação e brilho, que mesmo seus desafetos não puderam deixar de reconhecer.

Toda a trama conspiratória para a derrubada da Monarquia foi urdida exclusivamente por militares, com dois componentes principais: Benjamin Constant, o articulador e Deodoro da Fonseca, o proclamador. Este último constituía a figura de maior destaque, por ser o elemento mais prestigioso no Exército, indispensável, por isso, para conseguir o apoio, ou, pelo menos, a neutralidade da alta oficialidade, porque o ideal republicano, apesar da tenaz pregação de Benjamin Constant, só atingiria a mocidade da Escola Militar do Rio de Janeiro, sendo raros os maiores ou tenentes-coronéis participantes das reuniões do Clube Militar. O que pesava no Exército não era o espírito antimonárquico, mas o menosprezo com que eram tratados pelos gabinetes governamentais. Era a velha “questão militar”, permanentemente acesa. Quanto aos chefes civis republicanos, só foram contactados quando a conspiração estava a meio, não constando também dos relatos históricos que eles antes tenham consultado o Conselho Federal do Partido Republicano, para uma atuação conjugada, ou sequer para obter sua aquiescência para o movimento em preparação. Tanto é assim que o estopim

detonador do movimento foi um incidente desse tipo, denominado o “caso do tenente Carolino”, sobre o qual Benjamin Constant chamou a atenção do marechal Deodoro da Fonseca, em carta, ao regressar este do Rio Grande do Sul, qualificando-o de “acontecimento lamentável, digno de protesto do Clube” (Militar). É que o visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho de ministros, rigoroso como era, ao chegar ao ministério da Fazenda, encontrou a guarda fora do seu posto e ausente seu comandante, tenente Pedro Carolino Pinto de Almeida, recolhido ao Corpo da Guarda. Indignado, repreendeu o tenente com veemência, na presença de seus subordinados, ordenando sua prisão. O episódio, em outras circunstâncias, teria sido contornado de maneira diferente, evitando manifestação coletiva da corporação. A sensibilidade dos militares, entretanto, já estava à flor da pele. Além disso, substituindo no Gabinete o titular da pasta da Guerra, visconde Maracaju, estava, interinamente, Cândido de Oliveira, que, como antigo ministro da Guerra, tinha incompatibilidades com os militares, não agindo com a devida prudência. Também Ouro Preto, vaidoso e autoritário, em seu programa de governo apresentado em 9 de junho de 1889, propunha-se a “combater as idéias que desejavam a mudança da forma de governo”. O “caso Carolino” foi igualmente explorado pela imprensa republicana, levando Cândido de Oliveira a interpellar Floriano Peixoto a respeito e a baixar portaria prendendo o tenente por oito dias, mandando ainda abrir Conselho de Investigação. Quarenta oficiais enviaram então Memorial ao marechal Deodoro pedindo sessão extraordinária do Clube Militar a fim de tratar do caso, despachando este o pedido, no entanto, laconicamente, dizendo não julgar necessária a sessão solicitada. Rui Barbosa, no entanto, defende o atrito surgido no seu jornal. Por outro lado, Silveira Martins, governador do Rio Grande do Sul, buscando desfazer-se dos militares que poderiam causar-lhe dificuldades, pede a transferência do capitão Mena Barreto, que demonstrava hostilidade ao gabinete liberal, tendendo agora para o republicanismo. Desembarcando este no Rio em 6 de outubro, procurou Deodoro, queixando-se da “ditadura” de Silveira Martins, dos tropeços causados pela transferência, com toda a família. Sentindo, nessa conversa, o ressentimento de Deodoro contra a política de Ouro Preto, procura, por conta própria, fazer articulação, ajudado pelo senso de oportunidade que possuía, promovendo reuniões, em dinamismo raro, alcançando, assim, tornar-se no deflagrador da espolleta que influiria nos sucessos posteriores, porque as armas já estavam carregadas. Insistindo de vários modos, consegue novos

encontros com o velho marechal, apesar de este achar-se doente, acamado, pintando-lhe quadro sinistro da situação, com o Exército ameaçado de ser ultrajado e humilhado pelo gabinete desse homem imprudente, caso não se lhe fizesse oposição fulminante, afastando sua ascendência sobre a coroa. Deodoro precisava agir – dizia – pois a maioria do Exército estava ao seu lado. Falava-se na redução dos efetivos das tropas, apoiando-se o governo na Guarda Nacional, na Guarda Cívica, na Marinha de Guerra, tradicionalmente mais ligada à Monarquia, o que ia inflamando Deodoro, fazendo-lhe mal, por agravar seu já precário estado de saúde, tornando-o colérico. Com esforço, por se achar deitado, com a respiração difícil, responde que não consentirá nisso, falando em volta a 31, em um novo 7 de abril, prometendo ir ao Parlamento responsabilizar o gabinete pela falta de patriotismo, levando os ministros à praça pública, e entregando-se, depois, para ser julgado. Era o que Mena Barreto queria, respondendo-lhe então não ser preciso tanto, porque, com a vitória do movimento, ele, Deodoro, seria o ditador da República. Outro fato mais grave, no entanto, ocorre. O coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet, comandante da Escola Militar do Ceará, indica o tenente Barbosa para o lugar de instrutor de primeira classe, vaga, não sendo aceita pelo ministro interino da Guerra, sob o pretexto de Barbosa ser o mais novo em seu posto do que instrutores de segunda, lá existentes, curvando-se, Mallet, à impugnação, por considerá-la legítima. Barbosa, entretanto, recorre aos chefes liberais, saindo a sua nomeação, fazendo com que o comandante se sentisse ofendido e desautorizado, com a medida do ministro da Guerra. Se a razão da impugnação era válida, quando da indicação do tenente, também agora deveria sê-lo, pedindo reconsideração do ato, manifestando propósito de pedir demissão. O telegrama por ele enviado, nesse sentido, teve resposta enérgica e imprudente do ministro interino, Cândido de Oliveira, sendo Mallet demitido em 23 de outubro “a bem do serviço público”, submetido a Conselho de Guerra como infrator da disciplina e falta de respeito aos superiores. Nova lenha era, desse modo, atirada na fogueira que iria consumir o Império, chocando os militares. Rui Barbosa sai novamente em defesa dos militares, na verdadeira barricada que armara contra o governo Ouro Preto no *Diário de Notícias*.

Tal estado de coisas, cada vez mais tenso, não podia prosseguir, impondo-se a instauração de um novo regime. Deodoro, todavia, por razões pessoais, vacilava: era amigo do Imperador, respeitan-

do-o; que se esperasse a sua morte, para a tomada de uma decisão. Sua revolta era contra o ministério. Benjamin Constant, no entanto, visitando-o freqüentemente, insistia, pois, que com a mudança do ministério, voltariam os conservadores, responsáveis pela “Questão Militar”, que o deportara a Mato Grosso; um Partido valia o outro. A indecisão do marechal, no entanto, permanecia, mas Benjamin não desanimava, consciente da sua importância, procurando aproximá-lo dos civis, a fim de construir um bloco e marcharem juntos. Deodoro tinha a psicologia de um autoritário, de um narcisista, que o conduzia a tomar atitude que se lhe oferecia contra tudo que pregara. Antes, o movimento republicano que lhe parecia sonho visionário de civis, de moços militares imaturos, irrefletidos, agora não lhe parecia tão desdenhável; a idéia começava a seduzi-lo. A um aceno seu, a catadupa se despenharia, destruindo o Trono, a dinastia bragantina. Não conhecia ainda os chefes republicanos, a muito dos quais só veio conhecer nas vésperas e depois de proclamada a República, nomeando-os para os ministérios. Na verdade estava sendo utilizado como instrumento dos republicanos, pelos conspiradores, como Mena Barreto, Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, porém, também os utilizava como objetos em sua ambição pelo poder, não calculadamente, mas, por imposição de seu temperamento. Hesitava, no entanto, ante a gravidade da posição a tomar, ansiando por sua própria segurança. Talvez se desenhasse aos seus olhos o espetáculo de cinquenta anos atrás, quando, ao seu pai, o major Mendes da Fonseca, o povo da cidade de Alagoas oferecia o poder, dizendo que só ele, com seu prestígio, sua espada, seria capaz de impedir a mudança da capital da Província.

Em 23 de outubro o governo resolveu homenagear a oficialidade do cruzador chileno, *Almirante Cochrane*, que vinha retribuir a visita que o cruzador brasileiro, *Almirante Barroso*, fizera pouco antes, sob o comando do contra-almirante Custódio de Melo. Entre estas homenagens constava uma visita da oficialidade chilena à Escola Militar, do Rio de Janeiro. Nela usou da palavra Benjamin Constant, que vinha sendo preterido em sua nomeação nos concursos prestados para o magistério, sendo agora nomeado para aquela Escola, com o objetivo de afastá-lo do meio dos cadetes. Em sua oração, após saudar os oficiais visitantes, fala da tradição da Escola Militar, da missão dos militares e dos estadistas modernos em apressar a evolução natural que a política ou a arte de bem dirigir os povos tem posto à nossa disposição, abordando as “Questões

Militares”, atribuindo a culpa ao governo. Dirigindo-se especialmente ao ministro interino da Guerra, presente, afirma que o Exército Brasileiro não se compõe de janízaros, porque sob a farda de cada soldado pulsa o coração de um cidadão e de um patriota. Movimento de sensação percorre a sala, o ministro, irritado, abandona o recinto, ante a estupefação dos visitantes. No dia 26, na Escola Superior de Guerra, em aula de Benjamin Constant, a cena se repete. Os alunos prestam-lhe honrarias, com discursos inflamados. Ouro Preto acha aquilo um excesso, pedindo ao Imperador a substituição do diretor da Escola Superior de Guerra. O Imperador discorda; não resultando qualquer medida a respeito.

Nessa altura, tem início a articulação dos civis e militares; Aristides Lobo e Lopes Trovão procuram Quintino Bocaiúva para, como chefe, buscar entendimento com os militares, em vista dos discursos de Benjamin Constant, o que faz por carta, solicitando entrevista em seu escritório, que se realiza no dia 30, com a presença de Aristides Lobo. Em 4 de novembro vão à casa de Deodoro, Mena Barreto, Sebastião Bandeira, Joaquim Inácio, Tasso Fragoso e outros oficiais subalternos, embora o marechal continuasse guardando leito, mantendo-se sempre reticente. Os moços lhe fazem ver a realidade da situação. O governo armava melhor a Guarda Nacional e a Guarda Cívica, o irmão de Ouro Preto, presidente da província do Rio de Janeiro, aumentava os efetivos de sua polícia, falando-se que o Exército seria privado de seu armamento mais moderno. Deodoro, exaltado, responde que nada mais se podia esperar da Monarquia em benefício do Exército, pedindo, então, Mena Barreto, autorização para agir, aludindo a uma ordem-dia de embarque do 22º Batalhão de Caçadores. “Será o último que partirá” – comenta Deodoro, indignado. Os oficiais presentes ouvem com satisfação aquelas palavras, perguntando se poderiam agir afoitamente, obtendo resposta afirmativa. Novo encontro se efetuava no escritório de Aristides Lobo, a que comparecem Solón Ribeiro e Mena Barreto, pedindo estes que os jornalistas republicanos publicassem artigos incendiários contra a Monarquia, a fim de se ir preparando a opinião pública e auxiliar a própria articulação dos militares. O gabinete de Ouro Preto recebe assim fogo cerrado das baterias jornalísticas do *Diário de Notícias*, de *O País*, do *Correio do Povo*. Aristides Lobo encarrega-se de contatar-se com os republicanos de São Paulo: Francisco Glicério e Campos Sales, chamando o primeiro ao Rio de Janeiro. Em 9 de novembro, Rui Barbosa escreve o artigo “Plano contra a Pátria”, causando

forte impressão nos meios militares por denunciar as maquinações do governo contra o Exército, recapitulando tudo o que se fazia, armando outras tropas, deixando o Exército com as piores armas, enviando-se batalhões para outras Províncias, recordando o caso do tenente Carolino, as manifestações de Benjamin Constant, dizendo ser o Exército a guarda das instituições contra a desordem e a tirania. Os artigos, com punhos rendados, academicamente escritos por Quintino Bocaiúva, pareciam pálidos e frouxos ante os editoriais enérgicos de Rui Barbosa. Benjamin Constant resolve então procurar Rui Barbosa, para, num rasgo de confiança e franqueza, colocá-lo a par da conspiração, concitando-o a aderir. As duas campanhas então se fundem num encontro histórico. Nesse mesmo sábado, tem lugar, na ilha Fiscal, na baía de Guanabara, o mais pomposo baile do século, em honra à marinha chilena, com o comparecimento do Imperador, fardado de almirante, apresentando-se toda a nobreza, o mundo oficial, o corpo diplomático, num espetáculo feérico, deslumbrante, como nunca se vira anteriormente, entre tranqüila e alegre despreocupação dos problemas do momento, como se vivêssemos num mar de rosas. O bufê monumental, servido à meia-noite, compunha-se de milhares de sopas diferentes, centenas de quilos de camarões, caixas de salmão, de trutas, de costeletas de carneiros, galinhas, inhambus, presuntos, gelatinas, pudins e outras iguarias, regadas por mil litros de cervejas, dezenas de caixas de vinhos branco, moscatel, bordeaux, madeira, vermouths, licores, conhaques, águas minerais, todos rejubilados com o maravilhoso acontecimento. Tal prodigalidade irritava pelo contraste com as dificuldades do povo e salário miserável da tropa, um soldado ganhando 120 réis por dia, voluntário gratificado com sessenta réis, sargento com 110 réis, quando engajado, com 55 réis. O próprio Ouro Preto, em seu manifesto, reconhece tal realidade, como expressão da pobreza do país.

Nesse mesmo momento do banquete pantagruélico, efetuava-se, no Clube Militar, reunião também histórica, presidida por Benjamin Constant, na ausência de Deodoro, seus efetivos redobrados em relação de 1887, ano de sua fundação. Nela, Benjamin Constant pede carta branca para agir em nome dos companheiros, o que lhe foi concedido, procurando Deodoro, no dia seguinte, a fim de inteirá-lo da resolução do Clube. Ao mesmo tempo, Benjamin Constant, recebe vários “pactos de sangue” dos cadetes, como crédito de confiança, enquanto Deodoro recebe alguns chefes republicanos, como Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Rui Barbo-

sa, Francisco Glicério, o chefe da esquadra Eduardo Wandenkolk, o capitão-de-mar-e-guerra Frederico Lorena, Benjamin Constant e Sólón Ribeiro. Discute-se a gravidade da situação, sendo lançado um apelo a Deodoro no sentido de que apressasse o advento da República, assumindo a direção do movimento. O marechal ouviu calado, mas, no fim, sentado em sua cadeira de espaldar alto, declarou desejar acompanhar o caixão do Imperador, no entanto, ante o que fazia ao Exército, não havia outro remédio, dizendo: “que leve a breca a Monarquia”, porque nada mais se podia esperar dela. Suscita então a questão da organização do ministério. Recusa a presidência que lhe é oferecida, cedendo, porém, aos apelos feitos, concluindo por dizer que ele e Benjamin cuidariam da parte militar e o Sr. Quintino Bocaiúva e seus amigos, do resto. Quanto aos receios levantados em relação à possível atitude de Floriano Peixoto, Deodoro os tranqüiliza, não acreditando em dificuldades, porque certa vez Floriano lhe declarara, “mostrando os botões da farda, que a Monarquia era inimiga disto”, estando pronto para derrubá-la, combinando-se, contudo, um encontro entre os dois. O ministério apresentado depois, por Quintino Bocaiúva, propunha seu próprio nome para a pasta do Exterior, Rui Barbosa para a Fazenda, Aristides Lobo para o Interior, Wandenkolk para a Marinha, Benjamin Constant para a Guerra, Francisco Glicério para a Agricultura, Viação e Obras Públicas, que, por sua desistência, foi atribuída a Demétrio Ribeiro, rio-grandense-do-sul. A data fixada para eclosão do *coup d'État* foi a de 20 de novembro, dia de inauguração da nova Câmara, no edifício do Senado, com o comparecimento do Imperador e de todo o ministério, quando o edifício seria cercado, prendendo-se o soberano, com todo o seu ministério. Aguardava-se apenas a voz de comando de Deodoro, cujo estado de saúde se agravou repentinamente, em seguida, assustando a todos, paralisando-os. Benjamin Constant desabafa: “Os senhores, que são civis, poderão salvar-se; nós, militares, teremos de arrostar as consequências das responsabilidades assumidas”. Os amigos, então, em tal emergência, afluem à casa do doente, contra a vontade do médico e dos familiares.

Ouro Preto, no entanto, julgava-se senhor da situação, pois elegera uma câmara maciçamente liberal, graças aos processos eleitorais fraudulentos da época. A única dificuldade eram os militares. Recebendo cartas anônimas sobre a conspiração em andamento, não dava crédito, confiando em Floriano Peixoto, ajudante-general do Exército, equivalente atualmente a Chefe do Estado-



maior, acenando-lhe com a promoção para a pasta da Guerra, mas que na realidade achava-se comprometido com a conspiração. Desconfiando, entretanto, de Deodoro, pediu atenção a seu respeito ao ministro da Guerra, visconde de Maracaju, solicitando que o procurasse, o que fez, por intermédio de Floriano. Estamos a 13 de novembro. Sabedores deste fato, talvez pelo próprio Floriano, os que cercavam Deodoro compreenderam estar ele ameaçado. Dia 14 foi um dia neutro. A população pacata não podia supor do que estava prestes a suceder. A *Cidade do Rio de Janeiro*, jornal de José do Patrocínio, especulava sobre a abdicação de Pedro II, em 2 de dezembro; Quintino Bocaiúva, sibilamente, como de costume, ameaçou ser a hora presente de triunfo, mas, a hora sucessiva poderia ser de derrota, “hoje, no Capitólio, amanhã, na Rocha Tarpeia”. A noite foi normal, os teatros funcionando, os costumeiros boêmios bebendo nos bares, os retardatários procurando os bondinhos de burros em direção aos bairros: Vila Isabel, Engenho Novo, São Cristóvão. A maioria da população já dormindo, sob os mosquiteiros de filó, repousando em calma e beatitude. O Imperador permanecia sereno, em seu veraneio de Petrópolis, tendo mesmo descido, naquele dia, ao Rio, para assistir ao concurso no Colégio Imperial Pedro II, como de hábito, e visitar a Imprensa Oficial. Os líderes militares, entretanto, organizam uma reunião com Benjamin Constant para dar balanço da situação, entre os quais se encontrava o major Sólon Ribeiro, comunicando seu regimento ter recebido ordens de se aquartelar no dia seguinte, na Escola Militar da Praia Vermelha, isolando-o assim dos demais corpos da Segunda Brigada. Mas, alarmado, com tal notícia, Benjamin Constant determina para que a ordem não seja cumprida, pelo menos durante 24 horas, por lhe parecer ação do governo para liquidar o movimento. Precisava-se de um ato de surpresa a fim de contornar a situação. Sólon, então, vestido à paisana, espalha, na rua do Ouvidor, o boato de que Deodoro estava com ordem de prisão, o que logo chegou às redações dos jornais, situados quase todos naquela rua, despertando alarme. Às dez horas da noite, um jornalista do *Jornal do Comércio* comunica a notícia a Ouro Preto, que a desmentiu, acrescentando estar capacitado a dominar a situação, a qualquer momento. Às onze e três quartos, o chefe de Polícia previne-se de que o 9º Regimento estava em armas, tendo dado conhecimento ao ajudante-general, Floriano Peixoto, e que os chefes militares encontravam-se reunidos no quartel-general. Alarmado agora, avisou que iria imediatamente. Floriano interpelado, responde evasi-

vamente, prometendo agir. Às três da madrugada, Ouro Preto telegrafa ao Imperador, em Petrópolis. No quartel-general estavam reunidos dois mil homens. Os conspiradores, mais adiantados, despertam Benjamin Constant e mandam avisar Deodoro. Benjamin segue para São Cristóvão, tomando a frente da Segunda Brigada, comandada por Silva Telles. Em pequeno discurso recomenda “que nos preparemos para vencer ou morrer, guardando sempre o último cartucho para estourarmos os miolos, em caso de derrota”. Deodoro esquece os padecimentos, veste-se às pressas, indo, de carruagem, encontrar, no canal do Mangue, as tropas que desciam, assumindo o comando, sob entusiasmo geral. Frente ao quartel-general, Deodoro manda Silva Teles intimar à renúncia o gabinete Ouro Preto, que repele com energia, ordenando a Floriano a retirada de Deodoro. Trava-se então uma discussão áspera entre o primeiro-ministro e os militares, inclusive Floriano, que se nega a repelir Deodoro. Fora, as tropas, nesse ínterim, passavam para os revoltosos. Deodoro entra no quartel-general a cavalo, ordenando às tropas que prestassem continência e afastassem o *trambolho* de um canhão que encontrou na frente. Ouve-se nesse momento a banda tocar o hino nacional e a salva de 21 tiros de canhão. Desmonta e dirige-se a Ouro Preto, rodeado pelo seu estado-maior, profligando sua atitude contra o Exército, deixando extravasar suas mágoas, ordenando a prisão de Ouro Preto e Cândido de Oliveira, o ministro interino da Guerra. De volta, novamente montado, ao ressurgir na praça, o povo, já rodeando as forças armadas, aclama-o com vivos aplausos. Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo, ponderam a Sólon que, estando o Imperador ausente e o governo acéfalo, não se devia perder tempo, proclamando-se a República. Sólon fala com Deodoro que, em seguida, levantando o quepe da cabeça, grita: *Viva a República*.

A tropa, tendo à frente Deodoro e Benjamin Constant, encaminha-se ao arsenal da Marinha, conseguindo sua adesão, desfilando, depois, pelas ruas centrais da cidade, sob aclamação geral do povo, vitoriando a República e Deodoro. Mais tarde, frente à Câmara Municipal, continuamente sob vibrante aclamação, a República é proclamada oficialmente, lavrando-se a respectiva ata, substituindo-se o velho estandarte do Império pela bandeira da República, retirada da casa de Lopes Trovão, que a mantinha hasteada na sua porta.

Estava inaugurado um novo regime no Brasil.

Foi isto, naturalmente, que levou Aristides Lobo, em sua coluna diária do *Diário Popular*, de São Paulo, a escrever a frase, tantas vezes repetida, de que o povo assistiu “bestificado” à instauração da República, sendo obra exclusiva dos militares. Mesmo um jornal do Rio, *A Gazeta da Tarde*, publicada às seis horas da tarde, exprimia idêntica impressão: “A partir de hoje, 15 de novembro de 1889, o Brasil entra em uma nova fase, pois pode-se considerar finda a Monarquia, passando a regime francamente democrático, com todas as consequências da liberdade. Foi o Exército que operou essa magna transformação; assim como em 7 de abril de 1831, ele firmou a monarquia constitucional, acabando com o despotismo do primeiro Imperador, no meio da maior tranqüilidade e com solenidade verdadeiramente importante que queria outra forma de governo. Assim desaparece a única Monarquia que existia na América...”

O Imperador, após receber dois telegramas do primeiro-ministro, o último terminando com o imperativo “Venha”, embarcou de trem às onze horas da manhã, chegando à estação terminal de São Francisco Xavier à uma hora da tarde, rumando, por caminho diverso do habitual, para o Paço Imperial, encontrando-o com a guarda dobrada, o que lhe pareceu estranho. Pede para falar com Deodoro. O comandante do navio chileno *Almirante Cochrane*, presente, insinua-lhe que a bordo de sua embarcação talvez estivesse mais seguro, o que recusa, respondendo tratar-se de “fogo de palha”. A herdeira do Trono e seu marido, deixando o Palácio Isabel (hoje Guanabara), vêm à cidade de lancha, costeando Botafogo, Flamengo, Calabouço, parando no cais do Pharoux, de onde avistou a carruagem imperial, indício de que Pedro II já havia chegado, reunindo-se então toda a família imperial. O paço regurgitava de cortesãos. O Imperador pairava nas nuvens, folheando uma revista científica. Às quatro horas da tarde, Ouro Preto vem falar-lhe, contando a destituição do gabinete, fazendo-lhe uma exposição do ocorrido pela manhã. O Imperador não aceita, entretanto, a demissão, não obstante sua insistência, designando Silveira Martins, que estava viajando para o Rio, resolvendo, nessa emergência, convidar José Antônio Saraiva para organizar novo gabinete. Recebe também intimação de Deodoro para deixar o país no prazo máximo de 24 horas, respondendo ceder ao império das circunstâncias, devendo partir para a Europa com toda a família. À

noite, o coronel Mallet vai ao Paço a fim de apressar o embarque da família imperial para antes do amanhecer. O ambiente é de verdadeira desolação. Abatido, Pedro II veste sua casaca, coloca na cabeça seu chapéu alto, ensaiando um leve protesto contra o embarque na calada da noite, declarando não ser negro fugido. Mas, diante dos fatos consumados, a família imperial segue pelos corredores do velho casarão, desce as escadas, atingindo finalmente a porta, por onde sai a fim de tomar o navio de embarque para o exílio. Eram três horas da madrugada, registra Raul Pompéia, republicano convicto, na “Gazeta de Notícias”, numa reportagem antológica, com o título de “Uma Noite Histórica”.

Terminava a Monarquia no Brasil.

A nossa História virava uma página e abria o capítulo da República<sup>1</sup>.

---

1. A literatura sobre o advento da República entre nós é vasta, de acesso mais ou menos fácil, mas a obra que me parece conter maiores detalhes e informações, sobretudo dos dois últimos meses, é o livro de Raimundo Magalhães Júnior, *Deodoro, a espada contra o Império*, obra sobre a qual montamos, em grande parte, a exposição acima, baseada também, por sua vez, como não poderia deixar de ser, em outros livros e farta documentação.

## DO SONHO À REALIDADE

A instauração da República operou-se exclusivamente por obra do Exército, ou, mais exatamente, por parte dele, pois foi quem coordenou, preparou e efetuou a sua proclamação. O povo, posto à margem desde o início, não teve participação alguma. E, pela manhã, ao descer dos bairros, ficou, entre surpreso e curioso com aquelas tropas bem apetrechadas, inclusive canhões, rodeando o quartel-general, no Campo de Santana (hoje, Praça da República), sem compreender o que sucedia, aglomerado pelas esquinas, parecendo-lhe mais uma parada. Aos poucos, porém, pelas notícias que corriam, por vezes contraditórias, soube o que realmente se passava: a implantação de um novo governo.

Por que tal mudança, oculta da população? É que seus executores, a partir de Benjamin Constant, seu principal articulador, consoante a ortodoxia positivista que professavam, não desejavam derramamento de sangue. Esta a causa primeira e primária apresentada. Na verdade constituía uma vitória dos “evolucionistas” contra os “revolucionários”, que se degladiavam dentro da velha organização partidária, pois “a idéia única que sustentava a todos era simplesmente a República, em tudo o mais divergiam”<sup>1</sup>. Os se-

---

1. BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. Rio de Janeiro, Livr. São José, 1957, p. 259.

gundos eram considerados cada vez mais “movimento perigoso contra as aspirações dos grupos econômicos emergentes”<sup>2</sup>.

Mas, a forma improvisada com que as tropas foram lançadas à rua, em direção ao Campo de Santana, o diálogo áspero entre Ouro Preto e Deodoro da Fonseca, dentro do quartel-general, onde não se mencionou a troca do sistema político, pouco esclarecia aos próprios militares quanto à insubordinação em que tomavam parte: simples mudança de ministério ou transformação do sistema vigente?

Foi esta dúvida que levou Benjamin Constant, ao se encontrar com Aníbal Falcão na rua do Ouvidor, após a passeata militar, a pedir-lhe para que se agitasse o povo “porque a República não estava proclamada”. Ante momento tão delicado, por isso, enquanto José do Patrocínio, da sacada do seu jornal, *Cidade do Rio*, arregava a multidão, redigiu, às pressas, a proclamação da República, divulgada por todos os jornais no dia seguinte, conduzindo depois a aglomeração humana para diante da Câmara Municipal, onde o ato foi efetivado, mediante discurso de José do Patrocínio, o vereador mais moço e a lavratura de uma Ata assinada por todos os vereadores.

Explicando a ausência de Silva Jardim nesses acontecimentos, existem duas versões: uma, a de que Benjamin Constant teria mandado chamá-lo no dia anterior, não tendo sido encontrado pelo portador, (talvez um desafeto seu), outra, a de que ao ser-lhe apresentado naqueles dias turbulentos, Benjamin Constant dissera conhecê-lo de nome, apreciando-o muito pelos seus serviços, mas não o ter procurado por lhe terem dito tratar-se de republicano sanguinário, e ele partidário de uma revolução pacífica<sup>3</sup>.

Silva Jardim, no entanto, continuara nos últimos meses a sua pregação republicana, particularmente pela imprensa, sempre infatigavelmente. Assim, em 1º de novembro de 1888, por indicação de Saldanha Marinho, assume a direção da coluna republicana de *O País*, mantida pelo Partido Republicano; em 28 de agosto de 1889 dirige, pela *Gazeta de Notícias*, a Circular ao Eleitorado do 8º Distrito da Província de Minas Gerais, como seu candidato à As-

---

2. MENDES JÚNIOR, Antônio *et alii*. *República Velha*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2. ed. s. d.

3. LEÃO, José. Op. cit., pp. 89 e 237.

sembléia Legislativa, onde foi esbulhado, narrando o fato em três artigos da mesma *Gazeta de Notícias*, em 24, 25 e 27 de novembro seguintes. No mesmo jornal publica uma série de dez artigos sobre os mais variados temas, de 7 de outubro a 12 de novembro. Em um deles, “A Revolução” qualifica o evolucionismo pacífico de paralisia, retrogradação, falso sonho de utopista; em outro, afirma que o povo está à espera da revolução para a República; em outro, ainda fala que se tornou saliente no partido paulista a feição conservadora, elogiando as atividades dos jovens republicanos sul-riograndenses, seus antigos condiscípulos de São Paulo, como Assis Brasil e Júlio de Castilhos, com seu jornal *A Federação*. Isto, em 12 de novembro, três dias antes da instalação da nova ordem constitucional no Brasil.

Com o Governo Provisório, começam as *adesões* dos “fundibulários” de todas as classes, sem virtudes cívicas, marcando desse modo os primeiros meses da República pelas dilapidações do Estado, resultando daí a candidatura do marechal Deodoro da Fonseca, assinala José Leão, impressionado pela coluna de adesistas divulgada pelo *Diário Oficial*. Se em São Paulo os fazendeiros se apoderaram dos núcleos mais importantes do Partido Republicano, no Rio de Janeiro e em outras Províncias os representantes das camadas urbanas constituem-se em canais de pregação das novas idéias, fortalecendo o republicanismo em geral<sup>4</sup>, como a tentativa de industrialização preconizada por Rui Barbosa e a primeira experiência brasileira democrática com o término do arbitrário Poder Moderador do Império<sup>5</sup>.

Silva Jardim não se incluía, naturalmente, entre os áulicos do novo sistema estabelecido, por pertencer aos chamados *históricos*, pelos serviços prestados anteriormente, sendo ainda a figura mais popular pelo seu visual fisionômico gravado entre os milhares de ouvintes das suas conferências. Conquanto não indicado para ministro, como esperava, foi nomeado para presidir uma Comissão encarregada de elaborar o Estatuto Eleitoral pelo qual se deveriam eleger os representantes da Nação para a Assembléia Constituinte, a instalar-se a 15 de novembro de 1890. Não obstante tratar-se de

---

4. MENDES JÚNIOR, Antônio et alii. Op. cit., p. 135.

5. SANTOS, Joel Rufino dos et alii. *História Nova do Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1965.

cargo secundário, aceitou-o, por acreditar no voto como forma de representação popular. Nem por isso, entretanto, poupou esforços para ajudar a consolidação do primeiro governo que se inaugurava. Assim, na noite de 21 de abril pronunciou longo discurso em sessão solene do Clube Tiradentes, do qual era presidente, em homenagem ao protomártir da Independência, onde se refletia o entusiasmo e o idealismo do propagandista, que não perdera sequer a vibração da campanha agora encerrada – menciona Barbosa Lima Sobrinho. Tiradentes fora um dos seus ídolos. Aproveitando a presença do chefe do Governo Provisório, dirigiu-se a ele como “Homem, Soldado, Chefe, Herói”, lembrando “a tremenda responsabilidade que pesa sobre teus ombros”, finalizando com esta exclamação: “General, sê forte, isto é, sê Governo! General, sê bom, isto é, sê povo! General, reconstrói a Pátria!”

A instauração da República inopinadamente despertou em seus autores a necessidade de legitimar a quartelada de 15 de novembro, através do pronunciamento das urnas, porque o Poder, pelo menos o legítimo, emana das urnas e não dos quartéis, e para obter tal consentimento popular é preciso uma eleição direta para o Congresso Constituinte. Ante isso, Deodoro da Fonseca, em 8 de fevereiro, com pouco mais de dois meses de exercício do poder, promulga o Regulamento e em junho seguinte estabelece as condições de elegibilidade do Congresso Constituinte, segundo as quais ninguém é vetado, nem mesmo por motivo de serviços prestados à Monarquia ou de responsabilidade definida no regime deposto. De junho a setembro compõem-se as chapas e, como seria curial, no Rio de Janeiro tal função caberia ao Partido Republicano, estruturado ainda na fase da propaganda, em novembro de 1888, com representantes fluminenses reunidos no Clube Tiradentes, com Silva Jardim na presidência, secretariado por Alberto Torres, tendo como membros Francisco Portela, Virgílio Pessoa, Teófilo de Almeida e Santos Werneck. Silva Jardim não podia deixar de ser considerado chefe da política republicana fluminense, já que Quintino Bocaiúva optara pela área federal. Apesar disso, no entanto, para a chefia do Poder Executivo do seu Estado natal, a preferência recaiu em Francisco Portela, nascido no Piauí, porém militando no Rio de Janeiro.

Portela, médico de longas barbas brancas, decidira-se pela República em 1872, fundando, em Campos, onde clinicava, o jornal *A República*, embora oscilasse também para o liberalismo, em momentos reformistas. Contudo, em 1888, figura entre os dirigentes



do Partido Republicano do Estado do Rio e membro da sua Comissão Executiva. Considerado velho em 1889, com 59 anos ante a exuberância juvenil de um Silva Jardim ou um Alberto Torres, que não haviam atingido trinta anos, impunha-se pela sua respeitabilidade. Silva Jardim procura-o para a organização da chapa, fazendo pressão em favor dos históricos, ambicionando chefiar a bancada do seu Estado, visando, talvez, a presidência da República; no entanto, Portela recusa as sugestões, coordenando ostensivamente a chapa fluminense, com a colaboração do chefe do poder executivo, isto é, Deodoro da Fonseca. Silva Jardim, porém, orgulhoso dos serviços prestados na propaganda, da coragem cívica demonstrada e da sua popularidade, não podia aceitar as transigências denominadas conveniências políticas, julgando-se com a responsabilidade de orientar o regime que ajudara a construir, gerando, com isso, desentendimentos que foram levados ao conhecimento do governador do Estado, acusado de defender candidaturas espúrias, influenciadas pelo governo federal de Deodoro da Fonseca, que, por sua vez, se via crivado de pedidos de parentes, achando mais fácil, em tal situação, entender-se com as barbas brancas e a ductilidade política de Portela, do que enfrentar a irredutibilidade e o atrevimento de Silva Jardim, preocupado apenas com títulos, a que Deodoro não atribuía importância, como os dos serviços prestados à causa republicana. Estes fatores considerados desnecessários e inoportunos, conduziram à concentração da formação da chapa nas mãos do governador do Estado, com apoio de Deodoro e naturalmente com a concordância de Quintino Bocaiúva, despertando repúdio de Silva Jardim, por constituírem sacrifícios doutrinários e ausência de postura política. Apesar disso, contudo, foi procurado para compor a chapa governamental, mas recusou o convite, juntamente com outros históricos, partindo, então, para a luta. Fonseca Hermes, parente de Deodoro, tentou servir de mediador, sendo também repellido por Silva Jardim, dado seu fundo inato de rebeldia, sublimada na altivez de atitudes. O experiente Paulino de Sousa, dizia que quem tivesse desejo de ser eleito, não deveria romper com o Governador, porque o pleito não passaria de uma farsa. Desses desentendimentos resultaram duas chapas: a do governador Portela e a do Partido Republicano, enfrentando-se primeiro, na campanha, em seguida, nas urnas. Quintino Bocaiúva figurava em ambas as chapas, o que lhe garantia a cadeira de senador a que se candidatara, enquanto que Silva Jardim, por ser figura de projeção nacional, tinha seu nome em chapas de outros Estados. Tomadas em conjunto, entretanto, as chapas se equivaliam, mais ou

menos. Na de Portela, além dos apadrinhados de Deodoro, como Fonseca Hermes, Fonseca e Silva, Viriato Medeiros e os egressos dos partidos monárquicos, o grosso era de republicanos históricos, inclusive o jovem Nilo Peçanha, que o combatia. Sua falha principal consistia na iniquidade da exclusão de Silva Jardim. Na do Partido Republicano, obrigado a transacionar, inclusive com elementos conservadores de Paulino de Sousa e de várias influências locais, tornava-se mais significativa a presença de republicanos históricos. Com as duas chapas, todavia, poder-se-ia ter composto representação excelente se Portela tivesse riscado os nomes de maior força política da situação federal, que traduziam injunções irresistíveis. A chapa de Portela apareceu anonimamente, repetida nos jornais diariamente até a data do pleito, sem responsabilidade declarada, o que levou Silva Jardim a denunciar Portela de querer impor a sua chapa para formação de seu poder individual, composta de secretários de governo, de diaristas que o sustentavam, procurando prender, por falsa solidariedade, “alguns dignos companheiros”, verberando-lhe a subordinação ao poder central, quando deveria restringir-se à influência estadual.

Silva Jardim acreditava agora na lisura das eleições, com o novo regime. Foi, porém, ilusão decepcionante, pois o Governo usou de todos os antigos meios fraudulentos a fim de derrotar os adversários, como os expedientes de aliciamentos, de corrupção, de intimidações, com os eleitores fictícios, mobilizados nas atas falsas, que foram os mais diligentes, disciplinados e unânimes. A consequência só poderia ser o seu triunfo em toda linha. Silva Jardim não conseguiu nem metade dos votos do último colocado dos candidatos de Portela, não vencendo ainda nos demais Estados em que se candidatara. “A República começa mal” – comenta Barbosa Lima Sobrinho, com razão<sup>6</sup>.

A transição que se iniciava destinava-se a mudanças políticas, a transformações das oligarquias, mas sem alterar a velha estrutura econômica, que deveria continuar. Com efeito, se a instalação da República foi pacífica, de modo geral, com raras exceções, logo veio um processo violento de influências mútuas na escala estadual e federal, com lutas pela hegemonia, devido à ação desordenada

---

6. BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. Op. cit. Breve síntese do cap. IV.

dos ex-monarquistas, dos republicanos e dos militares ligados aos interesses locais e coronelísticos, e não a princípios ideológicos ou formas partidárias. Mais tarde somente, com o governo de Prudente de Moraes e a “política dos governadores”, a situação se consolidaria, estruturando-se. Foi o que aconteceu no Estado do Rio de Janeiro, expressa claramente na primeira eleição<sup>7</sup>.

Com a emigração da lavoura cafeeira para o norte de São Paulo, primeiro, e o oeste depois, onde alcançou o auge da sua prosperidade, a economia fluminense entrou em decadência, porque sua base econômica era precisamente o café. Com a Abolição, sofreu rude golpe, de consequências irreparáveis, devido ao abandono de suas lavouras pelos escravos, transformando profundamente o cadastro dos agricultores. A situação chegou a tal ponto que Alberto Brandão, que se elegeria deputado à Constituinte, em ofício ao governador Portela, pediu aplicação de uma *política larga e generosa*, com a execução do art. 295 do Código Criminal, de modo que os libertos de 13 de maio voltassem aos estabelecimentos abandonados, qualquer que fosse a sua origem, a fim de concorrer para a riqueza nacional<sup>8</sup>. Tais interesses em choque, juntamente com as rivalidades pessoais e ambições de cargos, comuns em períodos transitórios, influíram, naturalmente, no pleito efetuado, com a ocorrência de enfrentamentos regionais.

Assim, passado o vergonhoso embate eleitoral, magoado e surpreso com o resultado, deliberou Silva Jardim retirar-se da política, publicando, em 2 de outubro de 1890, o diretório do qual era presidente, manifesto nesse sentido. Sonhara com um lugar no ministério, estando convencido de que ninguém lhe disputaria um lugar de deputado na Constituinte, pelos serviços prestados, aspirando chefiar a sua bancada, mas nada disso conseguira. Seu biógrafo e amigo José Leão, diz, porém, tratar-se de retirada falsa, pretendendo ele regressar logo, visando a presidência da República. Cogitou mesmo de fundar um jornal em companhia de vários correligionários, embora a idéia tenha tido boa acolhida, não pôde concretizá-la. Sem propensão para a chicana política, só lhe restava apelar para o futuro, justificando-se dessa maneira a sua viagem à Europa. Enganara-se com os homens de sua terra, conforman-

---

7. CARONE, Edgard. *A República Velha*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971. v. 2, p. 18.

8. LACERDA, A. P. Werneck de. *A lavoura e o Governo*. Apud LEÃO, José. Op. cit., pp. 255-56.

do-se, contudo, com a votação recebida, apesar da pressão governamental, considerando satisfatórios os votos na Capital Federal, julgando além do que esperava e o que alcançara em Minas Gerais.

Os mandatos de 1890 foram até 1893, não passando muitos do primeiro mandato, enquanto que outros, como Alcindo Guanabara e Nilo Peçanha retornaram, fazendo carreira política. Quanto ao triunfo do governador Portela, não passaria do golpe de 3 de novembro, pelos aplausos que lhe dera, custando-lhe a deposição do cargo, com a ascensão de Floriano Peixoto. Pena que Silva Jardim não estivesse mais vivo para receber reparação tão merecida, pois, desgostoso e decepcionado, seguiu para a Europa em 2 de outubro de 1890, desaparecendo numa fenda próxima da cratera do Vesúvio, em 1º de julho do ano seguinte<sup>9</sup>.

A viagem ao “Velho Mundo” se deveu à generosidade de uma pensão de mil francos do amigo Mata Machado, seu vizinho na Tijuca, do único bem que possuía, uma casa mobiliada com velhos trastes, alugada durante a ausência. Chegou a Lisboa em novembro, partindo no dia 14, atingindo Paris a 23, após curta permanência em Bordeaux. Em 1º de janeiro de 1891 escreve de Paris ao pai, comunicando-lhe estar bem, realizando o programa traçado, de estudar e viajar, tendo passado pela Holanda e Bélgica, frequentando o curso da Escola Livre de Ciências Políticas, corrigindo as provas do seu livro *Memória e Viagens* e de outros trabalhos a respeito da política brasileira e da sua profissão<sup>10</sup>. Buscava, assim, adquirir novos conhecimentos. Em 31 de março seguinte, em resposta a uma carta de Alberto Torres, escreve-lhe longamente. Depois de mencionar os países e lugares percorridos, anuncia-lhe a preparação de novo livro, *A Campanha de um Propagandista*, já tendo passado pela Espanha, a Itália, pretendendo ir à Alemanha, Áustria e talvez à Rússia, para “instruir-me, disfarçar a dor do exílio voluntário”, sempre de “dias negros” principalmente ante o sacrifício das idéias pelas quais se batera. Afirma acompanhar melhor a política brasileira, do que se estivesse aqui, almejando escrever uma série de opúsculos a serem publicados como artigos em *A Gazeta*, sobre a situação política, constitucional, financeira, diplomática e a instrução pública, recordando seus serviços e os dos correligionários, livro de paz, *malin et de bon enfant*, na expressão

---

9. BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. Op. cit., p. 97.

10. Íntegra da carta de José Leão. Op. cit., p. 284.

francesa, para mostrar ao estrangeiro o que havia e o que há no Brasil. Conta ter sido recebido lisongeiramente, evitando, no entanto, sistematicamente os *interviews*, para não opinar sobre a política brasileira, defendendo nosso país, pouco considerado na Europa pela deportação de Pedro II e da subida do marechal *ce bon homme*, por supor-se termos uma República exclusivamente militar. Pede notícias, formulando vários quesitos referentes às pessoas que rodeiam Deodoro, às posições de Quintino Bocaiúva, Rui, Glicério, Portela, Lopes Trovão, sobre a atividade de Alcindo Guanabara e Nilo Peçanha. Enfim, manifesta-se interessado em variados problemas, com real preocupação pelos acontecimentos daqui e seus possíveis desdobramentos, com espírito otimista, longe de qualquer desilusão, muito menos desespero, mas em posição animadora<sup>11</sup>. Oscar Araújo diz que Silva Jardim procurou na Europa os republicanos franceses para revigorar o espírito com a experiência alheia, buscando a lição prática da vida política e intelectual do país que primeiro teve a idéia republicana no mundo. Em 1º de julho, em Nápoles, visitando Pompéia, já ao entardecer, quis ver o Vesúvio, aproximando-se temerariamente da cratera do vulcão, sentindo repentinamente a terra estremecer, abrindo-se em sua frente em grande explosão, tragando-o para sempre, erguendo-se uma lava de fumo, indicando o abismo em que caíra<sup>12</sup>. José Leão atribui a tragédia aos fracos conhecimentos geológicos de Silva Jardim, próprios da instrução da época. Talvez por imperícia do guia encaminharam-se pela subida mais rápida, sem considerar a direção dos ventos, onde havia escória ainda não solidificada, ao passo que pelo lado oposto, mesmo em caso de erupção, a crosta oferece mais resistência, refrescada pela constante viração.

Esse desaparecimento fatal e inesperado do famoso propagandista, repercutiu intensamente, como não podia deixar de ser, na imprensa brasileira, externando seu sentimento, mas, por triste ironia do destino, ocorreu precisamente em 2 de julho, aniversário da morte de seu pai<sup>13</sup>. O mais expressivo necrológio foi provavelmente o de José do Patrocínio: "O homem de grandes audácias

---

11. SILVA JARDIM, Antônio da. *Propaganda Republicana*. Rio de Janeiro, Ed. Aurora, 1947. p. 457 (íntegra).

12. Depoimento de Joaquim Carneiro de Mendonça, seu companheiro nessa excursão. Apud BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. Op. cit. p., 98.

13. LEÃO, José. Op. cit., p. 286.

caminha sempre, até que uma garganta, subitamente aberta, vomitando fogo, engole-o. Ainda neste momento supremo o herói não se trai por um grito; limita-se a levar as mãos à cabeça, como única testemunha de sua agonia silenciosa. Bela sepultura, o vulcão; estranho destino o do grande brasileiro: até para morrer converteu-se em lava.” Magnífica imagem, o da lava incandescente que o consumiu, com o ardente patriotismo que o animou em sua breve existência!

Maurício Vinhas de Queirós aponta o “erro” de Silva Jardim (e assim, a causa do seu insucesso) numa espécie de oportunismo ante os proprietários rurais, irritados com a Abolição, mais visíveis no Estado do Rio de Janeiro. No entanto, Silva Jardim não pensava em mudança estrutural do regime, porém, somente em sua *transformação política*. Criticou mesmo a Abolição pela sua falta de complementariedade, aliás, com razão, como a da distribuição de terras aos libertos, entrega de moradias e meios para sua instrução. Por conseguinte, seus “erros” devem ser procurados em outros aspectos de sua atuação. Antes de tudo em sua concepção ortodoxa positivista da República almejada, afastando-o de Quintino e outros republicanos liberais. Seus princípios “revolucionários” diversos dos “evolucionistas” que o afastaram dos conciliábulos da conspiração republicana. Além disso, seu imenso prestígio pela difusão da idéia republicana entre a grande massa popular urbana, tirando-a das elites militares e acadêmicas, formou-lhe um orgulho pessoal característico, dando-lhe certo autoritarismo em sua ação partidária, antipático aos adesistas de última hora. Estes, a nosso ver, constituíram os tropeços decisivos que teve de enfrentar, colocando-o abruptamente na dicotomia perversa entre o “sonho e a realidade”, antípodas difíceis de serem conciliados. Quando acalentamos uma idéia a que decidimos dedicar toda nossa vida e esforços, não levamos em conta seu impacto com a realidade, cheia de ambições humanas estreitas e interesses mesquinhos, julgando-a sacrossanta para nós e igualmente para todos os demais. Assim, para Silva Jardim a idéia da República constituía sonho de libertação geral, onde desapareceriam a miséria, a opressão e exploração do fraco pelos poderosos, em verdadeira fraternidade universal. Essa defasagem entre o ideal e o real faltou a Silva Jardim, não lhe permitindo a flexibilidade para seu bom desempenho dentro dos meandros político-partidário dos primeiros tempos da República.

Mas, essa conduta ereta, que constituiu sua insuficiência política, conduzindo-o à grande derrota no primeiro grande embate

eleitoral, se transformou, dialeticamente, por outro lado, em sua glória, pela pureza das suas intenções e dos seus atos, dada na inteireza moral um tanto altiva, rara nos homens, até hoje.

O bom político, na acepção vulgar do termo, para atingir os objetivos não deve temer de, por vezes, se respingar de pequenas máculas aparentes em sua ação, que desaparecem ou são compreendidas mais tarde, ao alvo ser alcançado. É o que faltou a Silva Jardim, mas, transformando igualmente seus insucessos em gárdões. Será isso uma contingência humana ou determinação da própria dialética da História! É um campo filosófico-histórico no qual não nos cabe envolver-nos aqui, apesar do seu fascínio.





## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA PRADO, Décio de et alii. *O Brasil Republicano*. São Paulo, DIFEL, 1984. (História da Civilização Brasileira, dir. Boris Fausto, 00.)
- BANDECCHI, Brasil. *A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal*. São Paulo, Livr. Teixeira, 1978.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. *A presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- Prefácio. In: SILVA JARDIM, Antônio da. *Propaganda republicana*. 1888-1889, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. Rio de Janeiro, Livr. São José, 1957.
- BELO, José Maria. *História da República*. São Paulo, Ed. Nacional, 1983. (Biblioteca do Espírito Moderno, 67.)
- BOEHRER, George. *Da Monarquia à República*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura. s.d.
- BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos no Segundo Império*. Tip. Jorge Sekler, 1879.
- BUARQUE, Felício. *Origens republicanas*. São Paulo, Ed. Egladit, 1962.
- CALMON, Pedro. *História social do Brasil*. t. II, São Paulo, Ed. Nacional, 1937. 2 v. (Brasiliana, dir. Américo Jacobina Lacombe, 83.)
- CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1979. (Brasiliana, dir. Fernando de Azevedo, 13.)
- CARONE, Edgard. *A República Velha*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971. 2 v.
- CHACON, Vamireh. *Da Escola de Recife ao Código Civil*. Rio de Janeiro, Org. Simões, 1934.
- CHIAVENATTO, Julio José. *O genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.
- CRUZ COSTA, João. *Contribuição à História das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1980.
- DÊBES, Célio. *O Partido Republicano de São Paulo na propaganda, 1872-1889*. São Paulo, 1975, s. ed.

- DORNAS FILHO, João. *Silva Jardim*. São Paulo, Ed. Nacional, 1936. (Brasiliiana, dir. Fernando de Azevedo, 65.)
- FREIRE, Felisberto. *História constitucional da República*. Rio de Janeiro, Tip. Moreira Maximino, 1894.
- HADDAD, Jamil Almansur. *O Romantismo brasileiro e as sociedades secretas do tempo*. São Paulo, Gr. Siqueira Sales, 1945.
- ILHA MOREIRA, A., marechal. *Proclamação e fundação da República*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947.
- LEÃO, José. *Silva Jardim, apontamentos para a biografia do ilustre propagandista*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1895.
- LIMA, Hermes. *Tobias Barreto, a época e o homem*. São Paulo, Ed. Nacional, 1939. (Brasiliiana, dir. Américo Jacobina Lacombe, 140.)
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1964. (Brasiliiana, dir. Fernando de Azevedo, 322.)
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *Deodoro, a espada contra o Império*. São Paulo, Ed. Nacional, 1957.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Rodrigues Alves*. Rio de Janeiro. J. Olympio, 1973.
- MENDES JÚNIOR, Antônio et alii. *República Velha*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.  
- *Segundo Império*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.
- OLIVEIRA TORRES, João Camilo de. *O Positivismo no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1943.
- OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *O ocaso do Império*. São Paulo, Ed. Melhoramentos, s. d.
- PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo, Ed. Grjalbo, 1969.
- QUEIRÓS, Maurício Vinhas de. *Uma garganta e alguns nêqueis*. Rio de Janeiro, Ed. Aurora, 1947.
- RANGEL PESTANA, Francisco. *Memorial político*. São Paulo, Ed. Célio Debes, 1977.
- RIBEIRO JÚNIOR, João. *O que é Positivismo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *Considerações sobre o pensamento político de Silva Jardim*. Ed. mimeografada.
- ROMERO, Sílvio. Explicações indispensáveis. In: BARRETO, Tobias. *Vários Escritos*. s ed.
- SANTOS, Joel Rufino dos et alii. *História Nova do Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1964.
- SANTOS, José Maria dos. *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1960.  
- *Os republicanos paulistas e a Abolição*. São Paulo, Martins, 1942.
- SCHIMIDT, Afonso. *A sombra de Júlio Franck*. São Paulo, Ed. Anchieta, 1942.
- SILVA, Ciro. *Quintino Bocaiúva, o Patriarca da República*. São Paulo, Ed. Egladit, 1962.
- SILVA JARDIM, Antônio da. *Propaganda republicana, 1888-1889*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.

- SOARES, Orris. *Dicionário de Filosofia*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1968, v. II.
- VAMPRE, Spencer. *Memórias para História da Academia de São Paulo*. Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1977.
- VITA, Lufs Washington. *Alberto Sales, o ideólogo da República*. São Paulo, Ed. Nacional, 1965. (Brasiliana, dir. Américo Jacobina Lacombe, 00.)
- WERNECK SODRÉ, Nelson. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- *Panorama do Segundo Império*. São Paulo, Ed. Nacional, 1939. (Brasiliana, dir. Fernando de Azevedo, 170.)